

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Habitar o Limite. Entre o Sistema Natural e o Sistema Artificial.

Margarida Nogueira Correia

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadora:

Arquiteta Inês Varela Maia Lobo, Professora Auxiliar Convidada
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Arquiteto Miguel Nuno Pessoa Marques Judas, Professor Auxiliar
Convidado
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Habitar o Limite. Entre o Sistema Natural e o Sistema Artificial.

Margarida Nogueira Correia

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadora:

Arquiteta Inês Varela Maia Lobo, Professora Auxiliar Convidada
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Arquiteto Miguel Nuno Pessoa Marques Judas, Professor Auxiliar
Convidado
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

HABITAR O L

I

M

I

T

E

Entre o Sistema Natural

o Sistema Artificial

Margarida Nogueira Correia

Trabalho de projeto submetido como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura

Iscte - Instituto Universitário de Lisboa
Outubro 2023

Agradeço,

A todos os professores que se cruzaram comigo ao longo do percurso académico, pela partilha de conhecimentos, aprendizagens e sabedoria.

Em especial, aos professores Inês Lobo e Miguel Judas pela orientação no desenvolvimento deste trabalho.

Às amigas que a faculdade me deu, por serem o meu porto seguro destes últimos 5 anos, pelo companheirismo e entreaajuda.

À Inês, pelo apoio, paciência e incentivo que me deu força para enfrentar todos os desafios.

À minha família e amigas pela presença constante e por me acompanharem e motivarem em tudo o que me proponho.

Aos meus pais e à minha irmã por serem casa, pilar, colo, força e apoio, e por me fazerem acreditar mais em mim.

RESUMO

A cidade de Lisboa revela-se intrinsecamente relacionada com a morfologia do seu suporte natural. Intervir sobre a cidade implica compreender esta relação primordial, responsável pela estruturação da paisagem, e consequentemente interpretar o espaço, a vida e a sociedade que gera, de modo a garantir o bom funcionamento deste ecossistema a par da continuidade do seu processo de urbanização.

Neste sentido, é conduzida uma análise através de um olhar desde a escala do território, pela cidade, à escala da habitação e do seu utilizador, culminando numa síntese como resposta prática à procura de uma arquitetura que introduza em diálogo a cidade, que importa consolidar, e a natureza, que se procura preservar.

A intervenção insere-se no limite entre o Parque Florestal de Monsanto e o território da Ajuda/Alcântara refletindo sobre a possibilidade de consolidação urbana por meio da continuidade da estrutura ecológica, de forma a rematar a paisagem de Monsanto e atenuar as barreiras existentes entre as duas realidades.

Entre a terra e a água, a cidade e o natural, o coletivo e o privado, o projeto parte da intenção de transformar este limite numa oportunidade de ligação, segundo uma perspetiva pragmática em relação às formas de habitar contemporâneas e a sua relação com o meio ambiente.

Palavras-chaves: Sistemas Naturais, Sistemas Artificiais, Monsanto, Corredor Verde, Habitar

ABSTRACT

The city of Lisbon is intrinsically related to the morphology of its natural support. Intervening in the city implies understanding this primordial relationship, responsible for the structuring of the landscape, and consequently interpreting the space, life and society it generates, in order to ensure the proper functioning of this ecosystem along with the continuity of its urbanization process.

In this sense, an analysis is conducted through a look from the scale of the territory, through the city, at the scale of the house and its user, culminating in a synthesis as a practical response to the search for an architecture that introduces into dialogue the city, which is important to consolidate, and nature, which is sought to be preserved.

The intervention is part of the boundary between the Monsanto Forest Park and the territory of Ajuda/Alcântara, reflecting the possibility of urban consolidation through the continuity of the ecological structure, in order to complete the landscape of Monsanto and attenuate the existing barriers between the two realities.

Between land and water, the city and the natural, the collective and the private, the project is based on the intention of transforming this boundary into an opportunity for connection, according to a pragmatic perspective in relation to contemporary ways of living and their relationship with the environment.

Key-words: Natural Systems, Artificial Systems, Monsanto, Green Corridor, Inhabiting

ÍNDICE

JORNAL 01 Cidade_Água		
Os Sistemas Naturais como Mediadores	Cidade_Terra_Água	14
	Terra_Cidade Produtiva	16
	Terra_Cidade Verde	22
	Água_Sistema Natural	26
	Água_Sistema Artificial	32
JORNAL 02 Domus Demain		
Entrevistas	Arquiteto Ricardo Carvalho	38
	Arquiteto João Nunes	54
	Arquiteto Fernando Viegas	68
	Arquiteto Tom Emerson	88
	Arquiteto Jeremy Till	98
Manifesto	Paisagem_Tempo e Espaço	110
	Morfologia do Território_Desenho da Cidade	112
	Natural_Urbano - A condição efêmera da paisagem natural e urbana	114
JORNAL 03 Domus Demain		
Corte Teórico	Entangled Life	118
	Chão Comum	120
	Durável_Reversível	122
	Habitar	124
JORNAL 04 Habitar		
Estudo de Caso_Kumbh Mela: Ephemeral megacity, Allahabad, Índia	Kumbh Mela_Cidade Efêmera	128
	Entangled Life	130
	Chão Comum	132
	Habitar	134
	Durável_Reversível	136
JORNAL 05 Cidade_Habitar		
Modelo Urbano_Parque Florestal de Monsanto	Espaços verdes_Cidade	140
	Parque Florestal de Monsanto	142
	Tapada da Ajuda	148
	Unidades de Parque_Cidade	152
	Parque Florestal de Monsanto_Cidade de Lisboa	154
	Parque Florestal de Monsanto_Lisboa Ocidental	156
	Como cresceu a Cidade no encontro com o Parque?	170
JORNAL 06 Domus Demain		
Exercício Específico_Habitar o Limite: Entre o Sistema Natural e o Sistema Artificial	Limite	184
	Entangled Life	190
	Chão Comum	206
	Habitar	220
	Durável_Reversível	230
Bibliografia		234

J1

JORNAL 01 CIDADE_ÁGUA

Os Sistemas Naturais como Mediadores



[Figura 1] Carte chorographique des environs de Lisbonne, in Harvard Map Collection, Gúerin Delamotte, 1821

CIDADE_TERRA_ÁGUA

A história de Lisboa está escrita no seu tecido intrinsecamente relacionado com a morfologia do seu suporte natural (ALFAIATE & RIBEIRO, 2021).

Sobrepondo a topografia, as colinas e vales e a presença da água pela sua localização à beira-rio, traça-se uma leitura da relação que estes estabelecem entre si e a influência que os sistemas naturais têm perante o desenho da cidade.

A topografia acidentada e as suas linhas dominantes revelam-se cruciais para o desenvolvimento da estrutura da sua malha urbana, que se adapta ao longo dos vales e cumeadas. E a água, como sistema, manifesta-se pelas linhas de talvegue descendentes até ao estuário do rio Tejo que molda e abraça a cidade, que representa ponto de acesso, de trocas e encontro e que define a margem do lugar de Lisboa (ALFAIATE & RIBEIRO, 2021).

A cidade nasce da interação destes sistemas, das suas relações e da vida que lhes é dado ao serem interpretados e habitados.



[Figura 2] Quinta dos Peixinhos, vista do poente, in Arquivo Municipal de Lisboa, Eduardo Portugal, 1944

TERRA_CIDADE PRODUTIVA

A presença da água no rio e ao longo dos vales tornavam Lisboa num território fértil, com condições favoráveis à prática agrícola.

O levantamento elaborado por Silva Pinto (1911) no início do século XX revela essa ruralidade, que está intrinsecamente ligada à cidade desde os seus primórdios. Os terrenos a oriente eram maioritariamente hortas, vinhas e olivais, de onde provinham grande parte dos produtos hortícolas, e no lado ocidental concentravam-se terras de culturas extensivas.

Apesar das anteriores expansões que a cidade sofreu, permanecia uma certa centralidade na zona baixa da cidade que mantinha uma forte relação de proximidade com as zonas periféricas - ocupadas na sua maioria por terrenos agrícolas, quintas e azinhagas - por depender dos seus cultivos para o seu abastecimento (FEIRRA et al., 1987).



[Figura 3] Mapa_Lisboa Agrícola 1911
18

4



5

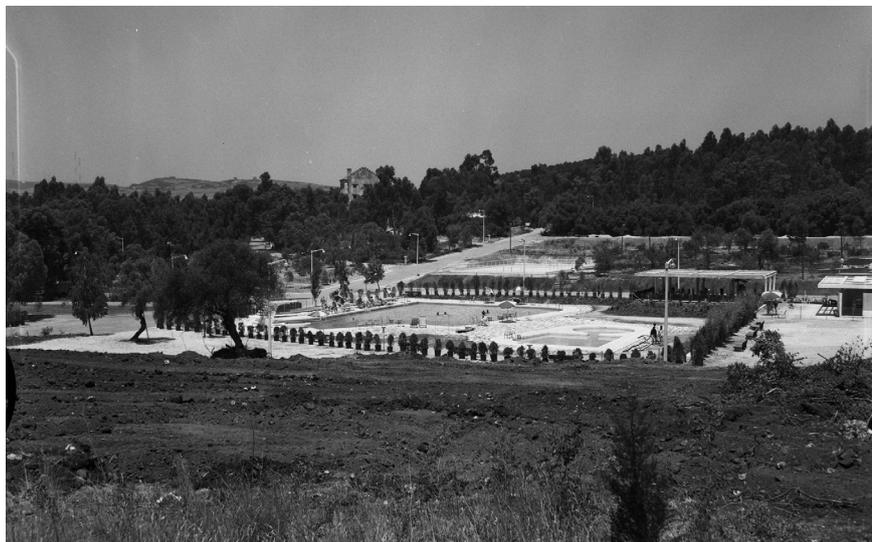


[Figura 4] Parque Florestal de Monsanto, estrada vindo do Alvito a Alcântara, in Arquivo Municipal de Lisboa, Eduardo Portugal, 1939

[Figura 5] Operários trabalhando na remodelação da Serra de Monsanto, in Arquivo Municipal de Lisboa, Mário Novais, 1938

[Figura 6] Parque de Campismo de Monsanto, piscina, in Arquivo Municipal de Lisboa, Armando Maia Serôdio, 1962

6





[Figura 7] Auto-estrada e parque Florestal de Monsanto vistos da avenida Duarte Pacheco, in Arquivo Municipal de Lisboa, Salvador de Almeida Fernandes, 1958

TERRA_CIDADE VERDE

À medida que existe a necessidade de expansão da cidade, os vales - antes lugar de produção agrícola - são ocupados gradualmente. Perde-se a paisagem e a vivência rural, agora quase inexistente, em detrimento de uma paisagem construída que deixa grandes vazios urbanos, alguns resultando em parques (TELLES, 2020).

A partir de certa altura começa a haver um pensamento do que poderia ser o tecido vegetal na cidade, e como deve contribuir para a sua humanização, estabilidade e equilíbrio ecológico.

O espaço verde urbano público torna-se parte do planeamento das intervenções urbanísticas, uma vez que a presença da natureza e do maciço verde é indissociável da qualidade urbana da cidade.

Nos anos 70, o arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles (1997) idealiza o plano verde da cidade no qual integra o corredor verde, que se desenvolve a partir de uma análise sistemática e interpretativa da paisagem urbana e rural da cidade de Lisboa.

O plano verde assenta na ideia de “Continuum Naturale”, um sistema contínuo onde a paisagem natural penetra a cidade estabelecendo uma relação equilibrada com o tecido urbano, tendo como base os princípios de proteção e salvaguarda da biodiversidade, produção e recreio (TELLES, 1997).

O plano subdivide-se em quatro grandes sistemas naturais da paisagem diferenciados pelo seu carácter morfológico e pela relação da cidade com o rio (TELLES, 2001), sendo eles o sistema da serra de Monsanto, o sistema de colinas e vales, o sistema de planaltos e o sistema da margem ribeirinha que estabelecem a ligação entre as áreas integradas nos sistemas húmidos - vales, no sistema seco – cumeadas e encostas.

De Monsanto a Oriente, foram criados nove corredores verdes que ligam importantes zonas da cidade: o corredor verde de Monsanto, do Vale de Alcântara, da Alta do Lumiar, central, Ocidental do rio seco, dos Olivais, Periférico de Lisboa, Ribeirinho e o Oriental.

De forma a atenuar o limite entre a cidade e a serra de Monsanto foi proposta a primeira continuidade verde - o Corredor Verde de Monsanto - que faz a ligação entre o Parque Eduardo VII e o Parque Florestal de Monsanto, contribuindo para uma relação mais direta com a cidade (TELLES, 2001).

Os sistemas de vales constituem um fator importante no planeamento base dos corredores verdes devido à possibilidade de renaturalização das respetivas ribeiras, como no caso do plano para Alcântara e Chelas.

Com a conclusão do plano a cidade de Lisboa poderá ser percorrida em toda a sua extensão a partir dos corredores ecológicos que ligam a zona planáltica à frente ribeirinha.

Principais zonas
verdes consolidadas





[Figura 9] Ribeira de Alcântara junto da ponte do Tarujo, in Arquivo Municipal de Lisboa, Paulo Guedes, 1912
26

ÁGUA_SISTEMA NATURAL

O território de Lisboa é fortemente definido pela forma como a água o percorre, escoando do topo das terras até ao Tejo, formando ribeiras, traçando vales e delineando colinas.

No mapa [Fig. 10] são assinaladas cinco antigas ribeiras coincidentes, naturalmente, com as principais linhas de água da cidade: a ribeira de Alcântara e de Chelas, correspondentes aos dois grandes vales; a ribeira do rio seco que nasce em Monsanto e liga a cidade ao rio e as ribeiras de Valverde e de Arroios que coincidem com dois grandes eixos estruturantes da cidade.

Rio Seco

O Rio Seco, que deu o nome ao lugar, é a junção de duas ribeiras, Almotive - com nascente na serra de Monsanto - e Sacota - com nascente na Tapada da Ajuda - que se uniam no Largo do Rio Seco e que vinham desaguar à Rua da Junqueira.

Em 1771 deu-se o início da sua canalização junto ao rio aquando da construção da Cordoaria e mais tarde na segunda metade do século XX, dando lugar à rua D. João de Castro, à rua Eduardo Bairrada e do Rio Seco e à Calçada da Boa Hora (MACEDO, n.d).

Ribeira de Alcântara

A Ribeira de Alcântara é um dos cursos de água mais significativos da cidade que se desenvolve quase exclusivamente em meio urbano. Nasce na Brandoa e corre pelos vales da Falagueira, Benfica e Alcântara até desaguar no Tejo.

A ribeira tornou-se insalubre, pois recebia, para além de águas pluviais, os esgotos urbanos de grande parte da cidade e daí surge a necessidade da construção do caneiro de Alcântara, com início em 1945 (*Grandes Problemas De Lisboa: Caneiro De Alcântara*, 1945).

O vale rural, de carácter bucólico e essencialmente agrícola deu lugar a uma paisagem infraestruturada, tanto a nível hídrico como rodoviário, com a construção da Avenida de Ceuta e sucessivos viadutos.

Ribeira de Chelas

A Ribeira de Chelas encontra-se pouco documentada, sabe-se apenas da sua existência através de relatos e de um registo no mapa de Lisboa de Silva Pinto (1911).

A sua foz teria início na antiga Rua Direita de Xabregas e corria a nascente do Convento de Chelas (*Pontes Que Fazem História: As Pontes De Lisboa Num Percurso Milenar*, 2002).

Ribeira de Valverde e de Arroios

A Ribeira de Valverde ou de Sto. Antão, que segue o traçado atual das ruas de Sta. Marta e S. José, paralelas à avenida da Liberdade, junta-se a uma outra ribeira, a de Arroios, na atual zona do Rossio e confluem na zona da baixa da cidade.

Toda a aérea envolvente, conhecida por Hortas de Valverde, correspondia a campos de cultivo abastecidos pelas águas da ribeira.

Em 1498, dá-se o aterro das ribeiras, aquando da construção do Paço da Ribeira, atual Terreiro do Paço.

Principais linhas de água —
Aluviões ▨



[Figura 10] Mapa_Sistema natural da água
28

Ribeira do Rio Seco

Ribeira de Alcântara

Ribeiras de Valverde e de Arroios

Ribeira de Chelas

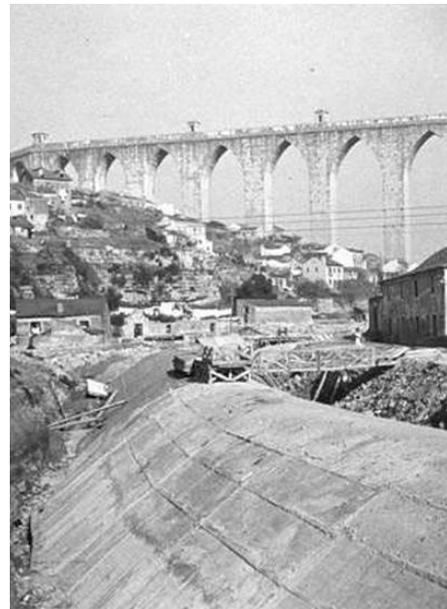
1000m



11



12

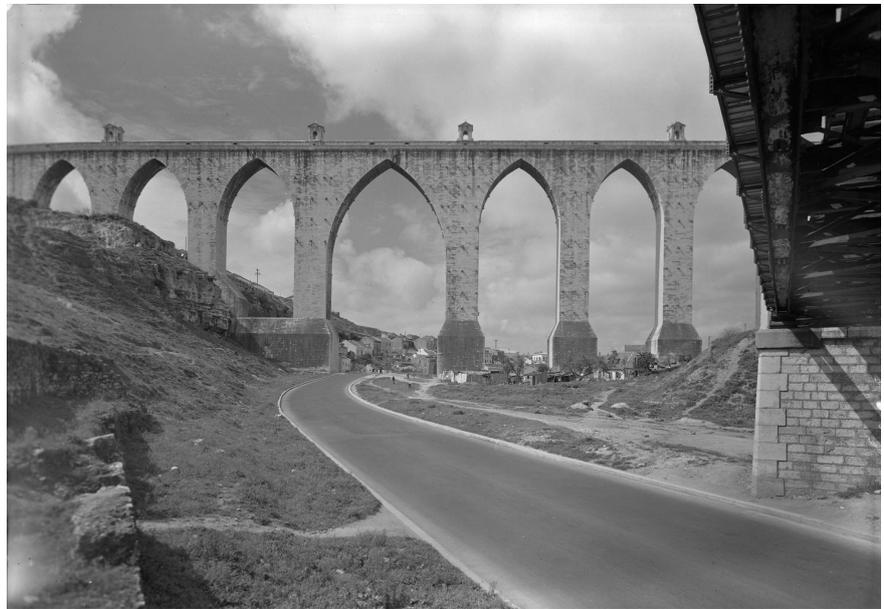


[Figura 11] Aqueduto das Águas Livres e ponte da Rabicha, sobre a Ribeira de Alcântara, in Arquivo Municipal de Lisboa, Paulo Guedes, 1912

[Figura 12] Caneiro de Alcântara em construção, in Arquivo Municipal de Lisboa, Ferreira da Cunha, 1947

[Figura 13] Aqueduto das Águas Livres, in Arquivo Municipal de Lisboa, Salvador de Almeida Fernandes

13





[Figura 14] Inundações, in Arquivo Municipal de Lisboa, Judah Benoliel, 1945

ÁGUA_SISTEMA ARTIFICIAL

O sistema hidrológico composto, não só pela água aparente, como também pela água do subsolo condiciona a estruturação da paisagem (ALFAIATE & RIBEIRO, 2021). Com a inevitabilidade de crescimento e desenvolvimento da cidade, este sistema tem vindo a ser alvo de sucessivas intervenções que ferem o curso natural da água.

Ao longo dos anos, a necessidade de abastecimento, condução e armazenamento de água implicou a construção de inúmeras infraestruturas o que fez com que as linhas de água deixassem de se ler à superfície e a água passa-se a ser conduzida através de caneiros e aquedutos. Atualmente, o abastecimento de água em Lisboa deve-se sobretudo ao Aqueduto das Águas Livres, ao Aqueduto do Alviela, ao Adutor do Tejo e aos reservatórios e cisternas associados a estes (ALFAIATE & RIBEIRO, 2021).

A reconfiguração da paisagem natural por meio da criação de estruturas hídricas e os sucessivos processos de urbanização resultaram numa intensa impermeabilização e ocupação dos solos, obstruindo os leitos de cheia e condicionando o escoamento natural da água. Isto somado ao efeito das alterações climáticas expôs a cidade de Lisboa à ocorrência de inundações. De modo a minimizar o problema e os impactos sociais e ambientais que deste advêm é projetado um sistema de drenagem artificial que recolhe as águas pluviais nos pontos altos da cidade e em pontos adicionais, através de bacias de retenção, e encaminha-as em direção ao rio agilizando o processo de escoamento nos pontos críticos de Lisboa (GUERREIRO et al., 2015).



[Figura 15] Mapa_Sistema artificial da água
34

J2

JORNAL 02 DOMUS DEMAIN

Entrevistas



[Figura 15] Entrevista ao Arquiteto Ricardo Carvalho, Miguel Judas, Dezembro 2022



Arquiteto Ricardo Carvalho

Bem, as entrevistas começam-se com um agradecimento. Obrigada pela disponibilidade para fazer esta entrevista, que tem como base perguntas dos vários alunos da turma. Através destas perguntas, conseguimos identificar oito temas recorrentes, sendo o primeiro A Cidade. Neste tema, as questões que surgiram têm a ver com a sua definição, o acesso, a urbanidade, a densidade, e a relação com o passado e com o futuro. Num texto escrito em 2003 Jacques Herzog diz: “Já é hora de nos livrarmos dos manifestos e teorias porque eles não são o cerne da questão. Não há teoria sobre a cidade; só existem cidades.” E de seguida questiona: “Como podemos defini-la, já que não conseguimos entender a criação mais complexa e interessante da raça humana?”. Se não conseguimos descrever as nossas cidades a partir de modelos, como podemos operar sobre elas e encontrar as lógicas para a sua requalificação?

Bom, obrigado pelo convite. É um gosto estar aqui. Creio que Jacques Herzog, quando faz essa afirmação, está a pensar num tempo em que a maior parte da população mundial está prestes a morar em cidades, coisa que entretanto se verificou plenamente, como sabemos. E está também a falar a partir de um ponto de vista e de um tempo, onde há um conflito que até hoje ainda não conseguimos resolver: os chamados centros históricos são tecidos urbanos que, ao longo dos séculos, evoluíram de forma muito coesa e lenta, e portanto, nós hoje apreendemos esses espaços urbanos como artefactos carregados de uma ideia de memória coletiva, precisamente, por serem resultado de muitos séculos de lentíssima evolução morfológica e às vezes, até mesmo, evolução tipológica.

O que se passou com a segunda metade do século XX, por oposição ao que acabei de dizer, é que a cidade passou a crescer de uma forma metropolitana e de rápida transformação morfológica descontínua não sistémica, o que deu origem àquilo que nós hoje chamamos de

áreas metropolitanas ou áreas periféricas e, essas sim, já não são passíveis de ser apreendidas como uma coisa, mas passíveis de ser apreendidas como muitas coisas distintas, muitas coisas difíceis de ligar e sobrepôr, e de, como eu dizia à pouco, difíceis de encarar como um sistema.

Um filósofo francês, que se chamava Félix Guattari, escreveu um texto sobre esta ideia, que tem um pouco a ver com a ideia da cidade subjetiva por oposição à ideia da cidade histórica. A cidade subjetiva é exatamente a cidade que é fractal, caleidoscópica e, talvez por isso, Jacques Herzog diga que não é possível já falarmos de modelos, porque os grandes modelos que nós herdámos da história da arquitetura ocidental, foram modelos que conseguiram como ideia de princípio, meio e fim resolver partes da cidade. Se quisermos só falar do passado recente, podia falar-vos da cidade do século XIX de matriz Haussmaniana, ou seja, quarteirão definido de forma ortogonal que se sobrepõe à cidade medieval, ou mais tarde a hipótese da cidade industrial, do Tony Garnier, que é a primeira resposta à ideia que a cidade teria de se expandir de forma a encontrar as fábricas e resolver o problema do proletariado ou ainda depois, já com uma forma política completamente diferente, a cidade do movimento moderno e sobretudo a República de Weimar na Alemanha, onde muitos arquitetos conseguiram construir milhares de fogos de habitação e reinventar a forma urbana a partir da ideia da Garden City, mas não sendo já a Garden city, já era outra coisa. Hoje conhecemos esta cidade como o movimento moderno, mas ela teve muitas configurações que se chamaram siedlungen, cidades satélite, e por aí fora, podíamos continuar até as new towns inglesas. Ou seja, cidades com princípio, meio e fim e construídas como satélites das grandes cidades inglesas e escandinavas, até que chegamos ao final do século XX, e com as características que eu acabei de expor à pouco, de facto é impossível impormos um modelo, porque o modelo nunca iria resolver este nível

de complexidade e do chamado Sprawl - a cidade difusa - que é um fenómeno que acontece um pouco à volta do planeta, mas sobretudo no mundo mais industrializado. Para esse Sprawl, para essa cidade difusa, estes modelos, de facto, já não eram passíveis de serem uma resposta. E aquilo que o Jacques Herzog propõe, e que não está aí na citação que me foi feita, é uma ideia também bastante interessante, que é a ideia de intervir com pontos de energia, poderosíssimos, que ele chama de acupuntura, um pouco como as agulhas que são colocadas no corpo humano e que através de uma relação de modos de energia distintos provocam uma alteração no metabolismo, e, portanto, quando ele diz que não há modelos, por outro lado, dá-nos esta hipótese de intervenção, que é: não podemos intervir de uma forma global, holística, unitária, mas podemos intervir de um modo muito forte, alterando o modo como as energias se recompõem no sistema urbano, e isso tem a ver com a redefinição do espaço público, o papel da infraestrutura, e claro está, a hipótese de elevar a autoestima das populações menos privilegiadas que, por exemplo, ao terem a construção de um grande edifício de equipamento coletivo - seja ele um centro cívico, desportivo ou cultural - de repente funciona como o tal ponto de energia de acupuntura em que todo o tecido urbano se reinventa a partir de uma nova intervenção. É um pouco aí que estamos, e nesse sentido, o Jacques Herzog tinha, no meu ponto de vista, toda a razão em afirmar o que afirmou, porque não podendo resolver o todo, temos que atribuir força máxima ao poder da parte, do fragmento.

**Como se preserva a identidade de uma cidade?
Existe uma cultura material característica de cada cidade?**

Diria que sim. Por muito que possamos dizer que isso é um tema do passado, carregado de

uma certa nostalgia, e muito ligado a questões de patriotismo, que foram exploradas do pior modo pela política recente, eu creio que não há hipótese de escapar a uma ideia de pertença - e, a ideia de pertença a uma cultura, a uma cidade, é uma ideia que desde a pós-modernidade foi permanentemente colocada em causa, mas permanentemente recuperada, e dou-vos um exemplo: acreditava-se, nos anos mais otimistas do pós-guerra, do Baby Boom, e do chamado International Style, que todas as cidades ocidentais iriam exprimir-se do mesmo modo, com o mesmo tipo de edifícios coletivos e de habitação coletiva, algo que depois o Jacques Tati irá parodiar no filme *Play Time*, em que, de repente, as cidades se aparentam todas entre si, mas é óbvio que isso não poderia vingar, porque o ser humano está muito para além dessa hipótese de homogeneidade. A grande viragem foi, exatamente, quando se aborda a ideia de pertença e, a pós-modernidade em arquitetura, pelo menos aquela mais interessante, aquilo que traz é, precisamente, isso, quando afirma os lugares são irrepetíveis e que cada arquiteto ou grupo de arquitetos tem que responder a um contexto preciso que não é replicável. É neste contexto que surge a obra do arquiteto Álvaro Siza, se vocês pensarem um pouco naquilo que aconteceu no início dos anos 60, aqui em Portugal, em que um arquiteto pôde propor uma arquitetura que pertence a uma cultura arquitetónica abrangente, mundial, universal, e contudo a resposta está, completamente, alavancada por uma ideia de irrepetibilidade do contexto, e esse contexto que vocês aqui chamam de identidade - é um termo mais escorregadio - tem a ver com muitas coisas, tem a ver com o património humano, mas também físico e material, tem a ver com fricções, a ideia de pertença existe sempre, é sempre reinventada porque, a cada nova geração chegam pessoas novas, mas também chegam pessoas que não são dos sítios e que passam a ser, e assim, essa identidade reinventa-se permanentemente.

Portanto, a resposta é sim, se aceitarmos que a identidade é um processo como a própria aventura humana que está, permanentemente, a colocar-se em causa e, permanentemente, a reinventar-se, mas eu diria que hoje, a ideia de pertença, a ambição de pertença, é qualquer coisa que alimenta a humanização dos lugares. Nós associamos o contrário a uma ideia de pesadelo, não é? Não pertencer a nada creio que podemos dizer que é uma condição que nos inquieta.

O tema seguinte é *entangled life* que fala sobre a partilha, a interligação, e a relação dos humanos com os próprios humanos, dos humanos com a natureza. Num dos seus escritos Paulo Mendes da Rocha refere-se à ideia de urbano dizendo: “O urbano não é nada. O urbano é um estado de espírito. O urbano é o homem, nós somos o urbano. E a cidade é a nossa intriga. Uma nova intriga entre os homens que a habitam. É isso na minha opinião que é o urbanismo. A existência de um ser urbano que vive na confiança vive, na esperança e na solidariedade do outro.” Hoje em dia os humanos passam a maior parte do seu tempo em espaços desenhados — é responsabilidade de quem os desenha relembrar [os humanos] de que fazem parte da natureza?

O ser humano é eminentemente urbano, não só pelas razões que já indicaram citando o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, mas também do ponto de vista estatístico. Desde há poucos anos, menos de dez creio, metade da população do planeta é urbana, portanto há o pensamento puramente quantitativo por um lado, e por outro lado há a questão do que é que isso quer dizer. Quando o José Adrião e eu entrevistámos o Paulo Mendes da Rocha em 2007, creio eu, a primeira pergunta que lhe colocámos foi uma citação do Max Weber que dizia “o ar da cidade liberta-nos”, e a conversa começou assim, com esta ideia do Max Weber,

à qual o Paulo Mendes da Rocha respondeu: “sim, porque no campo ninguém pode ver as pessoas que morrem de fome, só os corvos, e na cidade quando alguém tem fome nós somos obrigados a olhar essas pessoas nos olhos e confrontamo-nos com a nossa própria condição”, que é uma resposta poderosa porque contém também uma outra ideia, que é a da responsabilidade, do que é que é o ser urbano.

A aventura da cidade, que se confunde com a própria história da civilização, teve sempre um pouco a ver com isso. A primeira ideia de cidade, além do traçado hipodâmico grego, ou seja, da grelha, conteve logo a seguir uma ideia de limite, de definição do que é que era cidade e do que é que não era, exatamente por isto, porque a cidade era aquilo que protegia: protegia do inimigo, protegia do desconhecido, protegia da peste, protegia dos animais selvagens, sendo que os que estavam dentro, os que pertenciam, eram aqueles que não só estavam protegidos, mas também eram aqueles que podiam cooperar, e, portanto, cidade implica proteção, mas também implica cooperação, trabalho coletivo, a ideia de um bem comum.

Aquilo a que Paulo Mendes da Rocha se refere com a ideia do desenho, faz-nos questionar qual é o papel, o verdadeiro papel do desenho, se pensarmos em arquitetura e urbanismo. Muitas vezes, o desenho é tão bom que não o sentimos, aliás quando viajamos e vemos Londres ou Roma, aquilo que nos emociona mais, em Londres, por exemplo, é uma ideia de absoluta repetição de um modelo urbano, a ideia da casa, da chamada Townhouse com o pátio inglês, e de ruas e ruas sempre com a mesma janela, com a mesma proporção, e a repetição absoluta de um elemento, que era uma espécie de homogeneização social, mas também uma ideia de bem comum, que afirmava que para a cidade tudo parece calibrado e depois dentro de casa cada um poderá reinventar-se. Nós pensamos: “isto é impressionante”, mas isto foi desenhado, isto

foi pensado por gerações e gerações de pessoas que chegaram a uma proporção de edifício vertical, com um número de pisos, que inventaram um pátio que é uma espécie de fosso para a rua, que inventaram uma tipologia mínima com uma escada bastante vertiginosa no interior, que permitia que muitas pessoas se alojassem naquela bateria de edifícios verticais, inventaram uma forma de utilizar o tijolo, inventaram uma forma de trabalhar as carpintarias, e, muitas vezes, a ideia de pertença e de definição da individualidade vinha um pouco da cor dessas mesmas carpintarias. Portanto, havia desenho, e desenho não é exclusivamente aquilo que nós podemos imaginar, como aquilo a que hoje chamamos de design, ou de grande afirmação de uma ideia de criatividade subjetiva a partir da arquitetura.

Desenho, para mim, implica isto. E em Roma ainda é mais poderoso, porque são 2 mil anos de história de desenho, 2 mil anos de muitos arquitetos a desenharem coisas diferentes, muitas vezes coisas que reagem àquilo que tinham herdado e, quando nós passeamos pela cidade, essa sobreposição dos vários tempos, e dos vários desenhos, continua a dizer-nos que: mais importante do que saber quem fez, é aquilo que lá está, o artefacto construído. Portanto, a responsabilidade do desenho eu creio que possa ser um pouco diminuída porque, se for entendida no tempo longo da cidade, ela é apreendida como memória, como tradição. Nós estamos muito treinados para pensar agora no nosso tempo de vida, nos 50 anos para trás e nos 50 anos para a frente, mas se nós pensarmos na cidade com um alcance completamente diferente, vemos que o desenho se dilui no tempo e é aí, que eu acho, que ele começa a ser verdadeiramente fascinante, sem desprimor para os edifícios de exceção, mas isso é outra história. Mas como conjunto, eu creio que o grande desafio do desenho é ele ser apreendido como tempo, contudo era desenho.

Qual é o papel da natureza nas cidades?

Hoje é todo. Eu tenho estado a ler os livros de um cientista, pensador e filósofo, que se chamava James Lovelock. Era um homem que foi pioneiro nestes temas do pensamento filosófico a partir da ideia da natureza como sistema. O que James Lovelock propunha, desde os anos 60, era esta ideia de que o planeta é todo uma coisa à qual ele chamou "Gaia". É um pouco a base do filme Avatar, quando a ideia da natureza como corpo único reage à ameaça. A ideia de Gaia, que Lovelock propõe, é que não há o "nós" e a natureza, ou não há a fauna e flora, há tudo, tudo é uma coisa, e ao intervir numa, obrigatoriamente, intervimos em todas. E isto é altamente relevante porque, quando Lovelock propõe esta hipótese, ninguém lhe ligou muito, mas mais recentemente, muitos filósofos, urbanistas e artistas têm trabalhado a partir desta hipótese. Por exemplo, hoje há uma teoria que se chama wood wide web, que pega na teoria da internet, que é world wide web. Esta teoria tem a ver com uma experiência científica que foi feita num bosque demonstrando que, quando uma árvore precisa de ajuda, as outras árvores, que estão à volta, através das suas raízes, ajudam-na com os seus nutrientes, portanto há uma ideia de cooperação. Esta ideia vai ao encontro de uma possível resposta à pergunta: "Se aqui estamos, se houve pessoas tão especiais que conseguiram clarificar isto, nós hoje temos a responsabilidade de ler estes textos e usá-los nas nossas disciplinas, arquitetura incluída?". E é claro que sim, não há hipótese de, hoje em dia, a arquitetura continuar a ser predadora, porque, a arquitetura, por muitos séculos, não foi predadora, ela tornou-se, muito recentemente, na verdade.

Na história da aventura humana, a arquitetura é predadora num brevíssimo troço que, infelizmente, é o nosso tempo de vida. Calhou-nos a nós, que, hoje em dia, temos os meios para perceber que, de facto, poderá não ser assim. Eu acho que o grande desafio é utilizar

o pensamento radical, logo ciência radical, para começar a reagir, por exemplo com o que está a acontecer na indústria ligada à reflexão sobre o desperdício, nomeadamente betão feito com lixo, vigas feitas com plástico reciclado, e poderíamos continuar. À volta do mundo há imensas coisas a acontecer a partir da inteligência humana, onde estão a procurar respostas. A ideia de natureza, se a virmos como "Gaia", na hipótese de James Lovelock, põe a arquitetura com uma responsabilidade ainda maior, porque sendo transformação, que é o que nós fazemos, a nossa responsabilidade é imensa. Como é que vamos fazer isso agora? Temos imensos meios à nossa disposição.

Não estamos só a criar mais lixo se a cultura não for a de constante restauro, reutilização, reaproveitamento?

Sim, desperdício talvez seja a palavra. A cultura moderna/contemporânea é a uma cultura de desperdício, claro que o grande desafio hoje é inverter o papel do desperdício, ou seja, em vez de ser um caminho sem saída, é tornar exatamente o mesmo caminho, incluindo o desperdício, numa hipótese de construção, como eu já referi há pouco, com as vigas de plástico, betão de lixo entre muitas outras hipóteses. A ideia dos depósitos de materiais, onde vários arquitetos podem ir recolher componentes de arquitetura e voltar a assemblear-los, que está a ser testada na Suécia, por exemplo, onde há edifícios que estão a ser desmontados, porque já não são necessários, e os seus componentes são medidos e numerados, para serem colocados em depósito, onde existe um organograma através do qual sabemos as dimensões, para depois serem reutilizados em novos projetos. Estou a falar por exemplo de betão prefabricado dos anos 60. Portanto, há muita coisa a acontecer que nos deixa otimistas. Onde é que estamos menos otimistas ou devemos estar menos otimistas? No facto deste pensamento,

como em tudo, ainda ser minoritário, ou seja, teremos tempo ou haverá tempo, para passar de um pensamento minoritário, para um pensamento mainstream? Esse é o grande desafio.

O Século XX foi marcado pela busca de providenciar habitação, “habitação para o maior número” foi central à arquitetura e à criação de cidade, por via sobretudo de iniciativa pública. Mais recentemente, emergiu a fé na “mão invisível do mercado” e no investimento privado como resposta ao problema. Um credo que os atuais fenómenos de gentrificação urbana puseram em crise. O direito à habitação, e por sua via à cidade, deve ser um direito universal?

É um direito universal, mas isso não quer dizer que esteja garantido, ou seja, está consagrado, um pouco como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estão consagrados há muito tempo, mais de um século creio, mas se nós quisermos, infelizmente, conseguimos sempre encontrar situações e contextos em que isso não está garantido. Com a habitação há uma afirmação que vocês fizeram com a qual não estou completamente de acordo: a iniciativa privada, não só a pública, construiu cidade. Se falarmos da Europa isso é central, exemplo disso é o plano de Haussmann, em Paris. Este plano, aos olhos de um pensamento político mais radical, foi talvez, uma grande viragem neoliberal - dentro daquilo que podia ser neoliberal naquele tempo - porque foram arrasadas partes da cidade medieval, onde viviam pessoas com menos recursos - as chamadas classes populares - e, com a nova formalização de avenidas, os boulevards, uma nova burguesia, ou pequena burguesia, pôde chegar a instalar-se, tudo isto com imenso proveito do ponto de vista empresarial. Ou, recuando um século, quando a Baixa Pombalina foi pensada, uma das histórias mais obscuras deste processo, que vários

historiadores hoje contam é que, ao desenhar o novo cadastro na baixa pombalina, as melhores localizações foram redistribuídas beneficiando as famílias mais próximas do Marquês de Pombal, algo que surge da iniciativa privada embora este processo fosse lido como público. Portanto, é um equilíbrio difícil, porque a cidade tem sempre a força da iniciativa individual. Muitas das coisas boas que a história da cidade nos deu, da cidade ocidental pelo menos, também têm a ver com essas ideias de propriedade privada, de iniciativa, do empreendedorismo, e da ideia de que nem tudo é fruto de um pensamento coletivo ou a partir de uma ideia de público. Contudo, com a emergência, que foi o que aconteceu no princípio do século XX, com as massas de pessoas deslocadas do campo para a cidade para ter emprego junto dos grandes assentamentos industriais, este processo já não podia ser deixado nas mãos de uma circunstância - e foi o que aconteceu no século XIX. Por isso é que quando lemos Charles Dickens, por exemplo, que é um retrato realista e duro de Londres no século XIX, vemos que quando ninguém se preocupou com o assunto, as piores coisas aconteceram: a exploração, a degradação, as pestes. O movimento moderno, como vocês referiram, pega nisto numa situação de urgência, que é aquela que temos hoje, apesar de não ser exatamente igual. E a situação de urgência do movimento moderno era uma situação de pré-revolução, porque não era possível as chamadas classes proletárias viverem nas condições em que viviam sem este problema ser encarado como um problema público ou nacional, e foi isso que os arquitetos alemães, sobretudo os arquitetos alemães, fizeram naqueles anos da República de Weimar - fizeram muito bem - e, depois, o impacto foi tão grande, tão grande, que todos os países na Europa acabaram por replicar alguns daqueles modelos. Nós não temos muito tempo hoje, mas eles partiram de uma ideia muito simples da Garden City e transformaram-na numa ideia de cidade muito

mais poderosa em que a cidade já não era campo nem cidade, era uma coisa no meio. Hoje, a urgência é aquela que conhecemos, em que nas grandes cidades europeias o cidadão comum, ainda que tenha um emprego, já não consegue garantir o direito à habitação e, portanto, joga-se num patamar muito mais perverso, que é - como é que um extrato de classe média, dentro de uma população do mundo ocidental, não consegue garantir aquilo que é um primeiro direito. E, portanto, qual é a resposta possível, e aí estou de acordo: a resposta tem que ser ao nível público. Não creio que aqui em Portugal a resposta esteja a ser dada como merecia, até porque, noutras momentos da história, esta foi a situação que gerou pretexto para se reinventar uma ideia de espaço público, uma ideia de viver em comunidade, uma ideia de tipologia habitacional, e eu não creio que isto esteja a acontecer. Dá-se quase uma situação paródica, em que a chamada habitação de interesse social replica tipologias habitacionais que vêm da iniciativa privada mais especulativa - os famosos "T" - que claramente não servem para a vossa geração, por exemplo, porque os conceitos de família também são dinâmicos. Também sabemos que a maior parte das populações hoje, nas cidades europeias, vive sobretudo sozinha, algo que é um dado absolutamente novo. Ao contrário do passado em que várias gerações viviam na mesma casa, hoje, a maioria das populações urbanas, das cidades europeias, vive sozinha, e as casas servem apenas uma pessoa. Isto implica um pensamento novo sobre a tipologia. A Suíça, que é um país com bastantes recursos, como sabemos, tem feito um programa, muito surpreendente, em que edifícios de habitação coletiva são desenhados deste modo: num piso, existe uma cozinha coletiva e vários quartos com casa de banho e uma pequena Kitchenette. Isto resulta em edifícios nos quais várias pessoas podem morar, seniores, estudantes, jovens casais com um filho... Como as células são relativamente pequenas, todos

os espaços comuns do edifício, como a cozinha coletiva e as salas, acabam por ser espaços de maior generosidade, reforçando a ideia de encontro e de viver conjunto. Apesar de serem tipologias nunca antes experimentadas, já há vários exemplos construídos de grande sucesso. O que é que as motivou? A urgência - é muito caro viver na Suíça, portanto, havia muitas pessoas sozinhas, algo que originou a possibilidade dos arquitetos poderem refletir sobre estas ideias. Aqui em Portugal, isso aconteceu no passado, agora ainda não está a acontecer. É importante que entrevistas como estas, e trabalhos como o que vocês estão a fazer, se propaguem, porque como em tudo, a força de uma ideia permite que as coisas aconteçam, mas tudo tem que começar com uma ideia.

O "direito à cidade" é um dever do arquiteto, mais do que dos outros cidadãos?

Não. Acho que não.

É possível compatibilizar o direito à habitação com a geração de lucro?

As duas coisas sempre conviveram, pelo menos nas sociedades capitalistas, e creio que terão que continuar a conviver. Também poderíamos definir o que é lucro, no futuro, uma sociedade em equilíbrio é lucro, certo? Se por lucro, entendermos puro proveito material, então ficaremos novamente expostos a uma situação limite, em que, em muitos casos, será uma situação de tensão social e de instabilidade. Aquilo que é interessante nos sistemas capitalistas é que foi possível, à beira de um momento de instabilidade, o sistema reinventar-se, e algumas respostas surgirem para que esse equilíbrio instável permaneça. Quando isso não acontece, dá-se a ruptura. Eu creio que é possível essa convivência, eu diria até que é desejável, porque a estabilidade

absoluta também não é garantia de que as coisas mudem para melhor, e, portanto, as duas coisas terão que conviver, um pouco como esta ideia que na política é muito comum, que é a terceira via, ou seja - qual é a alternativa a revolução? É a terceira via. E a terceira via é a via, no meu ponto de vista, de cooperação e da inteligência, em que todo o conhecimento é aplicado a uma espécie de compromisso para que a revolução não seja necessária.

Em relação à outra pergunta: "O direito à cidade é um dever do arquiteto, mais do que dos outros cidadãos?", eu fui muito peremptório a responder, porque a cidade é de todos e eu acho que não nos podemos iludir sobre o papel do arquiteto. Esta coisa de que no pensamento teológico, Deus é arquiteto, Deus é o arquiteto do Universo, é uma coisa que nos saiu um pouco cara. O poder da arquitetura é um poder relativamente restrito. Nós temos o poder de transformação da vida das pessoas quando somos autorizados a tal, mas do ponto de vista da sociedade, a grande força na cidade não é a força da arquitetura, é a força das ideias, do pensamento económico, dos modelos económicos que cada sociedade adota para poder continuar a viver em conjunto, e o que se passa hoje é que há um adiamento muito grande do que é que queremos, na abstenção nas eleições, numa ideia de que o consumo pode apaziguar tudo e isso é terrível, porque vai nos fazendo perder a noção de cidadania, da participação ativa naquilo que deve ser a transformação. Esse é o grande perigo, mas eu acho que o poder dos arquitetos é um poder entre os demais, não vejo nada que nós tenhamos mais poder do que os outros. Temos sim, uma enorme responsabilidade.

Doris Salcedo, a artista contemporânea colombiana, diz numa das suas entrevistas: "o meu processo é interferir, inserir-me no espaço público obliquamente e não diretamente, para que outros possam, por sua vez, reivindicar o espaço para si."

Poderemos afirmar que o espaço público é um mecanismo de coesão social?

É o espaço do diálogo e do conflito, é o espaço do outro, é talvez o único momento nas sociedades contemporâneas, em que nos confrontamos, genuinamente, com o outro. A Doris Salcedo é uma artista extraordinária, que tem trabalhado muito sobre a tensão da relação com o outro, que, muitas vezes, implica medo, desconfiança, mas também implica empatia e amor. Portanto, num tempo em que as redes sociais, claramente, se sobrepõem a uma ideia de espaço público, eu diria que o verdadeiro espaço público, a condição pública da cidade é o momento em que nós podemos medir com o outro e, como dizia Paulo Mendes da Rocha, podemos olhar olhos nos olhos tudo o que está a acontecer à nossa volta.

O espaço público tem outra característica muito interessante - o mundo ocidental produziu, a partir do séc XVIII e XIX, um espaço público tão poderoso, tão coeso, tão forte que hoje o encaramos como O Espaço Público por natureza, ou seja, quando andamos pela Baixa de Lisboa, por exemplo, no Rossio, na Praça da Figueira, na Praça do Comércio, aquela ideia de espaço público é tão perfeita, na sua condição material e na sua condição simbólica, que torna muito difícil encontrar a resposta à pergunta: "o que é o espaço público da contemporaneidade?", e, muitas vezes, assistimos a arquitetos a utilizar designações como "boulevard", "rambla", "praça simbólica" em espaços contemporâneos, onde isso acaba por ser muito estranho, porque há muitos lugares da cidade contemporânea, que não são o centro da cidade onde começámos esta conversa, mas as grandes periferias. Imaginem uma periferia dos anos 70, aqui de Lisboa, construída, essa sim, com base numa ideia de lucro material, com edifícios de oito pisos, praticamente sem espaços porosos e com a necessidade de desenharmos aquilo que seria o novo espaço público. Faria sentido dizermos que era uma rambla? Ou um boulevard?

Diria que não. Portanto o grande desafio para os arquitetos é: Qual é a configuração deste novo espaço público? E isso é uma coisa que tem tardado a surgir. Há aquela reflexão extraordinária dos Lacaton e Vassal, do final dos anos 90, em que houve um concurso para a reabilitação de uma praça num pequeno bairro em Bordéus, e o Jean-Philippe Vassal e a Anne Lacaton escrevem um texto, que é o projeto do concurso, e esse texto descreve como a praça é extraordinária, como as pessoas seniores a usam para jogar à malha, como o terreiro é lindo. Dizem que é preciso reabilitar os bancos e pôr uns caixotes do lixo, de preferência que não sejam em aço inox, e não muito mais do que isso. Isto é uma grande lição de arquitetura. Porquê? Porque não há necessidade de mudar por mudar. Há coisas que, de facto, são coesas e que implicam outra ideia que foi aqui lançada que é a da pertença. Se nós destruímos aquela ideia de pertença, a favor de uma ideia de design, estamos a prestar um mau serviço a uma ideia de bem comum. E portanto qual é o espaço público da contemporaneidade? Onde é que ele é verdadeiramente emocionante? Há um exemplo incrível em Nova Iorque, desenhado pelos Diller and Scofidio e pelo James Corner, que é arquiteto paisagista, em que os arquitetos propõem à cidade que uma antiga estação de caminho de ferro comercial, ou seja, que só transportava mercadorias, pudesse ser transformada num espaço público linear. Vejam o sucesso que teve! O que é que veio a seguir? Lucro.

Todos os edifícios que ladeiam a High Line foram reabilitados, alguns deles por arquitetos muito conhecidos, e portanto, aquilo que era um resíduo, aquilo que era alguma coisa que provavelmente numa primeira intuição seria para demolir ou para transformar, talvez numa rede de metro convencional, digo eu, foi transformada num espaço público que tem um pouco de tudo: tem a ideia de conexão fabulosa, tem a ideia de contemplação, porque há momentos de paragem em que uns anfiteatros olham para as ruas, tem o lado das

plantas, para criar oxigênio, uma espécie de museu botânico, com as plantas todas identificadas, e é muito bonito. Portanto, a invenção humana terá sempre resposta, mas tem dado muita luta. Há muito poucos exemplos, ou pelo menos eu não os conheço, de uma invenção do que é o espaço público contemporâneo.

Quão público pode ser um edifício privado?

O Paulo Mendes da Rocha, de quem já falamos, tem esta frase avassaladora que é “toda a arquitetura é pública” eu tenho a convicção de que isto é absolutamente verdade. Eu costumo partilhar esta ideia, não exatamente com estas palavras, com palavras minhas, que é: qualquer projeto, por muito pequeno que seja, serve para um pensamento sobre o bem comum, nem que seja para elevar a autoestima de uma comunidade. Por exemplo, vocês têm hipótese de intervir numa área mais ou menos deprimida. O vosso trabalho será, provavelmente, o primeiro trabalho feito por um arquitecto naquele contexto, com a delicadeza que se espera que esse trabalho tenha, vai elevar a autoestima, não só de quem o encomendou, mas também de tudo o que está à volta, porque as pessoas quando passam e olham, vão sentir a diferença. Algumas vão achar estranho, outras vão achar bonito, outras vão querer um igual e a responsabilidade de um pequeno projeto acaba por ser, em termos de força, muito parecida à de um grande projeto, porque tudo depende do contexto onde se opera e nesse sentido toda a arquitetura é pública, porque tudo o que nós fazemos, espera-se, é uma espécie de algo comum para esse mundo ser melhorado. Muitas vezes, um cliente, sem saber, é o grande pretexto para isso acontecer. Isso é a parte absolutamente extraordinária da nossa profissão - é que as pessoas que nos procuram para fazer um trabalho, muitas vezes, elas próprias, são o veículo para que esse trabalho crie um novo

nexo e uma nova ambição, um novo desejo de beleza também, uma palavra que ainda não falámos, mas a beleza tem muito a ver com a ideia de bem comum.

Hashim Sarkis questiona o que é o habitar coletivo da seguinte forma: "(...) Precisamos de um novo contrato espacial. No contexto de crescentes divisões políticas e crescentes desigualdades económicas, é urgente imaginar espaços nos quais possamos viver juntos com generosidade: juntos como seres humanos que, apesar de nossa individualidade crescente, se desejam conectar uns com os outros e com outras espécies através do espaço digital e do espaço real; juntos como novas famílias em busca de espaços mais diversos e dignos de habitação; juntos como comunidades emergentes que exigem equidade, inclusão e identidade espacial; juntos através das fronteiras políticas para imaginar novas geografias de associação; e juntos como um planeta que enfrenta crises que requerem uma ação global para que possamos continuar a viver(...)". De que forma é que um edifício de habitação pode garantir uma experiência de partilha de um espaço comum entre os seus habitantes?

A resposta é: de um modo total, completo. Por exemplo, aqui em Lisboa, o Bairro das Estacas, desenhado pelo arquiteto Ruy Jervis D'Athouguia e pelo arquiteto Sebastião Formosinho Sanchez, no final dos anos 50 e, pela primeira vez, aqui em Portugal, foi experimentada a ideia de que um bairro se podia levantar do chão permitindo que, debaixo dos edifícios corresse um jardim, um parque público, desenhado por Gonçalo Ribeiro Teles. A partir do momento em que esta ideia, que é uma ideia do movimento moderno como todos sabemos, se constrói e se desenha no bairro de Alvalade, que também, como sabemos, é um bairro de qualidade altíssima, a todos os níveis, mas a partir do momento em

que dentro de uma célula, das oito células do bairro, se constrói esta hipótese de vida em comum, que é a ideia do parque contínuo, é claro que as pessoas imediatamente percebem a diferença. Isso é tão poderoso e tão forte que quando alguma coisa não corresponde àquilo que o projeto oferece, as pessoas protestam, algo que já aconteceu quando interromperam uma parte do jardim. E, portanto, o que é verdadeiramente relevante é garantir às pessoas o direito a algo que a arquitetura permite, que é a possibilidade de viver de muitos modos distintos, seja levantado do chão, seja para baixo, seja na cobertura. A partir do momento em que isso é oferecido, não há caminho para trás possível.

Porque é que a periferia é tão fascinante como tema de trabalho? Precisamente por estar baseada numa ideia de lucro, exclusivamente material e os edifícios terem sido construídos sem um sentido de bem comum. Hoje, a pergunta que se coloca é: como é que vamos atribuir essa ideia de bem comum ao que lá está construído, vamos demolir uma parte? Eu diria que sim, defendendo isso. Vamos intervir nos edifícios e vamos, por exemplo, esventrar os pisos térreos, que servem de habitação, para terem todos comércio, porque o comércio ajuda imenso à perceção de uma comunidade através da segurança, da convivência, ou vamos esventrar um piso inteiro em cada um dos edifícios para atividades coletivas? Ou vamos tratar as coberturas? Ou seja, o nosso trabalho é criar precedentes. A partir do momento em que um precedente é criado, e isso aconteceu nos últimos cem anos com as ideias sobre o habitar coletivo, outros virão - aquilo a chamo de impacto - e lidarão com essa semente, com esse DNA da ideia. Por isso é que um edifício do movimento moderno nunca foi rigorosamente a mesma coisa quando foi copiado: um edifício do Le Corbusier, cada vez que foi copiado, foi sempre uma coisa diferente, e um edifício do Bruno Taut sempre que foi copiado, nomeadamente pelo Siza como ele sempre o diz, foi sempre uma coisa diferente.

Um edifício do Ernst May, que fez a nova Frankfurt, sempre que foi copiado, foi sempre uma coisa diferente, e poderíamos continuar... Portanto, o nosso trabalho é abrir precedentes, e quando esse precedente se gera e as pessoas vêem o quão forte pode ser a ideia de ter um espaço comum debaixo de um edifício, ou um piso a meio do edifício que é um piso coletivo, ou a ideia de uma sala de condomínio na cobertura com uma vista fabulosa, para elas "está ganho" e, assim, a exigência gera-se. O grande problema da nossa cultura portuguesa urbana é que esta exigência ficou muito circunscrita às classes médias altas urbanas e, portanto, toda a cidade metropolitana não foi objeto desta possibilidade, e o vosso trabalho agora, geracionalmente falando, é exatamente contaminar a grande cidade infinita, difusa, com estas ideias, para que o dito património comum da arquitetura chegue verdadeiramente a todos, com pequenas ações.

No livro "On and Around Architecture: Ten Conversations", da dupla Jonathan Sergison e Stephen Bates, refere-se a ideia de olhar para o projecto de um edifício de habitação colectiva a partir do seu tempo de vida. O seu esqueleto, na perspectiva destes arquitectos, deve ter um tempo de vida longo, e ser visto como uma ruína permanente, que pode ser habitada transitoriamente. Para isso deverá ser flexível e duradoura. Os outros ciclos de vida são médios, ou seja, são ciclos que se devem adaptar às alterações. O esqueleto é, assim, habitado pelos diversos componentes do edifício, como os que asseguram o funcionamento das infra-estruturas ou as fachadas, o invólucro. Esta separação em três momentos obriga-nos a uma outra forma de projectar. Em que o tempo volta a ser um dado fundamental no processo - tempo de execução e tempo de vida. Como definir flexibilidade na arquitetura? Qual é o maior obstáculo?

Aquilo que o Stephen Bates e o Jonathan Sergison propõem é uma ideia muito bonita e erudita da possibilidade da arquitetura contemporânea poder atuar como a arquitetura pré moderna atuou. Ou seja, em que a ideia de autoria dá lugar a uma ideia de processo, um pouco como acontecia até ao século XIX, em que os edifícios eram trabalhados por gerações de arquitetos, muitas vezes pais e filhos, aliás, eu estive com a Inês Lobo há pouco tempo em Bath e vimos alguns exemplos do século XVIII de edifícios belíssimos, os famosos Crescents em que, gerações de arquitetos, portanto às vezes pai, filho e neto, trabalhavam nos edifícios e nesta ideia de que o processo estava em aberto. Acho que os Sergison Bates falam desta possibilidade, para os dias de hoje, com um novo dado, que é o da procura de uma responsabilidade sempre cada vez maior sobre a ideia do revestimento e da infraestrutura que, como sabemos, estão hoje sujeitos à ciência e por isso vão ser cada vez mais responsáveis, do ponto de vista da ecologia. E, portanto, se garantirmos que o esqueleto, a estrutura é bem desenhada, bela e perene, sabemos que o invólucro poderá mudar de acordo com aquilo que o pensamento artístico e científico puder criar para, permanentemente, pertencermos à tal ideia de Gaia, e é um pouco isso que está a ser discutido nessa conversa deste livro, que eu também conheço e gosto bastante.

A ideia de que um edifício pode gerar uma ruína inteligente, na verdade, foi aquilo que herdámos das ruínas do mundo ocidental. É isso que vemos da arquitectura grega hoje: os revestimentos há muitos séculos já não estão lá, deparamo-nos com a ruína. E essa é a grande emoção - quando nos confrontamos com a arquitetura grega - a emoção de ver ruínas inteligentes. Eu acho que estes dois arquitetos britânicos estão a propor uma ideia radical que é: "então vá, vamos tentar fazer isso com aquilo que de mais corrente existe numa cidade que é a habitação coletiva, vamos por isto ao nível do Partenon".

[risos]

Hoje, temos consciência que a indústria da construção, assim como a utilização dos edifícios, são directa ou indirectamente, das maiores fontes de poluição do planeta. Mas continuamos a ser chamados a construir e num momento de urgência climática.

O presente parece, por isso, uma oportunidade de repensar o que significa e deve comportar construir. O que parece impor mudanças a todos os envolvidos no processo: os projetistas, a indústria e os construtores. Qual é a sua percepção sobre a indústria da construção hoje em dia comparando com outros momentos da nossa história em que a industrialização teve um papel preponderante?

Diria que é um papel ao qual a indústria vai ser forçado, diria também que a via possível é exatamente a consagração através das leis do caminho a seguir. Muitas vezes a ideia da lei, seja nos hábitos sociais, seja na ideia de crime, na ideia do que está certo e errado, está à frente da própria sociedade. Isso aconteceu ao longo destes séculos muitas vezes. A própria ideia dos direitos humanos, de que conversamos há pouco, está muito à frente da própria realidade. Quando muitos pensadores tentaram questionar a escravatura no mundo ocidental, portanto na Europa e nos Estados Unidos, fizeram-no sete décadas antes da própria escravatura ter sido abolida, globalmente falando. Portanto, aqui não é diferente, há um património de pensamento científico e artístico que está muito à frente daquilo que é a realidade. O que vai acontecer é que agora vamos ter uma consagração através da regulamentação da construção, das leis, dos benefícios fiscais às empresas que se possam querer inserir nesta estratégia, e isso vai levar um pouco a reboque a maioria das ações. Sempre aconteceu assim. Como disse há pouco, volto a dizer, o nosso grande desafio é o tempo disponível para este processo poder de facto desenrolar-se. O James Lovelock, no último livro que escreveu em 2019, pouco tempo antes de morrer, fala, inclusivamente,

numa ideia muito desafiadora que é: provavelmente os humanos do futuro, a que chama de “pós-humanos”, irão olhar para nós como nós olhamos para o Neanderthal, e nesse sentido esta é a resposta a esta pergunta: estamos num momento em que se vai dar a consagração jurídica, moral até, de todos estes processos, mas depois vamos precisar que o mundo se encaixe e vá a reboque. Mas eu acho que isso já não será para nenhum de nós sentados à volta desta mesa.

O que é valorizado entre os arquitectos, por vezes de forma consensual, não corresponde necessariamente ao que é valorizado pela “pessoa comum”. Nesse sentido surge a questão: O que define a boa arquitetura?

Essa para mim é relativamente fácil, porque tenho feito esse exercício há muito tempo, de procurar uma definição possível para arquitetura. Para mim, é pensamento e construção - é este binómio. Se for só pensamento, falha-lhe o lado do compromisso com a transformação, se for só construção, atualmente, falha-lhe a ambição de diálogo com a história da arquitetura, com a história da técnica, com a própria ideia da natureza, dos sistemas naturais que já falámos aqui. Para mim, para eu sentir que qualquer coisa é arquitetura, tenho que sentir isto, e acho que não devemos ter medo de assumir que, na maioria das manifestações que implicam construção civil, apenas uma pequena parte é arquitetura, e apenas uma pequena parte é capaz de levar esta ideia de tocha olímpica de diálogo com o mundo de uns para os outros, horizontalmente, verticalmente, tanto faz. Tudo o resto é uma espécie de ação episódica que é necessária, nobre, muitas vezes nobre, mas que não chega a ser arquitetura.

A nossa disciplina é uma disciplina que começou com a capacidade de um conjunto de mulheres e de homens olharem para aquilo que estavam a fazer e escreverem tratados

sobre como é que se faz um lintel e uma viga, o que é que significa o lugar do fogo, o que é que é a muralha simbólica e matericamente falando. Portanto, arquitetura para mim implicará sempre isso. Há momentos em que ela foi mais pensamento, como no caso dos arquitetos do século XXVIII, da Revolução Francesa, em que não havia meios, por exemplo, para pôr em prática aquilo que propunham e há momentos em que é altamente operativa e revolucionária, como no movimento moderno. Hoje há muito mais arquitetos e havendo tantas pessoas formadas em arquitetura, dá-se uma nova condição, quanto a mim, bastante fascinante, na qual tudo isto se amplia - ampliando a discussão, eu diria, quase até ao infinito, porque nunca houve tantas pessoas preparadas para a ter. Quando eu ouço esta hipótese de que as pessoas podem não aderir a um trabalho que um arquiteto fez, tendo também a ser muito arquiteto, porque as pessoas não aderiram ao Georges Pompidou quando ele foi construído em Paris e, no entanto, é uma obra que hoje ninguém poderia imaginar ser demolida. Ou, quando o Arquiteto Álvaro Siza começou a fazer o Chiado e as pessoas não perceberam de imediato, talvez porque o processo tenha sido muito lento, o que é que tudo aquilo significava, mas hoje sabemos que foi provavelmente a mais importante reflexão sobre cidade que a nossa cidade teve no século 20, diria eu. Pelo menos é assim que eu vejo, e sei que não sou a única pessoa a pensar nisto. Teremos sempre de pensar que, no pensamento artístico e científico - a arquitetura convoca ambos - não temos de concordar permanentemente com o que as pessoas acham. Muitas vezes o nosso dever é, até, estar onde nem se supõe que possamos estar, porque como também já disse hoje, é preciso que se abram precedentes, e uma vez aberto o precedente, comprovada a sua qualidade, as pessoas vão aderir, tenho a certeza.

Muito obrigada.

Obrigado eu.



Arquiteto João Nunes

Muito obrigado João, por se disponibilizar para partilhar algumas das suas ideias connosco. Em turma, reunimos uma série de questões que nos interessam sobre diversos temas, sendo a primeira sobre a cidade. Num texto escrito em 2003, Jacques Herzog diz: “Já é hora de nos livrarmos dos manifestos e teorias porque eles não são o cerne da questão. Não há teoria sobre a cidade; só existem cidades.” E de seguida questiona: “Como podemos defini-la, já que não conseguimos entender a criação mais complexa e interessante da raça humana?”. Se não conseguimos descrever as nossas cidades a partir de modelos, como podemos operar sobre elas e encontrar as lógicas para a sua requalificação?

Isso não é bem uma pergunta, é uma transcrição de uma afirmação muito questionável e com a qual eu não estou de acordo em vários momentos. Não estou de acordo, em primeiro lugar, com a ideia de nos livrarmos de manifestos e teorias. Não só há imensas teorias sobre a cidade, como algumas nos ajudam, de facto, a perceber o que é a cidade. A primeira noção importante a não perder é o que a cidade representa enquanto lugar abstrato.

Eu sou uma pessoa bastante ligada ao mundo rural e tenho ainda, na contemporaneidade, a perfeita noção do que significa produzir coisas como velos de lã, como litros de leite, como azeitonas, como borregos e interagir com o mercado - interagir com o mercado significa procurar uma plataforma de encontro entre os produtores e os compradores que irão transformar estas matérias primas em tecidos, em queijo, em azeite, etc. E mais do que o lugar onde se produz, a cidade é o lugar do encontro e da troca - é uma espécie de grande feira que trabalha em primeiro lugar sobre excedentes. Se não existir uma agricultura com capacidade produtiva suficiente para criar excedentes, não conseguimos ter produto de troca, não temos mercado, não procuramos essa plataforma de encontro e não existem condições de cidade.

Portanto tudo tem a ver com a nossa capacidade de produzir matérias primas com uma condição da produção de excedentes, que nos liberta da corveia de nos mantermos quotidianamente e nos permite ocupar esse lugar da troca.

Eu creio que esta é a primeira teoria sobre cidade - é um encontro - e é uma teoria interessante que não só nos localiza espacialmente, que é já algo que descende imediatamente deste raciocínio, como também nos permite entender a cidade como sendo profundamente complementar a outras coisas. Não é um objeto, é uma relação, um tecido de relações, um produto de relações - se não existirem essas relações, não há cidade. A confusão entre a cidade-relação e a cidade-objeto é uma questão muito contemporânea e a necessidade de teorizar sobre a cidade tem que ver com a necessidade de não esquecer essa diferença. Podemos teorizar sobre o objecto cidade, sem dúvida nenhuma - "como é que se resolve a figura que deve física e materialmente ser capaz de gerir e articular essas relações?", mas não me parece que seja isso a teoria sobre a cidade. A teoria sobre a cidade é feita questionando, por exemplo, como relacionar questões de densidade com a ocupação dos vales - que é um problema que se põe nas cidades sem porto - e conseguindo compreender a cidade como parte de um sistema muito mais vasto, ao qual eu chamo paisagem. E, portanto, recuso completamente a ideia de que não há teoria sobre a cidade. Há teoria sobre a cidade, há teoria sobre a paisagem, e são essas teorias que nos ajudam, precisamente, a produzir modelos sobre a cidade.

Temos, felizmente, muitos modelos de funcionamento da cidade, alguns mais básicos - onde se reúnem produtores com produtores, e produtores com consumidores - que nos permite, não só, perceber a cidade como um nodo de um grande sistema a que se chama paisagem, como nos permite, também, perceber quais são as formas de financiamento

das várias paisagens - se comprar um pão local e azeite estou a financiar uma paisagem, se comprar bímbo e manteiga estou a financiar outra - e isto está diretamente relacionado com este modelo, numa espécie de grandes grafos onde os nodos são as cidades.

Depois há modelos muito complicados relacionados com as dinâmicas, com os fluxos, com a mobilidade, com a drenagem das águas, com o solo e a ocupação do solo, etc. Os modelos de funcionamento das cidades sobre o ponto de vista da drenagem, por exemplo, fazem-nos muita falta - nomeadamente, para perceber que os fenómenos climáticos extremos não são algo excepcional ou imprevisível, muito pelo contrário, acontecem com uma precisão bastante rigorosa - e é necessário tomarmos medidas de modo a conseguir evitar que os aspetos mais catastróficos desses fenómenos se voltem a realizar.

Acho que o João já respondeu em parte à questão do próximo tópico, que fala sobre a *Entangled Life* - num dos seus escritos Paulo Mendes da Rocha refere-se à ideia de urbano dizendo: "O urbano não é nada. O urbano é um estado de espírito. O urbano é o homem, nós somos o urbano. E a cidade é a nossa intriga. Uma nova intriga entre os homens que a habitam. É isso na minha opinião que é o urbanismo. A existência de um ser urbano que vive na confiança vive, na esperança e na solidariedade do outro". Hoje em dia os humanos passam a maior parte do seu tempo em espaços desenhados, é responsabilidade de quem os desenha lembrar [os humanos] de que fazem parte da natureza? Qual é o papel da natureza na cidade?

O "urbano não é nada" não é bem assim - o urbano serve, no fundo, para fazer funcionar um sistema maior e eu percebo esta ideia de que a cidade é a nossa intriga, é uma espécie de script, mas que tem, precisamente, a ver com a questão das relações - são estas que

escrevem a cidade, que a descrevem e que a constroem e essa imagem é bonita... A ideia de um modelo generoso do desenho da cidade, como era o caso [do modelo] do arquiteto Paulo Mendes da Rocha - a ideia de que a intriga é feita na tentativa de construção da confiança, da solidariedade e da esperança que pode haver uma maneira justa de escrever e desenhar essa narrativa. Eu creio que os humanos passaram a maior parte do tempo em espaços desenhados - a partir do momento em que começaram a transformar o mundo que os rodeia, plantando e semeando as primeiras sementes, cortando floresta, criando os primeiros sinais de antropização, estavam já a desenhar espaço para viver neles e essa é a nossa sina, é aquilo que sabemos fazer. Aliás, pelo contrário, somos completamente incapazes de viver no selvagem e de sobreviver em espaços que não sejam transformados em qualquer coisa de habitável, porque somos tão frágeis que se formos submetidos às verdadeiras condições do selvagem, morreremos de frio, de extremo calor, de radiação solar, de fome, somos comidos por outros animais, não somos capazes de nos defender.

Portanto, não concordo com a ideia bastante radical de que o homem ou faz parte da natureza ou faz parte de uma outra coisa que contraria a natureza - o homem faz parte da natureza, como é evidente, mas tenta construir uma natureza de substituição que lhe seja mais favorável, de modo a conseguir sobreviver nela. E como é que se transforma essa natureza? Transforma através de dois instrumentos - a fabricação - através da assemblagem das matérias primas e de materiais dispersos, fazemos cabanas, iphones, automóveis, foguetões e construímos artefactos que estão, à partida, condenados a serem remetidos para uma condição de lixo, quando a sua função principal se tornar obsoleta. Mesmo as pinturas da Inês [Lobo] e do Miguel [Judas], só não são lixo porque conseguem construir em redor delas próprias uma relação de afeto com as pessoas.

Esta caneta será lixo, ou seria lixo se eu não gostasse muito dela. A única maneira de conseguirmos resgatar os artefactos produzidos de uma condição de futuro lixo é envolvermo-nos emocionalmente com eles - sejam eles obras de arte, casas, canetas, e até mesmo iphones. Há quem coleccione iphones antigos, que é inexplicável, mas que de facto acontece. E portanto estamos sempre a produzir lixo, ou então a resgatar desse lixo aquilo que amamos. Como é que as coisas conseguem suscitar essa relação de amor, é que é uma dificuldade.

Por outro lado, há outro processo de produzir artefactos - a domesticação - através da transformação contínua da condição original que a natureza nos oferece, de forma a que esta responda às nossas conveniências, ou até para a especializar, como fazemos com as vacas - vacas de leite ou vacas de carne - ou com cães - cães de guarda, cães pastor ou cães de companhia. Quando fazemos isso, estamos realmente a criar artefactos, mas são artefactos completamente diferentes dos primeiros, porque não têm um ponto zero - uma caneta tem um momento zero, o momento da criação - com os animais domesticados isso já não acontece, não existe o ponto zero na criação de uma raça - é a pré-existência transformada. E isso acontece com tudo aquilo com que nos relacionamos com este espírito de domesticação - não só animais e plantas, mas também terraços nas montanhas, diques nos rios, operações de drenagem nos solos. As grandes transformações, os grandes metabolismos na paisagem, são feitos com o espírito da domesticação com que transformamos todas estas realidades que acabam por ser tão artificiais que, tal como nós, se tornam completamente incapazes de se relacionar de uma maneira autónoma com a natureza de onde saíram.

Se imaginarmos o yorkshire terrier abandonado numa floresta, não tem qualquer viabilidade autónoma - é dependente do humano - e esse negócio é a chave disto tudo.

Retiramos, a essas plantas e animais, a condição e a liberdade da autonomia, mas também oferecemos outras coisas - vidas mais longas e mais saudáveis, assim como a ausência de sofrimento, de stress e da angústia de ter que procurar comida. A esperança média devida dos lobos selvagens, por exemplo, antepassados dos nossos cães, é de 5 anos e criamos um cão que vive 15. Ou em relação ao sucesso global de espécies como o trigo - uma erva que estava perdida no meio de tantas outras há 25 mil anos e que, neste momento, é a espécie mais frequente na superfície do globo, apenas porque assinou um pacto connosco - perder a autonomia e conseguir, com a humanidade, crescer dessa forma. Este pacto é o nosso fardo cultural. A domesticação é o nosso contrato - nascemos com essa responsabilidade, que está relacionada, fundamentalmente, com afeto, com cura, com tratar, com manter. Não podemos rejeitar isto.

Este raciocínio aplicado ao cão - “o cãozinho é muito querido, quero um cãozinho, depois já não quero o cãozinho, abandono o cãozinho” - isto é uma coisa terrível, mas nós fazemo-lo com paisagens, por exemplo. Tratamo-las, curamo-las, enquanto elas são diretamente úteis para nós, porque há fome e vamos pastando, ou vamos construindo terraços, vamos produzindo olivais e vinhas e depois, de repente, quando percebemos que ganhamos mais dinheiro a fazer negócio da bolsa ou a alugar quartos, esquecemos isso, descemos completamente de cota todos os limites da domesticação. Começamos a comprar azeitona a Marrocos e laranjas à Argélia e a nossa paisagem transforma-se pelo abandono. O abandono, no caso do domesticado, não significa uma regressão à condição original de natureza, porque isso é evidentemente impossível, significa só uma espécie de flutuação num estranho limbo de uma quantidade de sistemas e de seres vivos que já não são uma coisa e que não conseguem regressar a outra e que, portanto, constroem sempre uma outra coisa nova.

Eu creio que estes são os dois instrumentos da construção e do desenho da paisagem e que não existem muitos metros quadrados de chão no mundo que não sejam, de um modo ou de outro, desenhados por nós. Mesmo quando consideramos e definimos um grande espaço intocável na paisagem natural, esse mesmo gesto de o demarcar e de o considerar intocável é já um modo de domesticar, de atribuir um determinado sentido e de propor um certo sistema de gestão, que o transforma evidentemente num espaço de domesticação. Todas aquelas reservas de leões e rinocerontes que vemos nos documentários de televisão são uma espécie de grandes quintas, onde aprendemos a conseguir gerir esse último estado de domesticação que é, no fundo, a gestão do selvagem.

Sendo assim, em relação a esta afirmação, a grande diferença, no meu entender, é que não começámos agora a passar a maior parte do tempo das nossas vidas em espaços desenhados - nós sempre vivemos em espaços desenhados, nós somos espaços desenhados. É difícil distinguir-nos dos espaços desenhados onde vivemos, e é difícil distinguir os espaços desenhados de nós - é mais do que um habitat, é uma espécie de casulo, uma cápsula que faz parte do comportamento intrínseco dos nossos seres. Nesse aspecto, penso que essa fronteira entre “natureza” e “não natureza” é um assunto que não interessa muito, de facto, não é essa a questão - a questão é: como conseguimos domesticar, com que ética conseguimos domesticar, com que intenções, com que consequências, com que peso, com que significado para o futuro, é que conseguimos desenhar os espaços da nossa vida?

O seguinte tema é, também, relacionado com a cidade, mas mais direcionado para a questão do direito à cidade e à habitação. O Século XX foi marcado pela busca de providenciar habitação - a “habitação para o maior número”

foi central à arquitetura e à criação de cidade, sobretudo por iniciativa pública. Mais recentemente, emergiu a fé na “mão invisível do mercado” e no investimento privado como resposta ao problema. Um credo que os atuais fenômenos de gentrificação urbana puseram em crise. O direito à habitação, e à cidade, devem ser um direito universal? O direito à cidade é um dever do arquiteto, mais do que dos outros cidadãos?

O direito à cidade é um direito universal, tanto como é o direito ao campo. O que eu creio que faz sentido falarmos é do direito à vida que escolhemos e às atividades que escolhemos - a cidade não é um direito, é uma opção - uma opção que, cada vez mais, não é necessariamente universal. Vivemos um momento em que, mesmo não considerando os fenômenos abstratos e teóricos da ruralização, se observa, até na sequência das mãos invisíveis do mercado, uma clara opção por modos de vida diferentes. Sair da cidade, viver no campo, criar galinhas, dedicar-se ao melhoramento de espécies de pombos, por exemplo, ter atividades paralelas à atividade principal - que só são possíveis, porque se vive no campo e não na cidade. O direito a viver como queremos é a nossa grande liberdade, esse é o direito que devemos defender. Queremos cidade, sim, defendamos o direito à cidade, queremos não cidade, defendemos o direito a essa não cidade - mas de uma forma que possamos garantir que seja tão construtiva, tão segura, tão eficaz como a cidade. Ainda existem muitos sítios no mundo, infelizmente, em que as pessoas ao fazerem essa escolha, fazem também a escolha entre ter um hospital a 20 minutos ou correr o risco de se filho tiver uma apendicite, poder morrer no caminho para o hospital. A defesa da liberdade de escolha deve ser um dever dos arquitetos? Com certeza que sim - esse é o dever dos arquitetos. Infelizmente, a maior parte dos arquitetos, na literatura que é produzida a propósito da arquitetura, têm

sempre uma posição extremamente solidária e radicalmente defensora dos direitos e liberdades dos seus concidadãos, no entanto, na primeira oportunidade, agarram-se ao poder económico com unhas e dentes e tornam-se os mais subservientes e vis escravos, precisamente daquilo que anteriormente defendiam. Eu conheço tantos casos assim, que me incomoda pensar nisso.

O que é preciso resolver, em primeiro lugar, é este horror das pessoas acharem que o que interessa é a sua inscrição nesta espécie de corrida de ratos - aos lugares de visibilidade na arquitetura e, sobretudo, aos lugares de espetacularidade na arquitetura. Deve ser investido um grande esforço de formação através do exemplo, porque não é possível incentivar a uma postura extremamente crítica em relação ao trabalho do arquiteto e ao papel que este deve ter na luta ao direito à cidade e enquanto defensor dessas liberdades, se depois se assina projetos de especulação escandalosa. Portanto, os alunos de arquitetura são e têm que ser, suficientemente, críticos para conseguir entender as posições que cada um toma, para além da espetacularidade dos seus resultados arquitetónicos. Assim como devem ser críticos em relação à própria espetacularidade e perceber no que esta se traduz, quais foram os esforços efetivos, qual foi a produção, nem que seja conceptual, que se conseguiu conseguiu fazer em relação à defesa desses direitos. Creio que se começarem a analisar a obra das vossas referências, sobre esse ponto de vista, vão ter umas amargas surpresas - muitas desilusões - mas é muito importante fazer essa leitura.

Aceitando, então, que defender o direito à cidade é um dever do arquiteto, questiono se esse é um papel que este deve assumir com maior importância, ou se todos os cidadãos o devem assumir por igual?

O arquiteto tem uma responsabilidade inacreditável, precisamente, por que tem a opção de se subjugar ao poder e ao poder económico, e realizar experiências de espetacularidade - mas não me parece justificável. Podíamos dizer que sobre o ponto de vista da pesquisa e da construção de um corpo arquitetónico, fazer ou ter a oportunidade de fazer 50 objetos espetaculares em arquitetura vale a venda da alma ao diabo, mas eu acho que não vale, sobretudo porque nem acredito na verdadeira valia dos objetos espetaculares. Não só porque em si o negócio é mau, como, ainda para mais, aquilo pelo qual trocamos a alma são coisas que não interessam. Se observarmos a arquitetura espetacular de há 40 anos - os magníficos anos 80 - à luz daquilo que vocês (alunos de arquitetura) pensam, questiono-vos: o que é a arquitetura espetacular dos anos 80? Efetivamente, a arquitetura espetacular dos anos 80, a qual deixava os vossos colegas de "boca aberta", era precisamente produzida pelos mestres dos vossos colegas com essa mesma intenção.

Eu estou convencido que a espetacularidade não é o valor, e que, assim sendo, "vender a alma" para testar espetacularidade não vale mesmo nada.

Falando agora sobre o chão comum e a partilha - Doris Salcedo, a artista contemporânea colombiana, diz numa das suas entrevistas: "o meu processo é interferir, inserir-me no espaço público obliquamente e não diretamente, para que outros possam, por sua vez, reivindicar o espaço para si." O espaço público é um mecanismo de coesão social?

Claro que sim, o espaço público é o set para mecanismos de coesão social - é a caixa onde estes mecanismos podem funcionar. No entanto, o espaço público é uma coisa muito alargada, e eu creio que o facto do espaço público ser um mecanismo de coesão social tem muito pouco a ver com a Doris Salcedo.

Doris Salcedo intervém de maneiras muito pontuais, muito específicas e em contextos que têm, felizmente, pouco a ver com a nossa cidade, mas o que é fundamental perceber é que este não é um espaço de interação entre os eleitos e a população - é um espaço de interação entre a própria população e que essa interação não é necessariamente menos rica do que a interação estimulada por uma espécie de crack. Ou seja, não precisamos de artistas que nos ensinem de que maneira é que os espaços públicos podem ser instrumentos extraordinários de coesão social, porque as pessoas, sobretudo hoje em dia, sabem muito bem, sozinhas, transformar o espaço público em lugares e em espaços de construção de coesão social.

Estamos a trabalhar no parque em Marvila e a maneira como as comunidades estão a acompanhar o processo, deixa-nos sem qualquer sombra de dúvida sobre a capacidade que estas têm para o fazer, autonomamente, sem animadores ou facilitadores. Estão, somente, reunidos em associações, em pequenas plataformas de locais de interesse, em comunidades de bairro, em grupos de artistas, em grupos de rua, em bandas musicais - subestimamos muitíssimo a capacidade das pessoas de conseguir construir essas grandes energias de construção de coesão social. Damos-lhes muito pouca atenção - se calhar, devíamos ir buscar espaço de visibilidade da arquitetura espetacular e dá-lo a essas iniciativas espontâneas comunitárias, porque são muitíssimo válidas, em todos os aspetos. Tenho contactado, não só em Portugal, com comunidades que são, efetivamente, de uma riqueza inacreditável, e não são especialistas, são amadores em tudo - em teatro, em música, em artes plásticas, em graffiti. Mas o espaço público é muito mais do que praças e ruas. O espaço público é todo o espaço da infraestrutura, por exemplo - são as linhas de comboio; são as margens e as faixas de proteção das linhas de comboio; são os domínios hídricos; os domínios públicos

marítimos; os espaços das grandes infraestruturas, das servidões dos nossos percursos que atravessam os grandes latifúndios no Alentejo, para conseguirmos ir ver o Guadiana. Percursos esses que são, frequentemente, cortados pelas operações de lavoura das terras, para que não existam essas penetrações, que só a muito custo conseguem ser mantidos, e mesmo assim reduzidos a um número simbólico. É uma rede muito especial, muito importante e que também não consideramos da maneira devida.

Sob o ponto de vista, exclusivamente, abstrato, dizer que se pode ir a pé ou de bicicleta de Lisboa a Moscovo, é de uma importância inacreditável. Não agora, tendo em conta o que se está a passar, mas em termos abstratos, só considerando a distância e a complexidade do território percorrido é uma ideia extraordinária. Quem diz Moscovo, diz ir pela água até Veneza, por exemplo, pelo grande espaço público que é o mar, os rios, as lagoas - perceber a liberdade que isso é, e quando se poderá perder dessa liberdade, quando também o mar e esses espaços de reserva dos últimos redutos, do sentido comum do espaço, se perderem. E digo "quando", porque me parece ser apenas uma questão de tempo - se observarmos os mapas das concessões oceânicas ficamos arrepiados - sobram apenas uma espécie de estradas. Entre concessões de telecomunicações, concessões de pescas, concessões de exploração mineira e petrolífera, a quantidade de coisas que começam a surgir como quintas privadas ou concessionadas nos mares é absolutamente inacreditável. E tal como aconteceu na terra - em que existiam enormes extensões de pastos comunitários, os baldios, que foram quase todos convertidos em estruturas cadastrais privadas ou do domínio privado municipal - acabará por acontecer nas águas.

Eu considero extraordinariamente importante defender a ideia do espaço público enquanto algo que transcende até o espaço da cidade e que se estende, permitindo a conexão entre as várias cidades do mundo.

O nosso próximo tema é sobre o habitar. Hashim Sarkis questiona o que é o habitar coletivo da seguinte forma: precisamos de um novo contrato espacial. "No contexto de crescentes divisões políticas e crescentes desigualdades económicas, é urgente imaginar espaços nos quais possamos viver juntos com generosidade. Juntos como seres humanos que, apesar da nossa individualidade crescente, se desejam conectar uns com os outros e com outras espécies, através do espaço digital e do espaço real, juntos como novas famílias em buscas de espaços mais diversos e dignos de habitação. Juntos como comunidades emergentes que exigem equidade, inclusão e identidade espacial. Juntos através das fronteiras políticas para imaginar novas geografias de associação. E juntos como um planeta que enfrenta crises que requerem uma ação global para que possamos continuar a viver." De que forma é que um edifício de habitação pode garantir uma experiência de partilha de um espaço comum entre os seus habitantes?

Eu creio que de muitas formas. Se pensarmos na Suburra, uma realidade muito interessante - a grande confusão urbana da cidade pobre romana, onde as insulae, edifícios de 4 ou 5 pisos eram alugados ainda de acordo com as diferentes estratificações sociais da própria Suburra, com densidades de utilização diferentes - um pouco como cá, onde havia casas que correspondiam cada uma, a uma família; ou cada piso a uma família; mas havia também divisões que tinham várias famílias, e nos sítios mais densos e mais pobres da Suburra havia até espaços em que cada compartimento albergava já imensa gente. E isso acontece hoje, aqui, em Lisboa, exatamente da mesma maneira. Ou seja, esta ideia da especulação, esta ideia da injustiça na forma do direito à habitação - não são questões que tenham sido criadas, nem com a revolução industrial, nem com a liberalização dos mercados, nem com estas febres recentes da mão invisível do mercado.

São coisas que, aparentemente, estão inerentes a uma determinada maneira de entender a comunidade e a uma determinada maneira de entender o outro, que é tão censurável na contemporaneidade, como era no tempo dos romanos. O que isto significa é que, há 2000 anos, havia pessoas ricas que investiam na construção de edifícios, com o intuito de conseguir especular e explorar as condições de pobreza e de miséria dos seus concidadãos, ganhando fortunas. O que é assustador é entender que em 2000 anos não fizemos nada em relação à eliminação dessa atitude, dessa forma de entender o outro e de fazer dinheiro com o outro, e não tenhamos conseguido estabelecer outras formas de construir relações - porque, de facto, são exatamente iguais. Se começamos a estudar todos os aspectos da vida romana, as questões de relação familiar ou as relações sociais relacionadas com a sexualidade, por exemplo, são completamente diferentes com a nossa contemporaneidade, no entanto, o conceito de explorar os que têm menos dinheiro conseguiu chegar intacto aos nossos dias.

Portanto, o nosso dever e obrigação de refletir sobre isto é absolutamente fundamental e creio, mesmo, que é a chave para a solução de uma quantidade inacreditável de problemas - se alterássemos as nossas relações com os outros e as nossas relações com os outros no que diz respeito à especulação e à habitação, o mundo era muito melhor, o mundo era de facto muito diferente. Da mesma forma que temos exemplos de especulação, também temos exemplos muito virtuosos. Estou-me a lembrar da Unité d'Habitation, de Le Corbusier - aquela magnífica ideia de haver um piso comum, que não era de ninguém e que era um sítio onde as pessoas cozinhavam, lavavam roupa, estavam e falavam. Isso significa oferecer, em termos especulativos, àquela comunidade, uma quantidade de espaço que só é rentável na medida em que consegue contribuir para o bem-estar daquelas pessoas. Eu acredito que as duas coisas estão muitíssimo ligadas - ou

nós conseguimos encontrar modelos generosos de proposta das condições do habitar em todos os níveis, espaço público, espaço privado, habitação, e conseguimos entender a promoção da arquitetura como qualquer coisa que tem que ser guiada por parâmetros e princípios éticos; ou então cada metro quadrado serve apenas para "encher os bolsos" do promotor, à conta de uma determinada oportunidade que, eventualmente, lhe terá caído do céu.

Portanto, isto está sempre relacionado com a posição do arquiteto. E ainda por cima, aquilo que se observa, é que isto faz-se cada vez por preços menores - "a alma é vendida por preços cada vez mais baratos" - que é uma coisa que arrepiava. Mas isto tem a ver convosco. Eu tenho muita esperança nesta geração, porque é uma geração que tem cada vez menos apetite por brinquedos fúteis, tem outros interesses - interesses que considero serem mais elaborados - preocupam-se com viver melhor, estar com outras pessoas. São valores completamente diferentes dos valores que, por exemplo, animavam as ambições das pessoas nos anos 80 - como o Taveira a andar de Ferrari, com "miúdas giras" - que hoje, para a vossa geração, é completamente caricato, não faz o mais pequeno sentido, é ridículo.

[Inês Lobo]: Não sei se não vivemos numa bolha. A geração que nos chega, os alunos que nos chegam aos cursos que lecionamos, eventualmente, não são um exemplo.

Pois, não sei, eu tenho sempre esperança que seja diferente, que as coisas estejam realmente a mudar. Como, também, tenho esperança que mudem nos próprios domínios da arquitetura - os prémios cada vez permeiam menos a arquitetura espetacular e, pelo contrário, conseguem assinalar o interesse na arquitetura não espetacular, na arquitetura ética, na arquitetura pobre que tenta gastar pouco.

A sexta questão é sobre a durabilidade, a flexibilidade e a ruína. No livro "On and Around Architecture: Ten Conversations", da dupla Jonathan Sergison e Stephen Bates, refere-se a ideia de olhar para o projeto de um edifício de habitação coletiva a partir do seu tempo de vida. O seu esqueleto, na perspetiva destes arquitetos, deve ter um tempo de vida longo, e ser visto como uma ruína permanente, que pode ser habitada transitoriamente. Para isso deverá ser flexível e duradoura. Os outros ciclos de vida são médios, ou seja, são ciclos que se devem adaptar às alterações. O esqueleto é, assim, habitado pelos diversos componentes do edifício, como os que asseguram o funcionamento das infra-estruturas ou as fachadas e o invólucro. Esta separação em três momentos obriga-nos a uma outra forma de projetar, em que o tempo volta a ser um dado fundamental no processo - tempo de execução e tempo de vida. Como devemos definir flexibilidade na arquitetura? Qual é o seu maior obstáculo?

Há aqui um certo otimismo da parte do Jonathan em relação à tal universalidade e estabilidade da estrutura. Ultimamente, tenho trabalhado muito em Itália, que é um sítio onde houve uma transformação da própria carta de risco sísmico do país, devido a uma série de terremotos em zonas que não eram consideradas zonas sísmicas - nomeadamente, em toda a Emilia-Romagna - e, de repente, a própria estrutura é posta em causa. Um projeto que implique a renovação de um edifício preexistente implica, também, para que seja aprovado, que a estrutura seja revista, para serem incluídos os parâmetros de resistência sísmica. Portanto, eu creio que esta é uma reflexão muito interessante, como todas as reflexões que incluem o tempo como pensamento na arquitetura, precisamente, porque se opõe a esta visão um pouco ingénuo, em que os arquitetos desenhavam "um boneco" e estavam convencidos de que esse "boneco" era o que o edifício ia ser para

toda a eternidade, e quando lhes perguntavam qual era o tempo de vida útil do edifício, ficavam completamente alucinados, porque era uma questão que nem se punha.

Quando vemos os livros de fotografia, o que é que acontece? Aquilo começa imediatamente a envelhecer - ainda está novinho e já tem algumas coisas a envelhecer. O capítulo de um edifício começa, precisamente, no momento em que se dá a chave ao locatário e isso exprime-se de várias maneiras diferentes - o envelhecimento dos materiais, as diferentes resistências dos materiais ao ambiente, as mudanças de programa, as mudanças de gosto da mulher do senhor, ou as mudanças de mulher do senhor, que vai mudando as cortinas e as mobílias. Tudo isso se afasta desta ideia de eternidade e se torna muitíssimo mais dinâmico, talvez mais interessante, na medida em que vai gerando, continuamente, problemas diferentes a cada dia de vida da obra. Este pensamento tem que envolver as possibilidades de deriva no desenho inicial e tem que conseguir estabelecer os próprios princípios dessa deriva - perceber o permanente e o transitório, perceber o permanente e o declinável. Isto discute-se em tantas ordens, por exemplo, quando se desenha um parque - os argumentos arquitetónicos que vão ser visíveis no momento da inauguração são pouquíssimos - são os elementos construídos, os pavimentos, os muros, os candeeiros, o mobiliário, a topografia - aquilo que constitui, efetivamente, o espaço arquitetónico de um parque ou de um jardim, daí a trinta anos, são as grandes copas das árvores, as mudanças de cor, as mudanças de transparência, as mudanças de luz, as relações entre as várias copas - é uma outra arquitetura que se vai desenvolver autonomamente, partindo dos primeiros argumentos. E temos que cuidar desses argumentos com a mesma cura e com a mesma profundidade, com que preparamos os outros, e conseguir inserir no desenho essa espécie de realidade incipiente que já sabemos que vai desenvolver uma outra condição

arquitetónica, uma outra condição espacial, completamente diferente. Não é propriamente flexibilidade - é uma espécie de projeto a vários tempos - e é evidente que os tempos mais distantes não se conseguem controlar, mas consegue-se, abstratamente, perceber a abertura e as relações entre o permanente e temporário que se podem aplicar. Não é apenas em termos de esqueleto e não esqueleto - é mais complexo do que isso, até porque depende do tipo edifício, mas isto já se faz há muitos anos - neste momento, há sedes de universidades que eram hospitais e que foram conventos - o caso da Nova, no Campo de Santana, agora é uma sede institucional - tem auditórios e salas; a escola de Belas Artes é outro exemplo. Lisboa está cheia de exemplos muito mais elaborados, do que simplesmente dizer que o esqueleto se mantém - não é propriamente o esqueleto que se mantém - é um raciocínio em que se consegue separar o que se considera permanente e o que pode ser mais temporário, e é um raciocínio que tem que existir. Eventualmente já existia. Não acredito que seja pura coincidência que estes edifícios que dão agora excelentes salas comuns de universidades, também dessem excelentes salas de escolas de medicina e que também dessem excelentes salas de conventos. Não é uma coincidência.

O tema seguinte é sobre a tradição e a industrialização. Hoje, temos consciência de que a indústria da construção, assim como a utilização dos edifícios, são direta ou indiretamente, das maiores fontes de poluição do planeta. Mas continuamos a ser chamados a construir e num momento de urgência climática. O presente parece, por isso, uma oportunidade de repensar o que significa e deve comportar construir. O que parece impor mudanças a todos os envolvidos no processo: os projetistas, a indústria e os construtores. Qual é a sua percepção sobre a indústria da construção hoje em dia, nomeadamente,

comparando com outros momentos da história em que a industrialização teve um papel preponderante?

É importante sublinhar que os edifícios, que usam sobretudo betão, não são fontes de poluição - são fontes de carbono - são coisas diferentes. O carbono não é um agente poluente, o carbono, o dióxido de carbono não é um poluente - o dióxido de carbono é um componente ativo e universal da nossa atmosfera. Se esta não tivesse dióxido de carbono em grandes quantidades, não teríamos plantas, não teríamos vida à face da Terra, não teríamos nada. Através da fotossíntese, as plantas decompõem moléculas de oxigénio do ar, de dióxido de carbono e de água e constroem uma outra molécula complexa - constituída por carbono, dois átomos de oxigénio e um de hidrogénio - o CO_2H - que é a molécula base de todas as substâncias orgânicas. Sem dióxido de carbono não há fotossíntese, sem dióxido de carbono não há a extraordinária passagem entre o mundo mineral e o mundo orgânico. O dióxido de carbono não só não é um poluente como é, absolutamente, essencial para a nossa vida. A única questão é conseguirmos afinar a dosagem - demais parece que é em excesso, mas de menos também é. Portanto, não vamos confundir poluição com produção de dióxido de carbono. E o que o betão produz não é poluição, é dióxido de carbono, não têm nenhum componente, não produz líquido, não produz gases tóxicos, não produz nada em que seja preciso interferir.

Devo dizer que esta ideia da indústria da construção é algo que me faz muita impressão, sobretudo quando vi as casas da Toyota - por um lado, percebo a necessidade de se tornar o processo de construção cada vez mais inteligente, mas por outro, assusta-me que a casa seja escolhida como se escolhe um carro - "queres uma casa Toyota modelo 5 ou preferes uma Hyundai modelo 16?".

Eu gosto de máquinas fotográficas e gosto de lhes mexer, de as montar e de as desmontar e há aqui uma passagem muito engraçada - mais ou menos por volta dos anos 30, quando se alterou os processos de industrialização, exatamente do mesmo modo com o que se passou com os sistemas informáticos. Atualmente, compra-se um sistema informático, que é de tal forma blindado, que a interação com o sistema é praticamente impossível. Nos anos 80, quando comprávamos sistemas informáticos, comprávamos coisas com as quais interagíamos. Existiam umas revistas de rotinas que se compravam e que se trocavam; e havia mails (não no sentido digital), mas caixas postais onde se mandava dinheiro e nos enviavam, de volta, pequenos programas - estávamos continuamente a programar sobre aquilo que comprávamos, para adaptar os programas à nossa realidade, para os transformar em coisas mais próximas às nossas necessidades. Com as máquinas era a mesma coisa - quando as máquinas fotográficas eram feitas em madeira, as pessoas adaptavam-nas, compravam mais um elemento de lente, ajustavam as distâncias focais, mudavam as dimensões do vidro de focagem, etc. Era uma constante adaptação, feita artesanalmente, com serrotes, cola, e coisas do género. Quando começámos a trabalhar com plásticos, sobretudo as câmaras Bakelite, isso acabou, porque a câmara Bakelite é fechada, não é interativa, não se pode transformar em coisíssima nenhuma. Não mudas lentes, não mudas nada. Se se partir, não tem qualquer hipótese de ser reconstruída, e faz-me impressão que seja assim. Com os carros aconteceu o mesmo, os primeiros carros eram profundamente passíveis de serem adaptados às nossas necessidades. Hoje em dia é tudo fechado - compramos um pacote com o qual temos de viver durante o seu tempo de uso - e essa é outra questão - a durabilidade. É verdade que as coisas não são eternas e são adaptáveis, mas também não podem ter um período de

decadência previsto pelo próprio fabricante, que é o que acontece com todos os objectos manufacturados neste momento. Compra-se uma coisa com três anos de garantia e já se sabe que ao fim de quatro aquilo não funciona - a garantia é essa - depois de quatro anos, a coisa não funciona. E isto aplicado à questão da casa, faz-me muita impressão - porque uma coisa é um ventilador ou uma máquina fotográfica, e outra é a casa. E quando entregamos (se entregamos) a produção das nossas casas à indústria, estamos a criar a condição inevitável de que as nossas casas terão um tempo de caducidade absolutamente definido de fabrico. Tudo irá deixar de vedar, deixar de ser estanque, deixar de funcionar assim que termine o período de garantia. Isso é bom no sentido em que vai renovar o desenho... mas eu duvido muito. Eu vivo numa casa de 1700 e acho que aquilo é impecável, não a trocava por nada.

Por último, gostaríamos de discutir o papel da nossa disciplina na sociedade. O que é valorizado entre os arquitetos, por vezes de forma consensual, não corresponde necessariamente ao que é valorizado pela "pessoa comum". Nesse sentido surge a questão: O que define a boa arquitetura?

Pois, eu penso que isto é absolutamente verdade. Um dos problemas é esse - o problema do funcionamento em circuito fechado. Cada vez mais se celebra a arquitetura entre arquitetos, se faz arquitetura para mostrar aos arquitetos e se trabalha nessa espécie de ciclo vicioso, em que a relação com as comunidades se tornou muito distante, abstrata e, sobretudo, muito desinteressante para os arquitetos. Estes não estão interessados naquilo que as pessoas pensam ou acham da sua arquitetura e a culpa disso é não haver críticos - o papel do crítico é do colega. Não há críticos de arquitetura, que estudaram crítica de arquitetura, que tem essa

posição e que não são arquitetos. É uma figura que desapareceu - curiosamente, nas outras artes não desapareceu, para o melhor ou para o pior, lá estão eles. Transformar os nossos colegas nos críticos da produção é o pior que pode acontecer - ou “vendemos o ouro ao bandido” ou ficamos reféns de uma circunstância muito má - a troca de “chapeladas”: “eu digo que o que fizeste é ótimo e tu dizes que aquilo que eu fiz é ótimo”... isto é muito mau e só se resolve, de facto, com uma condição crítica autónoma - que é, no fundo, o que os prémios poderiam ou deveriam fazer e, provavelmente, alguns até o estarão a fazer... não sei.

Mais importante do que definir arquitetura, é definir o processo através do qual a arquitetura se pode transformar em algo mais próximo e mais útil para as pessoas. Se andarmos pela cidade fora, percebemos que uma grande parte dos malefícios, que esta exhibe, foram assinados por arquitetos - isso é dramático. Gostava de poder dizer que uma grande parte dos edifícios anónimos que eu adoro, que constituem a cidade foram feitos por arquitetos, mas também não o posso fazer. Estas duas coisas conjugadas são terríveis e são uma das grandes responsabilidades desse afastamento. Aqui, em Alvalade, estamos num ambiente que, por acaso, é uma tábua de salvação, uma exceção - é feita por arquitetos e é um sítio maravilhoso, ótimo para viver e é realmente uma produção de arquitetos. Mas estes arquitetos são os tais anónimos, não estavam minimamente preocupados nem com espetacularidade, nem com visibilidade. Estavam interessados na construção de uma espécie de grande obra coletiva, da grande obra anónima, que tem esta capacidade incrível de produzir um habitat com uma enorme qualidade e que é reconhecido pelas pessoas. As pessoas não sabem os nomes dos arquitetos que fizeram estes edifícios, mas têm a perfeita consciência da qualidade da arquitetura na qual vivem, tanto em termos de edifícios, como em termos de espaço público e isto é que é importante - servir esta relação,

não é identificar o autor. Sabem quem fez o Jardim da Estrela? Não sabem - não interessa a ninguém quem fez o Jardim da Estrela - mas que é uma coisa magnífica, é. Talvez a substituição da obsessão pelo autor, pela tentativa de construção de uma ideia mais coletiva da produção não fosse má ideia.

Há algumas definições de arquitetura - a arquitetura é a arte da conceção do espaço onde vivemos, seja ele espaço edificado, espaço aberto, agrícola, florestal, etc - é o pensamento que está por detrás do espaço desenhado onde vivemos, e creio que as regras do seu pensamento deveriam ser regras muito mais inclusivas, por exemplo, no que diz respeito à infraestrutura. A infraestrutura ainda é desenhada com pensamentos extremamente escassos sobre o ponto de vista da qualidade de vida do seu utilizador - são espaços que são desenhados como coisas economicamente rentáveis e funcionalmente eficazes - ao desenhar uma autoestrada, não existe, propriamente, uma preocupação sobre o conforto das pessoas que vivem ao lado ou por baixo do viaduto. Tudo isto é resolvido como se fosse um incómodo que ali estava e que teve de ser resolvido com o mínimo de despesa e esforço.

Mesmo sobre o ponto de vista do utilizador, terão de concordar comigo, as áreas de serviço são talvez dos espaços mais abjetos que foram criados à face da terra

[risos]

Não são? Comparem uma estação de comboio - uma magnífica estação de comboio - de meados do século XX, com uma estação de serviço de uma autoestrada - são coisas equivalentes, enquanto espaços arquitetónicos, enquanto produto de um pensamento relacionado com a infraestrutura e com as pessoas, mas não tem nada a ver a falta de qualidade numa e a extrema qualidade noutra. Faz muita falta a entrada de um pensamento arquitetónico nos outros processos de desenho e de construção do mundo desenhado em que vivemos, e onde a arquitetura ainda não conseguiu chegar.

O grande desafio é talvez esse - conseguirmos convencer as pessoas de que não se pode fazer um túnel sem arquitetura, não se pode fazer um viaduto sem arquitetura, não se pode fazer uma auto estrada sem arquitetura, não se pode fazer uma linha de caminhos de ferro, uma estação de serviço... e se calhar ensinar a fazer essas coisas, em vez de as pôr a fazer catedrais e coisas do género, como às vezes vemos enquanto exercício escolar.

Muito obrigado

Obrigado eu.



Arquiteto Fernando Viegas

A Inês [Lobo] me mandou umas prévias. Perguntas bonitas, sabe? Díficeis... A gente vai aqui pensar junto. Vocês ligaram esse gravador, agora a gente tem de ser inteligente!

Então, vamos começar. Muito obrigado por se disponibilizar a partilhar conosco as suas ideias sobre a nossa disciplina. Com certeza nos será muito útil, ainda para mais dada a sua experiência em operar na América Latina. O primeiro tema que gostaríamos de debater consigo é o tema da “Cidade”. Começamos com uma frase de um texto escrito por Jacques Herzog em 2003 que diz o seguinte: “Já é hora de nos livrarmos dos manifestos e teorias porque eles não são o cerne da questão. Não há teoria sobre a cidade; só existem cidades.” E de seguida questiona: “Como podemos defini-la, já que não conseguimos entender a criação mais complexa e interessante da raça humana?”. Ora a nossa pergunta é: Se não conseguimos descrever as nossas cidades a partir de modelos, como podemos operar sobre elas e encontrar as lógicas para a sua requalificação?

A questão dos manifestos que vocês colocam nessa primeira frase, é realmente interessante, porque os manifestos, pela própria razão de ser, são cheios de certezas e eu acho que a gente está vivendo um momento bem contrário. Talvez a certeza que a gente tem é que estamos vivendo um momento de muita transformação.. A gente sabe que está no meio de um remoinho, no meio de uma crise, mas a gente ainda não consegue ver a luz no fim da caverna, não é? Então, é um momento que é aflitivo, mas ao mesmo tempo ele pode ser muito rico. Eu tenho a impressão que estamos vivendo transformações tão profundas que nós somos agentes históricos dessas transformações sociais, mas que a gente ainda não consegue ver o final. Eu acho que a gente pode pensar que esses momentos de crise tem que ser aproveitados como momentos

profundos de reflexão. É difícil a gente ter distância desses factos históricos.

Eu lembro de uma vez, numa entrevista do historiador inglês, o [Eric] Hobsbawm, ele dizer que se a gente pudesse nos afastar da Terra, quase como com a visão de um historiador, que se tenta afastar para ter uma visão panorâmica da história, o que a gente estaria vendo era um processo de urbanização como um fenómeno da maior transformação da humanidade. Isso é uma questão super interessante para nós. Pensarmos que esse afastamento acaba propiciando as perguntas corretas, adequadas. Tem uma frase do [Honoré de] Balzac que é bonita, da Comédia Humana, que ele fala que a chave de todas as ciências é um ponto de interrogação. Então, se do ponto de vista de uma sistematização do que a gente poderia pensar como um manifesto ou certezas, talvez dentro da academia o que a gente possa pensar é que as perguntas, isso que vocês estão fazendo hoje, seja a coisa mais importante a fazer nesse momento.

Essa perspectiva descrita pelo Hobsbawm coloca uma situação que eu acho muito nova, pensando numa outra escala de tempo, em que cada vez mais sabemos que a nossa cidade passa a ser esse “planetinha” em que estamos. Ele ficou pequeno com o Google Earth, com as possibilidades atuais de tão rapidamente percorrer virtualmente a rua de qualquer cidade do mundo. Ele ficou pequeno, e sabemos que temos de cuidar muito desse pequeno asteroide flutuante, para sobreviver aqui, não é? E ao mesmo tempo que ele é cada vez mais pequeno, essa discussão relativa à sua ocupação territorial é preponderante, porque já de alguns anos para cá a maior parte da população do mundo vive em cidades. Eu sempre converso isso com o Álvaro Puntoni, um colega nosso aqui, professor da Escola da Cidade, grande arquiteto. Ele sempre faz umas contas que ajudam a ter esse pensamento sempre dialético das coisas: se a gente juntar os 8 bilhões de pessoas que vivem no “planetinha” e distribuir uma pequena porção de terra,

75m² para cada um desses habitantes, todos os habitantes da Terra cabiam na Península Ibérica. Vocês já pensaram dessa maneira? É muito interessante. Ou pensava que, se a gente distribuísse 90m² por pessoa, caberia todos no estado do Texas. Desse ponto de vista, me parece muito interessante, também, pensar o que é a possibilidade de termos de redesenhar a cidade se esse é o nosso lugar. Hoje em dia, em dados que a gente recebe dos geógrafos, as cidades ocupam 2% da superfície da Terra e, ao mesmo tempo, a maior parte da população vive em cidades. Então, são coisas assim que a gente pode, como arquitetos, urbanistas, pensar para imaginar que trabalho teremos como pensadores das cidades, um trabalho permanente que temos de fazer essa ocupação desse pequeno planeta em que vivemos - essa ideia de “planetinha”- a gente tem essa mania, acho que vem desde o Vinicius de Moraes, da Bossa Nova. Se a gente às vezes usa esse diminutivo, é porque sabe o tamanho da encrenca, e também parece que a gente tem uma relação tão cordial, próxima... Ao mesmo tempo, não sei o que é que não permite estar oito bilhões dentro da Península Ibérica. Me parece que a gente vive num sistema que não quer que a gente esteja junto dessa maneira, por isso o que eu acho que vale a pena refletir sempre é como, também o desenho das nossas cidades, o desenho das ocupações, de alguma forma segregam essa possibilidade de estarmos tão juntos assim, não é? Eu acho que grande parte das questões urbanas dizem respeito aos modelos sociais que a gente tem vivido... Eu acho legal a gente pensar um pouco nessa escala territorial, essa escala ampla do território para imaginar que existem muitas formas de ocupar esse território e viver nesse “planetinha”... Eu gosto de usar o exemplo da própria América do Sul, porque os estudos recentes têm essa possibilidade de fotos aéreas, com infravermelho... Todos os trabalhos dos arqueólogos, permitem hoje a gente entender que a América do Sul, para falar de onde eu estou, tem dois modelos de

ocupação do território muito anteriores à colonização. O primeiro era um modelo de sociedades super hierarquizadas onde existe muito claramente essa hierarquia social, um modelo de construção de pirâmides que na costa pacífica era feita com adobe e nos Andes é feita com pedra, pela quantidade desse material, que tornava possível se construir essas ruínas permanentes, Incas... Maias..., mas também, muito anterior aos Incas - os Incas foram o final desse processo - ocupações muito antigas, concentradas, hierarquizadas de matéria perene.

Em contraponto, a toda a ocupação que a gente sabe que era toda essa civilização amazônica - que hoje em dia, a gente sabe que era uma rede total de ocupação, que eu não sei se a gente pode dar o nome de cidade ou não, mas que hoje percebe-se o enorme manejo, a enorme construção que foi habitar aquele espaço como floresta. Tudo o que houve de construção de redes de água, tudo o que houve de construção de trocas de solo, solo fértil, negro, que foi uma cultura de construção, ou seja, foi uma floresta construída que em algum momento foi inatural, mas que quando da chegada dos europeus na América, já estava absolutamente ocupada e construída numa outra forma de organização social que era muito menos hierarquizada e muito mais coletiva, coletivista... e que usava das matérias possíveis de construção - a madeira, a palha, terra... que faziam uma outra arquitetura, que não a arquitetura perene das pirâmides de pedra, mas que tinha uma lógica cíclica de se reinventar de tempos em tempos, não é? Essas cidades, aldeias, ocupações, que iam caminhando pelo território, a partir de um certo tempo voltavam para estabelecer uma rede possível de coleta, de caça e de transformação das árvores - a gente não sabe que nome dar a isso - é uma cidade? Não é uma cidade? - Então, me parece que essa ideia de cidade é uma ideia que a gente vai passar toda a vida tentando definir... Os modelos de ocupação, os modelos de cidade estão em aberto, eu acho

que talvez essa seja uma tarefa permanente nossa, como humanos - construir cidades, reinventar modelos, porque elas, de facto, revelam o nosso modelo de organização social...

Para dar continuidade, vamos falar sobre "Entangled Life", que tem a ver com a partilha, a interligação, a relação entre humanos e a relação dos humanos com natureza: Num dos seus escritos Paulo Mendes da Rocha refere-se à ideia de urbano dizendo: "O urbano não é nada. O urbano é um estado de espírito. O urbano é o homem, nós somos o urbano. E a cidade é a nossa intriga. Uma nova intriga entre os homens que a habitam. É isso na minha opinião que é o urbanismo. A existência de um ser urbano que vive na confiança, vive na esperança e na solidariedade do outro."

Hoje em dia, os humanos passam a maior parte do seu tempo em espaços "desenhados", é responsabilidade de quem os desenha relembrar [os humanos] de que fazem parte da natureza? Qual é o papel da natureza na cidade?

É linda, né, essa frase do Paulo [Mendes da Rocha]? Obrigado por lembrar... que bonita a ideia de que o urbano é uma ideia que é nossa, né? O Paulo, é tão bonito lembrar essa ideia dele de que ele sempre nos convocava para a gente assumir o nosso destino como projeto, como responsabilidade... um pouco aquela ideia do [Giulio Carlo] Argan, né? Do projeto como destino, mas o que é muito bonito, é essa ideia de que o nosso futuro é uma construção, uma responsabilidade de nós vivos ao mesmo tempo, de que toda a história, quem a carregava éramos nós, que estamos vivos. Atualmente, os oito bilhões têm que carregar nas costas todo o mundo que passou, e pensar nos que virão. Acho isso uma convocação linda, um pouco existencialista e bonita essa ideia da cidade como o lugar onde um cuida do outro, o lugar onde a gente quer estar junto.

O arquiteto é uma pequena partezinha de uma construção social muito maior que é de todos, e a gente tem um papel importante, uma função social, mas a construção da cidade é uma construção social muito maior do que só nós, e é um trabalho permanente. Acho bonito a ideia da cidade como trabalho permanente. Quando a gente chega na arquitetura, pensar que a arquitetura também nunca está pronta como a cidade, que a arquitetura poderia incorporar essa temporalidade da cidade, que é um eterno trabalho nosso, e que a identidade de uma cidade é construída a partir dos valores que a gente atribui a ela. Isso que o Paulo fala é uma ideia do que a nossa memória, do que a gente imagina que seja essa construção dos que estão por aqui vivos. O Paulo construía muitas imagens bonitas, assim da ideia de cidade. Vou contar uma historinha para vocês. A gente coleciona tantas histórias dele, e uma muito simpática, e que eu ouvi novamente recentemente, a Inês [Lobo] deve saber, mas para vocês eu conto como se fosse um segredo. O Paulo era um desses homens que tinha coragem, tem uns que têm coragem, para ser arquiteto, para valer tem que ter muita coragem, já devem estar sacando isso. Chegou um cara que tinha grana aqui, eu acho que era um advogado, e falou «eu quero ter um projeto do Paulo Mendes da Rocha», ligou no escritório do Paulo e falou «Olha eu comprei aqui um apartamento enorme numa cobertura, aqui num bairro chique de São Paulo, e eu queria um projeto seu. Vamos fazer uma reunião de trabalho?» e o Paulo falou «Mas essa semana eu estou tão atrapalhado, viu, de tempo. Não sei se vai dar», «Puxa, mas arquiteto, queria tanto contratá-lo para fazer» e ele falou «Olha é o seguinte, amanhã à tarde eu vou estar num bar, que eu sempre vou à tarde. Você não quer me encontrar nesse bar?», e o cara até falou «Mas você não estava todo atrapalhado?», «É que esse bar para mim é muito importante, eu nunca deixo de ir nesse bar», «Tá bom, então a gente se encontra no bar». Ele chegou lá no bar e ficou, whisky para lá whisky para cá, falava

da vida, e uma hora o cara chegou - «Bom, mas arquiteto, eu vim para fazer uma reunião, para falar dessa reforma que eu quero que você faça. Uma cobertura... Queria usar essa cobertura para fazer um salão. E eu tenho obras de arte...», e o Paulo falava «É uma cobertura no bairro aqui do jardins?», «É», «E tem uma vista bonita?», «Tem uma vista linda de 360o», e ele falou assim «Olha você quer ter um projeto meu aí?», «Quero muito, arquiteto» e ele falou «Eu se fosse você faria o seguinte: Plantava uma mangueira bem no centro dessa cobertura, e esperava ela crescer, punha um banco embaixo, e ficava admirando a cidade que você tem em volta. Isso é o que eu faria», e daí o cara ficou assim: «Mas esse é o seu projeto arquiteto?» e ele falou «Sim, se você quer ter um projeto meu, plante uma mangueira e sente embaixo».

Essa fábula de um arquiteto, é para falar da coragem dos arquitetos, e também dessa linda ideia de que habitar a cidade, o habitat nosso é a cidade como conjunto, muito mais do que só o artefacto que você está dentro. Acho que é isso que o Paulo quis dizer, que a construção de uma sombra, de uma brisa. Você na cidade já está com uma vida urbana muito repleta, e acho que é um pouco a concepção que ele tinha de arquitetura. Vocês citaram o Paulo então eu fiquei com vontade de contar isso para vocês, porque tudo o que a gente chamar de cidade é invenção nossa. A rua, a gente inventa o que é a rua, não é? As ruas foram feitas para passar gente, depois para passar cavalo, depois passar carro... A gente tem uns exemplos interessantes aqui, em São Paulo, de coisas que com um projeto muito simples se transforma completamente os espaços que a gente chama de avenida, ou até um viaduto aqui em São Paulo, que a gente chama de Minhocão, que foi feito de uma forma totalmente arbitrária na ditadura militar para ligar nada a nada. Cortou a cidade no meio, um estrago total, e que com a pressão popular num determinado momento, ficava passando aqueles carros. Ele é elevado, passa na frente

das janelas das casas das pessoas é totalmente inadequado, aquela poluição... As pessoas que moravam em volta começaram a exigir que esse viaduto ficasse fechado à noite. Foi tanta pressão popular que ele fecha todos os dias às oito da noite e só abre às seis da manhã, para passar um monte de carros. Daí as pessoas começaram a reclamar que no final de semana não dava para ficar em casa, então agora ele fecha sábado, domingo e fecha todas as noites, ou seja, nesses períodos que esse viaduto é fechado para os carros. Esse viaduto vira uma festa, não tem nenhum desenho de arquiteto, não tem uma arvorezinha e ele é um espaço absolutamente popular de uso das pessoas que passam de bicicleta, correm de lá para cá, tomam sol, fazem festa, teatro, tudo... E agora não sei mais se a gente chama ele de viaduto, de rua, de avenida, de parque. Ou seja, a gente inventa o nome das coisas.

A avenida Paulista, símbolo da cidade, domingo fecha para carro, é uma festa, a gente não tem praia em São Paulo, vira praia. As pessoas vão de maiô, biquíni, tomam sol, cantam, dançam, num lugar que durante a semana é avenida e no final de semana é praia. Então, é bonito pensar que essa cidade está sendo reinventada, até os nomes das coisas a gente pode achar que vão ter outros, para por exemplo rua e avenida. E é tão difícil estabelecer cada vez mais esse limite. Esse limite entre o que é a natureza, o que é cultura, que num determinado momento foi uma divisão clássica - se nós somos natureza, qual é o limite do que é feito por nós, do que é nosso? - Me parece que a gente já sabe. Então, no mesmo jeito que eu comecei respondendo, a partir do historiador, a ideia de que a gente se pode afastar um pouquinho para tentar ver o que está acontecendo, eu adoro ouvir esses geólogos, que falam milhões de anos para cá, milhões de anos para lá, essa pedrinha [Planeta Terra], ela tá sendo sedimentada há milhões de anos, que também dá um pouco a escala nossa. Essa escala de tempo, para a gente ser um pouco mais atento e perceber como a gente depende fundamentalmente da

ciência para seguir juntos aqui nesse "planetinha". Quanto desastre a gente tem produzido por não entender essas dinâmicas que são dinâmicas naturais.

Ao mesmo tempo, a gente só consegue estar 8 bilhões juntos por todos os avanços que a gente conseguiu fazer, não é? Do mesmo jeito que eu quis responder essa questão da cidade como uma questão social, eu acho muito interessante quando a gente discute os impactos humanos na natureza, tudo o que tem sido falado dessa questão tão desgastada da ideia de sustentabilidade. O que me parece absolutamente insustentável é a pobreza. O pouco para trazer desse campo das nossas responsabilidades sociais, esse modelo desse consumo, ele é inviável. Ele tem um impacto e a gente vai ter que rever isso. Essas classificações são difíceis, mas tem aquele famoso geógrafo, o Mike Davis, que diz que 70% das pessoas vivem em situações de uma habitação não adequada. Aqui no Brasil foi traduzido para favelas e tem muita gente que não gosta dessa tradução porque de facto ela é imprecisa, mas aquilo que ele quis dizer é isso: tudo o que é cidade que a gente está falando é relação entre natureza e Homem, porque de facto quem vive numa situação muito precária, entende a natureza de uma maneira muito diferente de quem vive de um certo conforto. Cada chuva torrencial que invadir a sua casa é um desastre natural que te afeta profundamente. Os terremotos na Cidade do México atingiram muito mais quem não tem grana, então esses desastres naturais revelam a insustentabilidade desse sistema social que a gente vive tão desigual. Eu acho que tem uma situação legal de a gente pensar, acho que essa revisão está sendo feita, de outras formas de modelo de crescimento, de outras formas de modelo social. Recentemente no Brasil, diante de uma industrialização brutal feita no século XX, a gente está vivendo um desastre depois do outro. Por exemplo, essas coisas recentes das barreiras de mineração que se romperam e contaminaram o Rio Doce, um rio de 700 km,

transformando-o numa lama tóxica e matando-o. Imagina um rio de 700 km que era a base de sustento de muitas comunidades ribeirinhas que foram absolutamente contaminadas por uma obra de infraestrutura brutal que não levou em conta essas próprias dinâmicas naturais. Ou todos esses vazamentos de óleo que acabaram com uma parte grande da fauna do litoral brasileiro, as queimadas na Amazônia por um sistema de pecuária absolutamente atrasado, para a soja que vai ser exportada para o outro lado do mundo, na China, o desperdício de energia. Imagina, o Brasil é um dos melhores países produtores de alimento do mundo e hoje em dia existem 30 milhões de brasileiros que voltaram para o mapa da fome. Fome no século XXI! É desesperador pensar que existem 30 milhões de pessoas passando fome, não tem cabimento numa situação como essa. Não, o que a gente tem lido nessa situação da pandemia, eu tou falando do Brasil, mas eu acho que a pandemia é um momento muito importante, porque existe uma disputa sobre esse discurso e se a gente tá falando dessa relação com a natureza, é inevitável a gente não pensar na pandemia como natureza. A natureza não é só a árvore do quintal, a natureza também é a pandemia. Então é muito curioso a gente pensar que um desastre lá em Fukushima no Japão trouxe peixe com radioatividade para o sul do Chile. A responsabilidade que temos sobre qualquer uma dessas grandes intervenções é brutal. Sabe o que a gente leu muito durante a pandemia aqui? A gente leu pensadores indígenas que ancestralmente passam uma cultura oral, geração por geração aqui nesse nosso território da América do Sul. Dois pensadores que foram muito lidos, um se chama Ailton Krenak e é justamente dessa etnia Krenak que vivia ao longo desse Rio Doce, que foi contaminado pelas barreiras de mineração, e o outro é um livro muito importante que é um livro a partir de conversas, um relato de toda a cosmovisão dos Yanomamis que são do norte da América do Sul, do Davi Kopenawa que é esse grande

pensador de Yanomami, um livro que se chama A Queda do Céu que também para nós foi um livro super importante porque justamente o que ele fala é o seguinte: quando falavam: «puxa vida, não tem vacinas, vacinas não chegam lá nas aldeias indígenas» ele falava «olha não se preocupem com a gente». Nós é que estamos muito preocupados com o homem branco, «Porque essa crise da guerra, da morte a gente está acostumado. A gente morre há muito tempo, vocês é que não estão acostumados com isso». E eu acho que a gente pode aprender com essa morte deles, essa queda do céu, se a gente um pouco ouvir essas pessoas que estão acostumadas com a morte elas podem nos ajudar um pouco a entender o que são essas dinâmicas naturais. Tem umas lições que são muito bonitas do ponto de vista da arquitetura. Ailton Krenak usa um termo, «a gente precisa pisar suavemente a terra», é bonito. Eu não acho que é só uma questão direta de uma imagem de um edifício com pilotis, não é isso que ele está falando, mas é justamente como nós podemos entender certas dinâmicas para que o nosso impacto seja adequado. Qualquer coisa que a gente for fazer como arquitetura urbanista é transformação, transformação da natureza, transformação do ciclo, e esse é o nosso trabalho e vamos continuar fazendo. Agora a questão é com quanta inteligência vamos fazer esse trabalho, isso é que me parece bonito de ser discutido.

Se calhar passamos, agora, para o próximo tema que é o tema “Cidade_Capital” que se concentra na questão do direito à cidade e do direito à habitação: O Século XX foi marcado pela busca de providenciar habitação, a “habitação para o maior número” foi central à arquitetura e à criação de cidade, sobretudo por iniciativa pública. Mais recentemente, emergiu a fé na “mão invisível do mercado” e no investimento privado como resposta ao problema. Um credo que os atuais fenômenos de gentrificação urbana puseram em crise.

O que perguntamos é se o direito à habitação, e à cidade, deve ser um direito universal?

Século XX... Esse século... Essa discussão é muito interessante e complexa. Eu acho que gostaria de começar, já que vocês começaram falando dessa ideia que foi a procura do século XX por uma habitação, eu acho que vale a gente começar falando que em grande parte do século XX se viveu com uma ideia de uma nova sociedade a partir Revolução Russa, com a ideia de uma sociedade com outros vínculos sociais que impulsionaram muitos dos trabalhos que a gente viu.

Hoje é muito simples para a gente apontar o dedo e criticar certas posturas, mas imagina o que é você projetar a partir da ideia de uma revolução socialista... Muda tudo! Eu acho que isso atribuía uma enorme responsabilidade a esses arquitetos, que de alguma forma imaginavam que a suas obras poderiam ser feitas ou contribuir para a construção de uma sociedade um pouco menos desigual. Eu acho que tem os dois lados, tem o lado que é idealista, mas tem o lado muito potente, de você achar que você pode ser junto com outros, você ser um transformador da sociedade como arquiteto. Eu acho que esse desafio que muitos arquitetos do século XX se colocaram é muito potente, construíram de facto discursos incríveis e obras incríveis que a gente segue estudando, segue perseguindo. E a ideia do habitat, da habitação como um direito universal a gente não pode abrir mão, a gente vai perseguir isso a vida toda. Ao mesmo tempo, hoje, a escala desse problema é enorme e nesses últimos anos de neoliberalismo eles definham muito o papel do estado, do estado de bem estar social. Isso no Brasil foi terrível, terrível! Então, a questão que vocês colocam, “do papel do estado nessa construção desse lugar da vida das pessoas”, é absolutamente central e acho que a gente vai ter de passar por isso, novamente, porque diferente do outro que tinha falado que “a história tinha acabado”

a gente está vendo o quão rápido essas reviravoltas estão sendo feitas e que o papel do estado, de facto, novamente tem de ser discutido, para que exista esse mínimo de distribuição de riquezas, porque se não vai ser insustentável, o planeta. Então, esse papel político, do nosso trabalho, ele nunca foi tão importante. É um campo absurdo de trabalho e por detrás de qualquer bom desenho, por detrás de qualquer grande obra, de qualquer realização nossa, como arquiteto, de qualquer projeto de habitação, tão importante como esse arquiteto dizer que assina os trabalhos, é também o trabalho em que se está construindo as políticas públicas possíveis para que essas obras sejam feitas. Não tem nenhuma obra pública que eu conheça, em cujo processo participei, que não tenha um grande arquiteto trabalhando numa posição de poder público, que ampare essa ideia.

Vocês estão se formando para desenhar os novos edifícios, desenhar as nossas cidades, às vezes esse desenho está por trás também, reforçando as instituições que permitam que isso seja feito, seja público ou privado. Mesmo no privado, nós estamos desenhando e possibilitando construir leis urbanísticas que permitam uma cidade mais justa. Acho que essas dimensões todas da nossa profissão cabem às escolas de investigar sempre, porque a gente pode pensar que aqui no Brasil que a gente quer formar Niemeyers e Mendes da Rocha e Artigas e Linas, mas essas são a exceção não é? Foi uma sociedade que construiu a possibilidade para amparar pessoas como essas. Justamente, o que a gente forma é esse amparo, é muito bonito pensar que nós como ofício, como disciplina, estamos construindo coletivamente a possibilidade de aparecer o Siza, o Souto de Moura e a Inês Lobo e todos os outros. Nesse sentido, eu acho bonito falar um pouco dessa dimensão da arquitetura, um pouco também para nos colocarmos essa tarefa de transformação social.

Me parece triste hoje, também, esse sistema do mercado da arte que chegou no mercado

da arquitetura. E a gente vê tantos jovens arquitetos que se movem nos pequenos mundos institucionalizados, museus e bienais com ambições tão individualistas e tendo tão pouca pretensão, no bom sentido, de ser muito útil. As discussões da habitação, para voltar nesse tema, são tão novas... Inês, lembra que você há uns anos atrás me convidou para a gente participar de uma conversa sobre alunos que estavam se formando, discutindo a questão da agricultura urbana? Puxa vida, quem poderia imaginar, no séc. XX, que a gente deveria estar tão fortemente, e tão conscientemente discutindo essa questão da agricultura urbana nas cidades. É tão interessante pensar nesses limites entre o rural e o urbano que está se fazendo. A ideia de habitação como uma ideia ampla de vida comum me parece um direito total e ela passa por ações tão distintas, não é? Não sei se eu estou fugindo muito desta questão específica da habitação, mas eu posso falar agora do ponto de vista estratégico. Eu vejo, com muita dificuldade, a ideia, por exemplo, de um país como o Brasil, que a gente consiga fazer todas as casas novas para todo o mundo que vive numa situação precária de habitação. As cidades brasileiras, a grande parte da população brasileira, vive na casa que o cara mesmo construiu, com a força da própria mão. Essa ideia dessas grandes periferias das cidades brasileiras construídas, de autoconstrução, e que são as nossas cidades, ou uma parte grande das nossas cidades, feitas assim, é impossível imaginar que não seja ali mesmo que a cidade vá se renovar. Então, hoje até muito mais do que a ideia, para nós, aqui no Brasil, de que a gente vai construir casas para todas essas pessoas. No atual sistema econômico que a gente vive, a gente não vai ter grana ou tempo para fazer isso de uma vez. Me parece que a infraestrutura para que essas casas se renovem com o tempo pelas próprias famílias, a partir de uma certa distribuição da economia, me parece uma estratégia muito adequada para a discussão da questão da habitação, no Brasil.

Então, a questão da habitação, não passa pela ideia somente de um edifício de casas, mas sim pela infraestrutura que permita com o tempo essas casas melhorarem. Para isso, para essa infraestrutura ser instalada, a gente vai ter que criar certas situações de remoção de áreas de risco, e daí sim, as novas casas serão feitas para essas pessoas que vão ter que ser desalojadas da beira dos córregos dos rios, ou de pendentes muito fortes devido às chuvas, essas casas vão ser feitas. E de forma exemplar, mas, mais do que feitas como protótipos de casas extraordinárias, elas têm de ser feitas como bairros interessantes para as pessoas morarem, não é? É menos a ideia de uma tipologia de uma casa e mais a ideia da construção de um lugar comunitário bom de se viver.

Há anos atrás tivemos uma experiência de construir muitas, muitas e muitas casas num sistema que a gente chamou de “Minha Casa, Minha Vida”, que era um programa público de construção de casas, que era a velha ideia de uma casinha isolada longe da vida urbana que exigiria, depois, um trabalho enorme de levar infraestrutura para esses lugares para a casinha sem cidade. E, justamente esse equívoco a gente não pode passar de novo. Temos que garantir o acesso à cidade, à infraestrutura, ao trabalho, emprego, garantindo menos deslocamentos para as pessoas, transporte, e a ideia da casa, ela é amparada por essa cidade muito mais do que a tipologia.

Voltando um pouco à pergunta que vocês fizeram, da questão da natureza, hoje em dia a gente entendeu que qualquer trabalho de urbanização, de reurbanização que fazemos, nasce de uma compreensão muito clara do que é a geografia. Então, a primeira constatação que fazemos, é que toda a ideia de habitação precária ela está muito associada à questão das águas em São Paulo porque, justamente, é nos córregos e é nas pendentes mais fortes que não foram feitos os loteamentos e que as pessoas sem grana se instalam. Então, todo o projeto que é feito ele nasce da ideia de

entendimento do que são as bacias hidrográficas e, a partir da limpeza das águas, das nascentes até chegar nos córregos e nos rios, para que essa água limpa não seja contaminada, ou seja, o entendimento de uma situação geográfica, de uma situação natural, para que sejam instaladas as novas casas. Então, eu acho que, o tempo inteiro, quando a gente fala de cidade, de habitação e de natureza, a gente começa a perceber que, depois de muito esforço, entende-se que essas intervenções têm de ser coordenadas. É por aí a discussão de habitação?

[Inês Lobo]: Só um parênteses - é interessante estares a falar nisso agora porque o trabalho que nós estamos a fazer aqui com este grupo de alunos chama-se «Cidade, água, habitar» e, portanto, estamos a investigar uma série de possibilidades de intervir na cidade de Lisboa, resolvendo as questões hídricas conjuntamente com esta ideia de conjugar isso também com a habitação. Portanto, há aqui uma coisa que é bastante comum, bastante parecido em ambos estes territórios, que apesar de terem diferenças enormes relativamente às questões da habitação, começando pelas questões de escala como é óbvio, mas há uma coisa que é mais ou menos óbvia e comumente aceite que é: só faz sentido construir habitação se isso for um motor para a requalificação do espaço urbano para construir também o direito à cidade, que basicamente foi isso que tu disseste, que é muito bonito. Continuamos, só queria fazer aqui este parênteses.

Passamos agora para o tema do “Chão Comum_Partilha” que se refere ao espaço público e que leva à coesão social. Doris Salcedo, a artista contemporânea colombiana, diz numa das suas entrevistas: “o meu processo é interferir, inserir-me no espaço público obliquamente e não diretamente, para que outros possam, por sua vez, reivindicar o espaço para si.” O espaço público é um mecanismo de coesão social?

Doris Salcedo, é incrível essa artista! As artes ajudam muito a gente, com linguagens que completam a nossa forma de pensar, de forma oral, escrita. É muito bonito, eu acho, usar a arte como formulação de questões, na própria linguagem. Eu lembrei agora daquela frase do Balzac, que fala que o pintor deveria meditar com o pincel na mão. É bonito né, uma linguagem que você descobre com ação, fazendo.

A gente pensa um pouco assim, arquiteto. Tem um amigo nosso, que é professor da escola da cidade e filósofo, e ele é um cara, Márcio Satim, muito culto, ele adora música e adora jazz e ele sempre brinca, que adora ver croquis de arquitetos. Sabe aquele croqui que você faz para você mesmo, que fica repetindo a solução, e quando você vê, fez o mesmo croqui de novo e de novo, até a coisa decantar do ponto de vista quase que uma linguagem que você vai percebendo a partir da receção dos croquis e ele acha que o solo de jazz se assemelha muito à esses croquis de arquitetos, essa ideia que você vai pensando, formulando, e concretizando e que você vê que esse raciocínio se construir.

Estou fazendo uma digressão só porque vocês falaram da Doris Salcedo, eu lembrei disso. Mas eu acho que essa ideia do espaço público é uma ideia, também, muito interessante de ser construída. Vocês colocam essa ideia como um mecanismo de coesão social. Os espaços públicos são construções sociais diferentes, muito diferentes de cada lugar. Nós arquitetos temos que ter essa humildade de entender que cada lugar vai construindo o seu espaço coletivo, a partir de matrizes muito diferentes. Vou falar aqui da minha porção. O Brasil aboliu a escravidão em 1888, foi a última do mundo! Você imagina numa situação dessa, como é complicado a gente definir um espaço público? Eu acho que a gente até hoje está tentando construir esse espaço público, vocês entendem? Como construção social, muitas das obras, para voltar nos artistas, tenta o tempo inteiro questionar, tencionar, pensar os

limites do que a gente entende como espaço público. O Guilherme Wisnik, que é um professor aqui também, amigo nosso, escritor, traz uma questão muito interessante. Nos anos 60, os artistas plásticos importantes brasileiros, por exemplo, o Hélio Oiticica, estava tentando trazer a vida, o espaço doméstico para os lugares públicos, ele trazia para os museus um cara, vivendo lá uma semana, e você partilhava no museu a vida desse cara, um pouco do que o Boyce fez. Você trazia a discussão do espaço desse domínio privado, dessa vida, para o espaço público. E os arquitetos aqui, estavam fazendo casas, que justamente levava o espaço público para dentro da vida privada, ele usa como exemplos as casas do Paulo [Mendes da Rocha], as casas do [Vilanova] Artigas. É muito bonito como dois campos da arte estavam em chaves opostas discutindo e tensionando os limites do que é vida pública e a vida privada. Acho que é muito perceptível essa discussão na obra dos arquitetos aqui, como a discussão do que é público, do que é o chão público, do que não é. Vou contar uma historinha: a gente sempre recebe aqui professores de outros lugares, incríveis e num curso que a gente tem, na Escola da Cidade, a gente estava estudando Cuba, e trouxe um professor, um arquiteto de Cuba, o Chiove(?). E ele, pela primeira vez visitando São Paulo, o MASP, da Lina Bo Bardi, o SESC Pompeia da Lina Bo Bardi, o Museu da Escultura do Paulo Mendes da Rocha, a Pinacoteca, a Faculdade de Arquitetura do Artigas, fez esse tour das obras daqui de São Paulo, o SESC 24, Paulo Mendes da Rocha, e ele falou uma coisa, que eu lembro até hoje, como um dos maiores elogios que eu acho que a gente pode ouvir como arquitetos dessas obras, ele falou assim: «Puxa vida, esses edifícios em São Paulo parecem que foram feitos para o meu povo». Para um cubano falar isso, eu até hoje me arrepio de lembrar uma frase como essa. Porque é que eu estou falando isso, porque eu acho que, essa discussão do espaço público, ela é uma questão permanente do nosso trabalho, e cada um responde de um

jeito. A gente pode pensar em Brasília como um lugar onde foi feita uma arquitetura rodoviária baseada na segregação de funções do urbanismo moderno, como uma coisa ultrapassada. Só que a gente pode pensar também, que num país como o nosso, até hoje, Brasília tem o chão público, não está todo repartido com os donos da terra. É uma experiência extraordinária que a gente traz para o mundo. Acho que tudo sempre vai ter sempre dois lados. A gente pode ter uma visão restrita ou uma visão que para nós seja agregadora, generosa. Então, cada vez que eu vou para Brasília, e ando por aquela superquadra, mesmo sabendo que infelizmente não é para todo mundo, que o povo mais pobre vive nas cidades satélites, eu penso, Brasília, a única coisa que não fez foi ser maior que o Brasil ou qualquer outra cidade brasileira que tem toda a cidade segregada. Aqui em São Paulo, tem também as mesmas formas de segregação de expulsar a população mais pobre do centro da cidade ou dos bairros mais ricos. Os problemas de Brasília são problemas do Brasil.

É bonito pensar também que, esse chão público é uma contribuição. Tudo é uma intervenção nossa. E me parece muito interessante pensar que o espaço público numa cidade como Lisboa, deve ser pensado com as ferramentas próprias, de Lisboa.

E, também, comentar uma coisa que a gente sempre discute aqui na escola, que a ideia é que, mesmo quando a gente trabalha em situações, que são situações de espaços privados, do ponto de vista legal, do ponto de vista de programa espacial arquitetônico, talvez o que interesse muito para nós seja a dimensão coletiva de um espaço, ou a dimensão segregada de um espaço. Damos como exemplo um teatro. Mesmo que ele seja um lugar que não é público, ele tem essa dimensão coletiva do espaço e isso eu acho que é uma questão para nós arquitetos, não é, e então, nesse sentido, construir esse lugar do coletivo, mesmo que seja em edifícios privados, também é uma tarefa. É uma oportunidade

que temos todas as vezes que a gente puder. E mesmo na pequena escala. Tem um lado que é “dar murro em ponta de faca”, como a gente fala, “nadar contra a corrente” e que eu acho que também é tarefa nossa, que é tencionar em cada projeto nosso o que é que é o espaço urbano segregado e o que deveria ser franqueado, aberto de construção. Porque o espaço público, se ele vai sendo controlado, privatizado, evidentemente ele vai favorecer quem tem grana. Então os nossos trabalhos têm essa possibilidade de tensionar e de provocar mesmo essa distensão do que são esses espaços que são abertos.

Vou dar exemplos para vocês de obras públicas incríveis de São Paulo. O MASP, o museu de arte de São Paulo, projeto da Lina bo Bardi que vocês sabem, ele incomoda. Ele incomoda porque ele tem aquele espaço absolutamente aberto, generoso, público para a Avenida. Ele incomoda porque o espaço expositivo era um espaço aberto que, contrariando as leis de museografia, botava junto um Rafael e um pintor de arte popular do nordeste brasileiro. Ele quebrava hierarquias, fazia num país sul-americano pobre a possibilidade de entender a obra de arte como uma construção coletiva social, independente de país, independente de tempo, independente de grana... Isso incomodou. Incomodou a ponto de algumas administrações terem feito uma reforma, terem fechado aquele espaço que a Lina propôs, de que os cavaletes de vidro fossem um único salão, todas as obras vistas de uma vez. E durante alguns anos, a gente entrava no MASP e, entrando de salinha em salinha, como se estivesse num Palácio do século XIX, na Alemanha, vendo cada uma daquelas salinhas a partir da escola flamenga, da escola italiana, do barroco. Porquê? Porque a arquitetura ela pode ser muito forte do ponto de vista de um discurso, mas ela tem a fragilidade da própria gestão, da própria vida, do próprio uso. Então durante muitos anos o MASP ficou irreconhecível como espaço de museu. Só que ao mesmo tempo que é frágil, tem essa

força de que, parecia o tempo inteiro que o prédio gritava, “não é assim que eu quero que um quadro seja exposto”, a ponto da sociedade conseguir, de forma organizada, retomar e refazer o espaço expositivo conforme a Lina tinha pensado. Então, os tempos da arquitetura como são largos, a gente tem de pensar que, às vezes, uma coisa que a gente faz e que tem uma reação adversa conservadora, pode um dia voltar atrás.

O museu de escultura, o MuBE, do Paulo Mendes da Rocha foi feito para ser totalmente aberto como praça pública para a cidade. Num determinado momento botaram uma grade que estabelece um limite daquele terreno, daquele lote, que é evidentemente contra aquela arquitetura, que tem uma entrada pela rua de cima, uma entrada pela rua de baixo, que faz um cruzamento de um espaço que é evidentemente público. Toda a vez que o Paulo Mendes [da Rocha] era questionado sobre isso ele falava: “Vocês sabem, todo mundo sabe, foi construído para ser aberto. Não cabe mais a mim arrancar essas grades. A sociedade é que vai ter de arrancar.” Cada vez que eu tive oportunidade de fazer um projeto, mesmo sabendo que ele poderia temporariamente ser fechado ou aberto, eu fiz. E eu acho que temos esse limite da ocupação, da gestão e é muito bonito que os nossos projetos sejam lugares de tensão para que a sociedade escolha, mas eu acho que se nós tivermos oportunidade de fazer o discurso político, a gente sempre deveria fazer.

Bom, já falamos várias vezes do tema do habitar, mas temos uma questão baseada numa frase de Hashim Sarkis sobre o habitar coletivo, que diz o seguinte: “precisamos de um novo contrato espacial. No contexto de crescentes divisões políticas e crescentes desigualdades económicas, é urgente imaginar espaços nos quais possamos viver juntos com generosidade. Juntos como seres humanos que, apesar da nossa individualidade

crescente, se desejam conectar uns com os outros e com outras espécies, através do espaço digital e do espaço real. Juntos como novas famílias em buscas de espaços mais diversos e dignos de habitação. Juntos como comunidades emergentes que existem equidade, inclusão e identidade espacial. Juntos através das fronteiras políticas para imaginar novas geografias de associação. E juntos como um planeta que enfrenta crises que requerem uma ação global para que possamos continuar a viver.” A nossa pergunta é: de que forma é que um edifício de habitação pode garantir uma experiência de partilha de um espaço comum entre os seus habitantes?

É uma linda questão e é bonita mesmo. Eu acho que esse senso do coletivo que vocês colocam, ele nasce um pouco da ideia da construção da identidade dos coletivos, a identidade dessa coletividade dessa sociedade. É tão difícil saber como elas se formam, não é, eu acho que os sociólogos devem ficar pensando isso. Parece que talvez deva se formar quando está todo o mundo ferrado. Daí um tem quer ajudar o outro, porque não tem outra maneira. Quando você está ferrado, você constrói uma identidade. Deve ser assim.

Eu vou falar de novo do Brasil, porque eu acho que para mim traz uma coisa que vem com a vivência, não é, mas que eu estou a tentar pensar com vocês a ideia geral, mas eu acho que posso dar exemplos daqui que possam ser universais. A ideia dessa identidade do coletivo é uma coisa que eu acho que todo mundo sempre persegue nos projetos na sociedade, não é? A gente passou recentemente no Brasil por uma crise total de identidade. Vocês podem imaginar o que foram esses últimos 4 anos de vida no Brasil com esse Presidente que está saindo. Foi uma crise total de identidade nossa, a gente imaginar que uma parte de nós se espelha nesse cara que estava aqui, nessa banalidade do mal, sabe? E é disso que se trata. Se trata de autoritarismo, se trata de uma face perversa, se trata mesmo de, na dualidade

Eros e Thanatos, se trata da morte. Da morte como destino, como projeto. Então a gente sempre fica pensando, como se constrói esse lugar coletivo.

Daí, recentemente, eu li um livro muito interessante que se chama “Em Câmara Lenta”, de um escritor que se chama Renato Tapajós. Ele é escritor, cineasta. Ele foi preso na ditadura militar, em 1968. E teve uma nova edição desse livro e eu fui num debate que teve de lançamento dessa nova edição. Ele foi preso, ele era um menino de 20 e poucos anos, que decidiu ir para uma resistência de guerrilha armada contra a ditadura militar do Brasil. Num determinado momento, nesse debate, um menino da plateia levantou e falou, “Renato eu queria que você contasse o que te levou, tão jovem, naquele momento, menino, em vez de fugir do país quando a coisa aqui ficou feia, quando a polícia começou a perseguir os cidadãos, quando você viu que a coisa ficou terrível”. Porque o tempo inteiro nesses últimos anos eu pensava “se continuar assim, eu vou fugir do país”. Esse menino perguntando para ele: “O que é que te levou a justamente fazer o contrário? Se juntar e resolver proteger esse país quase com a própria mão, com a própria vida?” Ele falou que não foi uma decisão consciente e individual dele. Ele falou, “é muito difícil explicar isso para vocês, mas naquele momento o Brasil tinha construído um senso de identidade e de coletividade que para mim foi natural eu me juntar com os meus amigos e falar: não vai ser assim, de graça a gente não entrega esses caras”.

Então, é tão bonito pensar isso geracionalmente, não é? Mas ele de uma maneira muito linda terminou a resposta dele falando assim “Mas eu não quero também fazer um discurso como se eu fosse saudosista porque o que eu vi nascer também nesses últimos quatro anos de governo no Brasil autoritário, foi uma defesa da democracia, uma defesa de grupos que se construíram como identidade, como coletivo, que a gente vai ver nos próximos anos aflorar de uma maneira muito linda que eu não

imaginei que eu fosse ver de novo acontecer no Brasil". Que é uma ideia oposta a uma ideia de uma vida totalmente individualista, não é? De culto, só do consumo, que é um consumo feito para ser ostentação. E não é de uso, parece que você consome para mostrar o que você faz, não é nem para você usar. Hoje em dia, tem muito isso nessa coisa do Instagram, sua vida está uma porcaria, mas quem vê pelo Instagram acha que é uma coisa extraordinária aquilo. O Caetano Veloso tem uma música, que é linda, Eclipse Oculto, que ele conta uma história entre nós de uma transa que não deu certo, é lindo ele autocriticamente fala "Eu não sou proveito, sou pura fama", lembra dessa parte da música, parece esses caras do Instagram. E então, desculpa, voltando para arquitetura, mas isso acho que é tudo arquitetura. Essa ideia do coletivo e da identidade, é muito bonito que a gente faça uma arquitetura que seja aberta, não é? E que permita essa construção do coletivo, que a gente não ache que a gente já sabe o que vai ser a vida desses edifícios, como é que eles vão ser apropriados... Os nossos edifícios, eles só se completam com a vida mesmo, e vão ser muitas vidas, e cada geração vai ter uma completamente diferente e o edifício vai estar lá. Isso eu acho incrível. É o contrário, um pouco, a gente tentar construir essas habitações que vocês colocaram na citação, muito ao contrário do que às vezes é a própria propaganda do mercado imobiliário. A propaganda do mercado imobiliário aqui no Brasil é a da vida exclusiva, é você achar que você está comprando uma porcaria de um "apartamentinho" e seu apartamento vai ser um pouquinho melhor do que o do vizinho do outro lado da rua, é você ser miserável mas achar que é melhor você ser miserável um pouco menos miserável com outro miserável. E você pegar "apartamentinho" mínimo e repartir em um monte de pequenos cômodos e dar nome pra eles. Ou pegar uma porcaria de uma cidade e falar que tem pet place no seu no seu prédio, que têm espaço Kids... Uma coisa triste de uma vida urbana mesquinha,

exclusiva e muito pouco usada. É pura fama e nada de proveito.

Então, eu acho que arquitetura nossa poderia ser o contrário, pegar em tudo o que está no mercado imobiliário e fazer o contrário. Um espaço que talvez essas novas famílias, como vocês falaram, esses novos gêneros que a gente está inventando, as novas identidades de humanos que a gente nem sabe ou de outras gentes. Tem um grande escritor, grande pensador e grande músico brasileiro José Miguel Wisnik, que é pai do Guilherme Wisnik, que uma vez numa entrevista a gente estava falando e ele conhece tudo do Guimarães Rosa, da Clarice [Lispector], do Machado de Assis. E daí ele estava falando da vida desses animais que vivem com a gente, os cachorros, os gatos. E ele falava, "eu não sei que nome dar, então eu chamo de gente eu sei que não é humano, mas é gente." Então a gente imaginar que tem todas essas gentes vivendo nesses espaços que projetamos, seria bonito que ao contrário do segregado, dividido, do apartar, do classificar, não cabem mais. Arquiteto não classifica nada, isso acho que nós já percebemos.

Às vezes nessa discussão da casa, da habitação, mais importantes do que essas divisões, da planta, do que é o quarto, o que é a sala, é ter uma boa Internet.

Então falando agora sobre o tema "Durável / Reversível" sobre durabilidade, flexibilidade, e a ruína. No livro "On and Around Architecture: Ten Conversations", da dupla Jonathan Sergison e Stephen Bates, refere-se a ideia de olhar para o projeto de um edifício de habitação coletiva a partir do seu tempo de vida. O seu esqueleto, na perspectiva destes arquitetos, deve ter um tempo de vida longo, e ser visto como uma ruína permanente, que pode ser habitada transitoriamente. Para isso deverá ser flexível e duradoura. Os outros ciclos de vida são médios, ou seja, são ciclos que se devem adaptar às alterações. O esqueleto é, assim, habitado pelos diversos componentes

do edifício, como os que asseguram o funcionamento das infra-estruturas ou as fachadas, e o invólucro. Esta separação em três momentos obriga-nos a uma outra forma de projetar. Em que o tempo volta a ser um dado fundamental no processo — tempo de execução e tempo de vida. A flexibilidade deve passar a ser um valor a incorporar na arquitetura?

Eu acho que sim. Eu lembrei, de um aforismo do Luigi Snozzi, ele fazia esses aforismos que são lindos, são pequenas frases, pensamentos, que condensam certas ações, atitudes. Tem um que é lindo que é assim – se você quer construir, se você quer flexibilidade, construa com pedras. É muito bonito isso, quer flexibilidade, construa com pedras, que seria a ideia oposta. De que a flexibilidade é essa coisa móvel, de uma leveza permanente. Eu acho que ele está justamente falando de que se você tiver esse esqueleto que vocês falaram e que permita todas essas adaptações, daí sim, com alguma leveza seja o grande trabalho nosso. Construir exige uma quantidade de energia, de transformação da matéria. Construir, hoje em dia, a gente sabe que é um trabalho, realmente, de transformação gigante, então a ideia de que a gente possa construir e que isso seja pensado com esses ciclos dos tempos é muito bonito. Eu acho que a gente vai ter sempre os dois, a gente vai construir esses arcações que são permanentes e que a vida pode se ir transformando lá dentro. Eu acho que a história da arquitetura tem um milhão de exemplos de igrejas que viraram bibliotecas, quer dizer, é lindo pensar que os edifícios, eles vão se adaptando às mudanças, às transformações sociais, à vida e, ao mesmo tempo, a gente sabe que alguns casos, e cada caso eu acho que tem de ser pensado de uma maneira muito sensível, com inteligência, a gente possa fazer construções que sejam montadas e desmontadas. Um pouco voltar àquela primeira ideia de duas ocupações da América, a de pedra e a de madeira.

Bonito pensar que essa nossa ocupação às vezes vai ser em pedra, às vezes vai ser em madeira, às vezes vai ser dos dois. E essa inteligência nossa de ter a sensibilidade de saber em qual caso vai funcionar melhor.

O ano passado, quando eu e a Cris [Cristiane Muniz] estivemos aí na UAL, no workshop, que foi incrível, a Bárbara Silva, professora de vocês, nos convidou para fazer uma pequena exposição na NOTE e, justamente a gente usou esse tema de que as ações poderiam ser refeitas todas, então a gente fez uma lista de verbos de ações, como construir, e nós colocamos o “re-” na frente, reconstruir, urbanizar – reurbanizar, formar – reformar. A gente fez isso em contraponto àquele trabalho lindo, daquele desenho, que é um trabalho do artista Richard Serra, que era uma lista de verbos – to fold, to cut, esse trabalho que era uma tela pintada de uma lista de ações que eram as ações que ele fazia para o trabalho dele, que era dobrar, cortar, empilhar, torcer e a gente justamente usou esse trabalho e colocou um “re-” na frente de tudo para pensar que o nosso trabalho talvez seja refazer tudo de novo. Fazer e refazer, e uma parte dessa ideia que eu estava falando de que a cidade está sempre em transformação, poderia a gente imaginar aquela arquitetura também.

Eu acho bonito se a gente pensar em tentar incorporar a ideia de que a nossa obra nunca está pronta como arquitetura. A arquitetura não se completa quando vai ao fotógrafo, quando o Fernando Guerra vai lá e faz a foto de tudo impecável ou o [Leonardo] Finotti, ou quem vocês escolherem para fotografar as obras. Ali está começando a encrenca! Na verdade, começando não, eu acho que começou na primeira perfuração na terra para a primeira fundação. Eu acho muito bonito pensar que inclusive o tempo de obra é um discurso. Tem obras que são mais bonitas antes de terminar do que terminadas. Todo o tempo de transformação da matéria é assunto nosso. O primeiro cozimento da terra para fazer um tijolo já é a encrenca, já é nossa a encrenca,

e daí por diante, mas imaginar que a arquitetura é aberta o suficiente, eu acho lindo. Então nesse sentido eu concordo com as afirmações de que essa flexibilidade da vida e do uso é a continuidade do nosso trabalho e a gente não pode nem imaginar o que vai acontecer daqui a um tempo, mas os nossos edifícios podem gentilmente amparar esses acontecimentos, por isso é que eu acho que o aforismo do Snozzi é tão bonito – construa com pedra e lá dentro cada um vai inventar o que é a vida, o que vai fazer. Mas essa ideia de que cada ação, ela pode ser refeita, eu acho muito bonito, a ideia de reagir, agir de novo. Cada contexto, cada situação, cada sociedade, a gente vai responder de uma maneira inteligente e adequada, sem ter predefinido nada. Eu acho que a gente está numa época, num tempo em que a gente tem que debater, tem que rebater qualquer preconceito, então nesse sentido eu acho que se fecha um pouco as coisas que a gente tá falando, a ideia de que a cada reação a gente vai inventar uma consequência e vai tomar as decisões que são necessárias para nós como arquitetos, seja definição de materiais, seja as implantações, seja como a gente vai dispor o programa. É bonito pensar que a gente está reagindo, ou seja, a gente traz tudo o que foi feito, mas a partir desse momento a encrenca é nossa.

Passamos agora para o tema da “Tradição/Industrialização” a propósito da indústria da construção. Hoje, temos consciência que a indústria da construção, assim como a utilização dos edifícios, são direta ou indiretamente, das maiores fontes de poluição do planeta. Mas continuamos a ser chamados a construir e num momento de urgência climática. O presente parece por isso uma oportunidade de repensar o que significa e deve comportar construir. O que parece impor mudanças a todos os envolvidos no processo: os projetistas, a indústria e os construtores. Gostaríamos de saber qual é a sua percepção

sobre a indústria da construção hoje em dia, nomeadamente, comparando com outros momentos da nossa história, em que a industrialização teve um papel preponderante.

Legal. Eu acho que vocês estão vendo que de uma maneira sistemática, eu tento responder às questões de forma que as dualidades entrem um pouco em choque. Então, nesse sentido, eu acho que nós aqui no Brasil, estamos numa situação muito interessante, difícil, mas interessante, porque é como se a gente tivesse um pé lá e um pé cá, nessa questão da industrialização.

Nós não temos um sistema de industrialização da construção que se completa, que é completo e tão complexo quanto países da Europa, dos EUA, e ao mesmo tempo não temos mais também uma situação de construção também totalmente artesanal como alguns dos nossos países vizinhos têm, não temos as mesmas normas que tem na construção na cidade europeia. Eu lembro daquele texto incrível do Siza quando ele foi fazer aquele primeiro projeto na Holanda e ele falava “Puxa vida, agora meu trabalho é aqui escolher num catálogo”, lembra esse trabalho quando o Siza fez aquele primeiro projeto na Holanda que ele falava “Porra aqui em Portugal eu desenhava todos os batentes, desenhava janelas, os caixilhos, eu venho aqui pra Holanda e eu tenho que ficar escolhendo num catálogo qual batente, qual porta e tal.” e se reinventou naquele lugar e fez aquela arquitetura extraordinária.

E a gente está justamente nesse lugar que é ao mesmo tempo complexo, é difícil, mas é muito interessante estar um pé lá e um pé cá, é como se a gente estivesse navegando no meio do Atlântico, nem lá nem cá. Eu acho bonito que a arquitetura nossa revele o lugar que a gente está.

Então, voltando para essa questão que eu acho que a arquitetura fala muito dos seus lugares, os conceitos do espaço público falam dos lugares, a cidade fala dos seus lugares, eu acho

que a arquitetura pode revelar isso. Então, às vezes a gente olha um prédio na França, absolutamente industrializado e pensa “Puxa vida, olha tudo industrializado, que coisa incrível, como eles podem ter opções de industrialização e como eles vão poder responder a uma escala”, e olha uma obra absolutamente extraordinária de arquitetos brilhantes aqui do Paraguai, que a partir do tijolo reinventam forma de pré-fabricação, como solano, conseguir fazer um prédio, fui visitar um prédio do Rossetto Cobija, aqui em Asunción, que é um edifício de cinco andares construído de terra, de taipa, socada, uma coisa absolutamente artesanal e absolutamente brilhante do ponto de vista inventivo da arquitetura, de falar do seu lugar e é muito bonito porque a gente está no meio desse caminho, ao mesmo tempo que o mercado imobiliário de São Paulo constrói a partir de uma dinâmica, de uma velocidade absoluta, de industrialização de grande parte dos seus componentes, toda a periferia da cidade, a grande parte da habitação da cidade é feita com a industrialização mais precária, que é um bloquinho de concreto, é um bloquinho de cerâmica que o cara vai empilhar manualmente.

Então, que a gente possa falar desses dois lugares, me parece um dever atual, nosso, como arquitetos do Brasil. Porquê? Porque a gente não pode abrir mão da industrialização diante da escala dos problemas que temos, que é um negócio absurdo de cada remoção em função de cada chuva, a gente tem que fazer não sei quantas casas, no dia seguinte a gente tem de fazer transportes para tudo, então a gente não vai abrir mão da industrialização, não faz nenhum sentido, mas, ao mesmo tempo, existe uma coisa muito linda de certos saberes, de certas resistências, de trabalhadores, de mão de obra, que a gente pode valorizar em nossos projetos como complementos.

Então, do mesmo jeito que eu falei que eu acho lindo a arquitetura que seja sólida o suficiente como estrutura, como arcabouço, vocês

usaram como ideia de esqueleto, para que coisas muito leves venham e vistam essa arquitetura e desnudem depois e vistam de novo. Nós podemos falar que esse lugar talvez ambíguo em que estamos no Brasil, possa ser lugar de reflexão, ou seja, tirar da industrialização, o que ela tem de mais potente que é qualidade com quantidade, com escala, de maneira absolutamente consciente e responsável, para que a industrialização não seja o desastre que fizemos no séc. XX, com a mineração, com as águas, com as florestas. O desastre da industrialização, não podemos abrir mão diante da escala dos problemas dessa industrialização, mas ao mesmo tempo pode ser muito interessante como lugar de afeto, de resistência, de saberes, a gente continuar tendo a qualificação de uma mão de obra que faz as coisas por gosto, me parece que a arquitetura que ainda tem esses dois lados. Que possa estar falando do lugar onde estamos.

Agora, quem manda, é a economia, estamos falando como arquitetos, com as nossas intenções. Mas se você pensa “Puxa, vou entrar nessa de - eu não vou lavar minhas mãos ao que está sendo feito na cidade”, então se um empreendedor do mercado imobiliário chega e fala “você quer fazer um prédio que vai estar na cidade?”, e você sair dessa ideia de que o arquiteto só constrói a exceção, mas sim que ele constrói o tecido urbano, a regra da cidade, e entra no jogo, é a economia que vai mandar nessas suas escolhas de materiais. Então, cabe a nós estar muito atento ao que está sendo feito, tanto lá como cá, na indústria e saber usar com inteligência essa industrialização que às vezes se faz necessária quando a questão econômica é preponderante. Não é o arquiteto, quando está trabalhando na escala da produção da cidade que vai conseguir definir o que é feito com a mão e o que é feito com a máquina, isso não está no nosso poder, mas a gente pode tensionar e pode puxar para lá e para cá. E eu acho que é importante a gente saber disso, porque se não a gente vira o arquiteto que ou

só faz a exceção ou, confortavelmente, faz grandes peças artísticas para as Bienais de Arquitetura.

Tem uma entrevista, que eu vi, Oscar Niemeyer, velhinho, já com noventa e tra la la... Oscar Niemeyer, tem alguns personagens que você fala - Tudo o que você pensa, que você imagina que seja Brasil, alguns caras inventaram, o Pelé inventou um pouco o que é Brasil, Oscar Niemeyer inventou um pouco o que é Brasil, Tom Jobim inventou um pouco o que é Brasil, esses caras inventaram, a gente tem uma ideia do que é Brasil porque houve uns caras que inventaram - Oscar Niemeyer era um desses, ele viveu o século XX inteiro. Uma vez perguntaram para ele num desses programas de televisão, o que é que ele achava dos novos materiais, era meio uma feira de materiais” e o jornalista achou que ele ia falar do alucobond, do alumínio e dos plásticos, e dos novos materiais sintéticos, e ele falou, “que linda questão que vocês me colocam, puxa vida, eu quero muito falar dos novos materiais. Porque de facto, o homem vivia nas cavernas e depois empilhava uma pedra sobre a outra, e percebeu que podia botar as pedras comprimidas e fazer um arco, depois fez o arco, daí teve umas construções, até que conseguiu juntar o aço dentro de uma pedra líquida, e fez o concreto aparente” daí ele fez um discurso de meia hora sobre o concreto aparente, como se fosse um material novo na história da humanidade. O jornalista ficou com um ponto de interrogação e achou melhor trocar de pergunta, queria ouvir sobre o alumínio e ele [Oscar Niemeyer] ficou falando do concreto armado como o grande material de invenção do homem. Uma vez perguntaram para ele se ia fazer de madeira uma construção, e ele falou “acho que é melhor não, porque madeira dá bicho” e aí todo o mundo riu, ele falou “não, os bichinhos comem, comem a madeira, acho que não vai ficar muito bem” e ele falava daquele jeito. Mas é muito lindo pensar que justamente o que a gente fez foi proteger agora essa madeira, então a gente está falando de construção e de

materiais, e cabe a nós, sim, tentar o tempo inteiro discursar sobre o que a gente acha que é certo.

Num país como o nosso aqui, que tem essa capacidade gigante de construir reflorestamento, de ter madeira de alta densidade que se renova, de maneira tão rápida, a madeira como um sistema renovável e eficiente que usa energia do sol para ser produzida, é impossível a gente imaginar que um arquiteto no século XXI no Brasil não deva, sempre que puder, construir com madeira. Mas não a madeira como um pedaço de pau, a madeira como uma técnica industrializada, que a partir de uma matéria-prima renovável você possa chegar no limite do raciocínio tecnológico dela. Então, a partir de um saber quase ancestral de que uma oca xinguanas é feita com uma madeira, sabendo dos limites técnicos da fibra da madeira que se você envergar ela, ela tem tensão suficiente para fazer um arco e se você amarrar na ponta, ela vira uma casa gigante, com um vão gigante, sem nenhuma coluna no meio. As ocas xinguanas, por exemplo, dessa inteligência ancestral de um material que já tinha abundante aqui, a gente pensar que um material impossível de uma nova construção seja essa madeira, mas não a madeira mais da floresta, mas uma madeira como a do eucalipto que é cultivado e renovado, cortado, colado, laminado, feito de uma maneira absolutamente precisa para a indústria e para os trabalhadores, que isso possa ser um edifício de altura, no futuro.

Então eu acho que sim, que o trabalho do arquiteto é, cada vez mais levar para o lado que a gente acredita. Eu não queria deixar de falar da industrialização, sem falar do que hoje eu acho que é um campo lindo de trabalho e de pesquisa no Brasil, que é a industrialização da madeira. E de empresas que desenvolveram tanto esse sistema, como por exemplo, a ITA construtora, coordenada pelo engenheiro Hélio Olga e o arquiteto Marcus Vinicius Barreto Lima, que fez aquelas experiências daquelas casas com o arquiteto Marcos Acayaba, que foi

professor nosso, ou seja, experiências de arquitetos e engenheiros que estão desenvolvendo tecnologicamente, coisas na indústria que tem uma outra pegada, que seja completamente diferente do que foi a indústria do século XX. Que pisem suavemente a terra como nos ensinou o Ailton Krenak.

Agora sim, para terminar, o tema - Disciplina, a relação arquitetura/sociedade. A pergunta é: O que é valorizado entre os arquitetos, por vezes de forma consensual, não corresponde necessariamente ao que é valorizado pela "pessoa comum". Esta divergência parece impor a necessidade de partilhar um entendimento sobre o que é a Arquitetura. Como é que a podemos definir?

Perguntar assim não vale, perguntar como é que se define Arquitetura no final, isso é sacanagem de vocês.

Vamos ver como é que eu respondo. Eu acho que essa divisão do que entendem da nossa arquitetura e do que não entendem, não sei. Eu vejo assim, os arquitetos que eu admiro muito, os grandes arquitetos, os artistas que eu admiro muito, os grandes artistas, eles são esses, que emocionam muito a nós, os arquitetos. Os arquitetos que emocionam os arquitetos, os músicos que emocionam os músicos, ou sejam, que levam a nossa disciplina, que levam a nossa discussão académica, a nossa discussão como arquitetos, ao limite, ou seja, instigam quem faz, de maneira absoluta, mas que também são absolutamente queridos por todo o mundo que vê essas obras, que vive essas obras, que passa pelas obras. Eu acho que os grandes são assim. O Tom Jobim, ele é venerado por qualquer músico do mundo. As harmonias do Jobim são aulas de harmonia, seja para um músico de uma orquestra sinfónica, seja para um músico popular, um sambista, um rapper. O Jobim é adorado por todos os músicos. É adorado por toda a gente, por toda a população. E é bonito também que

cada um absorva a música nos seus limites de conhecimento, eu não toco nenhum instrumento, não tenho uma formação musical que seja profunda, e admiro muito um músico como o Jobim dentro das minhas limitações, mas eu sei que um músico vai gostar ainda mais, porque tem esse outro sabor. Eu acho que a arquitetura é assim, os grandes são assim. O Álvaro Siza é assim. A arquitetura do Álvaro Siza não é feita só para nós, a gente é que adora a arquitetura do Álvaro Siza, mas toda a gente gosta da arquitetura do Álvaro Siza.

O Álvaro Siza é um personagem absolutamente popular em Portugal como o Niemeyer era aqui no Brasil, isso é incrível.

Vou contar uma história, o Siza fez esse projeto aqui, que é um dos maiores presentes que a gente teve, que é o Museu Iberê Camargo em Porto Alegre. Um dia eu fui para Porto Alegre, desci do avião, peguei um táxi, estou de papo ali com o taxista, o taxista falava "o que é que você faz?", eu falei "eu sou arquiteto, eu vim aqui para uma reunião que vai ter lá no Museu Iberê Camargo", "ah não diga", "sim", "eu conheço muito o arquiteto português que fez", "a sério?", "conheço muito, eu já dei muitas vezes, já levei muitas vezes, já dei muita carona pra eles, já levei muitas vezes o arquiteto lá no museu dele" "ah não me diga, que grande arquiteto eu admiro tanto o trabalho dele, acho o museu lindo". Daí o taxista falava "é um sujeito muito inteligente", falei "ah eu também acho, [risos] sujeito muito inteligente" eu falei "e porquê?", "porque uma vez eu perguntei para ele assim, arquiteto eu queria fazer uma pergunta, porque é que o senhor fez um museu praticamente todo fechado pro Rio Guaíba que é um dos rios mais lindos do mundo? E sabe o que o arquiteto me respondeu, ele me falou assim: justamente por isso, como é que eu poderia competir um dos rios mais lindos do mundo", aí o taxista parou e falou assim "viu! viu como esse arquiteto é inteligente". Ou seja, é muito linda essa ideia do que é que a arquitetura intriga, a arquitetura traz o melhor

de nós, a arquitetura deveria trazer o melhor de nós como humanos. Eu acho que quem já se emocionou diante de uma obra de arquitetura sabe o que é que ela desperta em nós ou no melhor de nós, eu acho isso mesmo.

O ano passado quando eu estive aí com vocês eu dei um pulo no Porto e realizei um sonho que foi ir com os meus dois filhos, nós adoramos futebol, fomos assistir Braga e Portimonense lá no estádio do Eduardo Souto de Moura. Aquilo para mim foi das grandes experiências da vida porque eu estava ali como arquiteto, absolutamente emocionado, diante daquela obra que incorpora aquela montanha de fundo, aquela pedra quase como uma gente, quase como um ser que assiste com a gente o espetáculo. Fico imaginando quantos bichinhos não ficam ali vendo o jogo comentando “esse cara não joga nada” e ao mesmo tempo, ao mesmo tempo naquele espetáculo popular que é o futebol, então você dentro de uma arquitetura como aquela poder ficar xingando jogador, reclamando do juiz. É uma coisa extraordinária como lugar de expansão da vida, foi uma grande experiência dessa junção que é a mesma coisa do popular e do erudito. Esses trabalhos todos que a gente tem visto dessas arquitetas mexicanas extraordinárias, Gabriela Carrillo, o Mauricio Rocha, essas arquitetas mulheres mexicanas incríveis, ou seja, quando a arquitetura te toca, de verdade, ela te traz o que é o melhor de nós, eu acho que é um pouco esse o papel. Vocês perguntaram o papel da arquitetura, eu acho que ela justamente é possibilitar. Sozinho a gente não faz nada, vamos ver, a arquitetura convoca todos os outros saberes, os engenheiros, os sociólogos, os antropólogos, todo mundo que a gente ficou, os músicos, convoca toda essa gente, para juntos, construímos o nosso lugar de vida. E nesse sentido a arquitetura é um lugar muito mais do que para resolver problemas, também para gritar “o rei está nu”. Ou seja, a arquitetura serve também para a gente falar “por aqui não vai bem e se fosse por ali”.

A gente não precisa ter todas as respostas, a gente tem que estar disposto a errar, a experimentar, mas a gente tem que ser muito corajoso, como arquiteto, responsável, porque a coragem depende de responsabilidade, quem é responsável não é corajoso só é responsável. Mas quando somos responsáveis inclusive durante as obras pela vida das pessoas a gente tem que ser muito corajoso.

Nós somos como profissão o contrário na minha opinião dos conservadores, o contrário do conservador, porque a gente é o que transforma, transforma a matéria, transforma cidade, transforma a geografia. Então não sei, me parece bonito pensar assim que o nosso papel é o tempo inteiro é falar “olha talvez por aqui não seja bom” e nós não estamos aqui somente para responder mecanicamente às questões. Porque eu, tempo inteiro eu acho que existe a possibilidade, se a gente acredita que a arquitetura traz o melhor de nós mesmos, de poder questionar onde estamos, como somos, não sei, é muita pretensão, é, mas ao mesmo tempo não é. Porque eu não entendo um projeto de arquitetura com uma obra pronta, acabada, eu não acredito no projeto de arquitetura como de um demiurgo que sabe tudo, eu não acredito nisso e não acredito que o desenho é um projeto ele seja definitivo, nunca. Mas o que eu acredito é que a gente tem a função social, como arquitetos nós somos treinados, preparados, para projetar, é isso que a sociedade espera da gente. E projetar de uma maneira mais ampla, não estou falando de edifício, não estou falando de planta e corte, estou falando de projetar no sentido de desejar, imaginar coisas muito diferentes, é isso que a gente foi treinado e é isso que esperam de nós.

Então, vocês são estudantes, quando vocês tiverem oportunidade de estar numa mesa com vários outros profissionais que vão ter feito diagnósticos extraordinários das suas áreas: um engenheiro de solos há de ter falado “este solo aqui é uma geleia a gente vai precisar de ter uma fundação profunda porque a rocha

está não sei aonde” daí o sociólogo fala “mas a gente não pode impor, porque aqui essa sociedade ela precisa de um programa que seja diferente, eles são pescadores” e daí quando um arqueólogo falar “mas a gente não pode estar aqui nesse lugar, porque aqui tem um sambaqui” e daí o outro fala “não mas espera lá, a gente não tem grana”, quando cada um fizer o seu diagnóstico da sua área todos já falaram. Para que essa conversa siga eles precisam de nós e “como que a gente faz?” a gente faz um desenho como um início de conversa, a gente faz um desenho como um braço estendido para essa conversa. E quando a gente faz um desenho todos começam desesperadamente a criticar aquele desenho, a tagarelar e ainda bem porque a conversa seguiu se não ia ficar o silêncio na mesa e a gente tem de estar completamente consciente de que esse processo é importante. A gente vai desenhar e vai todo mundo falar, a gente desenha de novo e nunca o nosso primeiro desenho vai ser construído, se acontecer é porque houve uma convenção e todos de alguma forma acreditaram que era para ser assim. Mas eu não acredito que a gente seja, que a gente faça os desenhos com uma imposição. Muitas vezes nos colocam nesse lugar: “a o arquiteto que impõe tudo a todos”. Eu acho que a gente tem de saber o que a gente está fazendo, ter a responsabilidade pelo que está fazendo, não ser conservador e defender as nossas ideias. Mas defender no sentido amplo do que é uma conversa, do que é uma defesa de ideias e saber que nunca o nosso desenho vai ser uma imposição e sim a função social que temos na sociedade de fazer essa conversa seguir.

Obrigado Fernando.

Eu não sei se respondi a alguma pergunta, mas a conversa foi boa.



Arquiteto Tom Emerson

As you know, this interview has to do with the topic we are working on in our studio and it's divided into different themes. The first one is: Cities _ can we define them? - and the first question is: In a text written in 2003 Jacques Herzog says: "It is about time to get rid of manifestos and theories because they are not the heart of the matter. There is no theory about the city; there are only cities". He then asks, "How can we define it, since we can't understand the most complex and interesting creation of the human race?" If we cannot describe our cities through models, how can we operate on them and find the logics for their requalification?

All of your questions are extremely difficult. Each one could be more than an hour. The Jacques Herzog quote reminded me a little bit of a similar quote from... That was from 2003, right?

Yes.

From a quote, probably, 30 years beforehand, 1974, from a book by Georges Perec called *Species of Spaces*. In it, I think, there's a line, and I might be misquoting it slightly, but he says: "Do not try to find an easy definition for the city, it's too big, you will only get it wrong." So, a quite similar spirit. In the book he sort of tries to develop certain exercises by which we could maybe generate some kind of insight and they are practical exercises to do with looking and recording about - particularly kind of everyday lives - things we normally don't pay much attention to. And it's a book which I like very much because it's very light, it's very playful, and it has little games about how we perceive and then understand and then use the city.

I would say that as a model, as good as any other, I suppose that I very much agree with Jacques Herzog's view, partly because I come from London. London is a city that doesn't

have a plan, that has never had a plan and is a city that when people have tried to have a plan, the city has rejected it really forcefully, because it's a city that somehow sort of produces itself, like an organism. So you can have ideas about specific parts, or specific buildings, or even specific fragments of buildings and spaces, and some of them can be very big like a park - and, to be honest, London does parks very well - but the idea of trying to encapsulate the city and how it works and how it should work within one unified theory will just never suit the occasion. So, you have to find ways of engaging with it at much more empirical experience levels. So, what will work for one part will be completely inappropriate for another and that's because the scale of the city, the topography of the city, the history of the city, establishes certain characteristics, which are not really producible. I think we can compare it to a body, how you deal with a foot injury is very different from how you would deal with an eye problem. You can't just establish a principle. Every part is different. It's a very bad analogy, I probably would scrub that one. But you know what I mean. I guess, as architects, we are maybe much more interested in a kind of genuinely lived experience. Also, I think that Londoners may have a lot in common with other port cities. Cities that are big ports - Lisbon, Porto, London, Hamburg, Rotterdam, let's say for the European ones, of course it's the same in Africa, Asia, and the Americas - have a very particular metabolism, which has to do with import and export. That's to do with knowledge, people, things, goods... So you often have a very complex arrangement of conditions which can be as much to do with very, very faraway places as they are to do with local conditions. So, cities that have long histories of trading and shipping generally have a very hybrid condition and that is, in a sense, the richness of those places - is that they're kind of impure and they're mixed, and I think that that's something which I sort of feel like is a lit bit what lies behind Jacques Herzog's quote. And so, how do we operate on

them? Then I would say we operate carefully... we have to be very attentive to what we find, we have to be very attentive to what we think we know, which is often incorrect - and being misunderstanding can be very productive - but it needs to be critical, you know? We have to be critical. So I would sort of say that our work coming from this context, which is very different to if you were maybe a Parisian architect, where your understanding of the city might be a much more orderly affair, will be one of, I would say, constant attention to what is visible and what is barely visible, so sometimes things like the social history of a place might be caring more influence, than the physical stuff that you find there, sometimes the physical stuff that you find there might be the beginning of a story into, let say, a material culture which leads you to geology, which leads you to climate, which leads you to cultural habits, and I would say that a good architect should be very sensitive to these things and should be very curious about why things are the way they are, which is very different to trying to find an overall understanding. I would say that that would be the thing that I would try to avoid, because with an overall understanding comes generalisations that may be helpful in some respects, but also may mean that we miss the opportunity for very specific interventions and inventions and discoveries.

Our next theme is entangled life and our question is: In one of his writings Paulo Mendes da Rocha refers to the idea of "urban" by saying: "The urban is nothing. The urban is a state of mind. The urban is man, we are the urban. And the city is our intrigue. A new intrigue between the men who inhabit it. That, in my opinion, is what urbanism is. The existence of an urban being who lives in the trust, hope and solidarity of the other." Nowadays humans spend most of their time in "designed" spaces, is it the responsibility of those who design them to remind [humans] that they are part of nature?

What is the role of nature in a city?

I can enjoy the first part of that quote: "the urban is a state of mind" ... I would probably say that if we are in a situation where we have to remind humans that we are part of nature... then yes - then I suspect that we probably need to take a step back, because we are natural, so therefore the urban is natural. Cities are a form of habitat, just like every other form of habitat. I think maybe the thing that we need to learn to do now in the mindset - let's say of Mendes da Rocha's - the urban mindset is to remember that the urban includes, human and non human habitat, and perhaps we have in recent history - and by recent, I mean since industrialization - so give it a couple of centuries, two to three centuries. Certainly, in the West, I think, we have over privileged the human, at the expense of the non-human, which then has also had implications in the current climate crisis. So yes, I think that we should treat the urban as a fundamentally natural condition and therefore we need to be thinking about it much more in terms of coexistence with non-human actors which are kinds of plants, animals, but also climate and geology and so forth. And we need to somehow live with, rather than against, those things. So you'll find that during the modern period there were a lot of attempts to tame, and control nature, you know? Building riverbanks and preventing certain natural phenomena from operating in their full condition, and I think that's caused a great deal of damage. When there were the floods, in 2012, in Houston - those very very bad floods and the rivers burst its banks - it turned out that the ground surface of Houston was 80% concrete. So, when there was a sudden flood, there was nowhere for water to go. That is a fundamentally unnatural condition, and Houston may be an extreme example, but to some extent the same applies to many, many cities. Which causes things like the heat island effect, loss of biodiversity which causes all sorts of problems to humans and non-humans.

So yes, I think that the urban is a state of mind, and the urban is a state of mind that really needs to be expanded to be a natural condition. So, I think that, I find it very problematic when people - architects in particular - say that they would like to have a connection with nature, because that would seem to apply that they are not natural in the first place. If you are natural, you do not need to make a connection with nature because it is just a state of being, a state of mind. And so I think that if Paulo Mendes da Rocha is right - which I think we could go with - then that state of mind, that he talks about, just needs to be big, inclusive and really take on the idea of coexistence of systems, of designing, you know? You say we live in designed spaces - I think we need to have a big understanding of design, which is a process as much as an artifact, which is systems as well as fixed spaces and structures. So, it's basically an agreement with the statement, but probably with a more expansive notion of what the urban mind might be.

Our third topic is capital-city. The 20th century was marked by a quest to provide housing for the greatest number, and its mission was central to architecture and city making, mainly by public initiative. More recently, faith in the invisible hand of the market and in private investment as an answer to the problem of housing emerged. However, the current phenomena of your bench unification provides challenges for these fights. Should the right to housing and to the city be a universal right? Is the right to the city the architect's duty, more so than that of the other citizens?

So, the answer to the first question: yes. Should the right to housing and the city be a universal right? Yes. The second part of the question is, I would say, also a yes, but a cautious yes, to both parts. There are two questions there. But under below those answers is a much more complex condition because the question is if

you say yes and what you mean by yes.

I had a professor at university in the 90s, a very brilliant professor, who would say very provocatively "There is nothing that kills a city like housing. Which is going to generate a little bit of a kind of «woah, careful», and I think what he meant by it is that housing and, probably, the typological underpinning that comes with that is very dangerous. And the city is much more complex. I'll throw you back to the first question, the Jacques Herzog one. And then that professor would also describe the city as the best thing humans have ever invented to resolve conflict. Which I also think is a very beautiful way of understanding the city, but essentially as a species - humans are pretty conflictual.

They make a lot of conflict and the city is quite a good way of getting off somehow - putting conflict into some sort of public domain and therefore the city needs to have all sorts of other institutions alongside housing for it to operate fairly, for it to make equitable environments. So yes, the right to the city is fundamental. The right to housing is fundamental, but I think that housing as a singular topic cannot make a city on its own and cannot be, I think, the sole agenda of Equitable City making. Politically, architecturally, spatially, environmentally, has to be understood in relation to all the other systems and spaces that are made by the city. And so, I think that's why I would sort of say yes, but a kind of a qualified yes that we need to make sure that we don't bring one typology or one condition up as more important than all the others, because we could end up making what has been very problematic, particularly in the post war city - in a sense, all over the world - where there's been very significant housing development since the World War II, that have come with all sorts of social, economic, environmental problems associated, which is not balanced by all the other urban and cultural economic conditions that are necessary for it to be sustainable.

Common ground is our next topic and our question is related to what Doris Salcedo - the Colombian contemporary artist - says in one of her interviews: "My process is to interfere, to insert myself in the public space obliquely and not directly, so that others can turn claim the space for themselves." It's public space a mechanism for social cohesion?

I like her term that she "inserts herself obliquely and not directly", which is something. I sort of identify with it quite well. Is public space a mechanism for social cohesion? Maybe, I don't know. I find the term public space slightly unsatisfactory. What do we mean by public space? I think, it feels like the term public space belongs to a modernist discourse, which I don't think is up to date. When you say public space, do you mean space which is publicly accessible? Right? Which is different to space that is owned by the state or public agencies. So those are two fundamentally different bits of public space. So again, going back and saying this as a Londoner - the great parks in London, Hyde Park, Regents Park, St James's Park, Victoria Park in the East End, none of them are public. They're actually Royal Parks, right? They belong to the head of state. And they are not technically public space, but they are fundamental to the public life of the city, to the citizens' well-being.

[Inês Lobo] That's a big difference between Portugal or Lisbon and London, because in Lisbon all the public space is public. Eventually you have sometimes small spaces that are publicly accessible but are not public, are private, but it's not normal.

But let's say a cafe. A cafe is fundamental to the public life of the city, but it is not public space. Or is it?

[Inês Lobo] It is.

Right? So, I would say that the second part of

this answer relates to the fact that one of the terminologies in architectural discourse that I find quite uncomfortable is the notion of public and private. So, for it, and again, it's a very modernist discourse to separate these two things, maybe it goes back to Nolli, right?

[Inês Lobo] Yes, the plan of Nolli.

Because right now I would say I would be very interested to know how, whether you feel you are in public space or in private space. Because I think I can see Ana's grey kitchen behind her, you know? I can see Mariana's curtains and some of the objects on the fridge or on the cupboard behind you, right. So, we are all, to some extent, private, and we are all, to some extent, public. And I think that that's a kind of permanent condition that we operate in. Even when we sit in public space, we may well be entertaining private thoughts, right? So, to me, I find this notion of the public and the private to be slightly unsatisfactory in terms of describing the urban experience, because you end up between land ownership and political participation, where they somehow fall over each other in ways which the public and the private are never really capable of articulating or giving meaning to. So, and particularly as we go into more and more digital, more and more globalised experiences, the less the public and the private as kind of spatial conceptual vectors to me seems satisfactory. So I would be much more interested in how one describes, let's say, I mean the wood of the door behind Alexandra looks like a hardwood. It's not a wood that I would expect to see in Northern Europe. Unless it was imported. Which might then go back to port cities. It's a wood that I associate very much with a colour and texture that I associate with Portugal, and it reminds me of some of the joinery items of amazing projects by (Fernando) Távora and (Álvaro) Siza and that sort of thing. So, I could identify a little bit where you are. Some of you I have no idea where you are.

Because, maybe, Leonardo, your shelves and plant pot - that could be anywhere. That's really hard. You know, so essentially this notion of public space kind of creeps into our private room. So, is it social cohesion? Maybe. But maybe, I would be much more interested in trying to explore other ways of describing social participation, political participation. Than, through, what I would consider a slightly post war welfare state-ish idea of the public room and the private room, because I think your question sort of touches, on the sort of the way that the market has sort of overtaken the welfare state in terms of the management and provision of urban space and urban facilities. Which is definitely problematic, and I think it was super problematic in 2009, 2010, 2011. I mean it, kind of, made the world stop operating. It causes an enormous amount of inequality. But nevertheless, maybe we just need new paradigms, which are able to connect with the experience of the last three years. Somehow throw that into the future. So maybe no, public space is not able to provide social cohesion.

Hashim [Sarkis] addresses the question of collective living as follows: "We need a new spatial contract. In the context of growing political divisions and increasing economic inequalities, it is urgent to imagine spaces in which we can live together generously: together as human beings who, despite our growing individuality, wish to connect with each other and with other species through digital and real space; together as new families seeking more diverse and dignified spaces for habitation; together as emerging communities demanding equity, inclusion and spatial identity together across political boundaries to imagine new geographies of association; and together as a planet facing crisis that require global action if we are to continue to live". How can a residential building provide a strong experience of sharing and equity between its inhabitants? Well, I think that quote is actually a very good

answer to the question before. You know, it probably said more concisely what I was trying to say. How can a residential building provide a strong experience of sharing and equity between its inhabitants? The question contains two questions, because sharing and equity are quite different notions. Okay I'm going to skip to the second one, because I can't formulate an answer for the first one. How can a residential building provide a strong experience of equity between its inhabitants? I mean, equity just might come from making sure that residential buildings manage their conscience and unconscious hierarchies extremely carefully. Residential buildings, housing as a type, is relatively recent compared with buildings where people build houses. Apartment blocks and things like that are in the story of human history quite recently and they have and can have very progressive hierarchies, in the sense that they provide a continuous level of dignity to design from the most representational parts: entrances, facades, to the most everyday parts, the operation of certain elements and I think that that kind of managing... I don't think that you can ever have a building that doesn't have a hierarchy, that is completely flat, but I think you can have ones that sort of manage a kind of a rhythm of different dignities throughout the apartment, in the details, in the layouts, in the quality of light, the fresh air, that those are distributed in a way that's equitable and that provides equal dignity and comfort to its inhabitants, regardless of if they are large or small or what kind of domestic unit they host. In terms of sharing, on a level that's super simple that's to do with common parts, it's to do with open spaces around, access to them and the quality that they have, in terms of partly experiential pleasure, textile materials, light and so on, but also in terms of safety, visibility, making sure that everybody feels that spaces, somehow, have the right level of visibility, the right level of intimacy, which is a very subtle art, which is also deeply cultural. Some cultures are much more collectivised,

and some are much more fragmented and private so... I think housing in Scandinavia is very very different from housing in Japan, which is very different to housing in Portugal, because the cultural differences are very striking and obvious, but nevertheless, there are moments of encounter between people however cold and frosty or warm and somehow exuberant they are, which is very much to do with climate, to do with how much time people spend outdoors during the year.

This is a bit of a generalisation, but northern cultures are a little bit more private, restrained and southern cultures tend to be a little bit more exuberant, because life outdoors is a very significant proportion of one's life. Life outdoors in the far north is a much more challenging environment, so it goes back to climate and and so on, but nevertheless, I think the sharing side is probably fairly straightforward and it's really to do with all the places where people meet each other and the equity side is much more subtle, because that involves elements of design as well as political structures that then support them, but maybe that's one of the reasons why, I mean, since I was a student, I was very taken by the work of people like Álvaro Siza, particularly like the Malagueira housing scheme, how it was built in a sense of dignity or special quality, in the most unlikely places.

So sometimes the things that are the most secondary, tertiary right down the list of kind of significant architectural moments, are the ones where somehow the project blooms the most and you really find out. And it's a very subtle game because you have to spend quite a lot of time with it to discover these things and you have to go quite deep into the project structure, you can't stand outside it and then somehow find its meaning, a lot of it it's either invisible or barely visible.

And I think that's why the work is so striking, at lots of levels, formally, socially, politically... So that would be my best shot. It's a difficult question.

In the book "On and Around Architecture, 10 Conversations" by the duo Jonathan Sergison and Stephen Bates, the idea of looking at the design of a collective housing building from the perspective of its lifespan is mentioned. Its skeleton, in the view of these architects should have a long lifespan and be seen as a permanent ruin which can be inhabited in a transient manner. For this it should be flexible and durable. The other life cycles are intermediate, they are cycles that should adapt to changes. The skeleton is thus inhabited by the diverse components of the building, like those that ensure the functioning of the infrastructures or the facades and the envelope. This separation into three more moments, forces us into another way of designing, in which time is once again a fundamental factor in the process, time of execution and time of life. How should we define flexibility in architecture? What is its biggest obstacle?

It's interesting. In the quote, he says it slightly differently than the question, he says that this should be durable and flexible and then your question is about "how should we define flexibility?" Flexible, maybe I will put it into the same category as public and private in one of the terms I mistrust that we inherit from modernism. Is a modular building system more flexible than a cave? I don't know, I think in modernism and modern architecture, flexibility has been often confused with kind of moving interchangeable parts, when flexibility is maybe more related to the durable that Stephen Bates talks about and it's basically buildings and the only exception that I would take, I would very much agree with the Stephen Bates quote, the only thing that I would disagree with is where he says he proposes the idea of looking at the design of a collective housing from the perspective of its life span. I would say: propose the idea of looking at the design of architecture from the perspective of its life span. So, I don't think this is something particular to housing.

One of the things I really like in, let's say, kind of urban fabric in London, particularly in the older fabric in London is that what are often described as terrace houses, that kind of basic building blocks of the city has been houses, has been factories, has been offices, has been institutions, goes back to housing, becomes apartments, the apartments get then join back together to become a house, and then they sold to an insurance company and becomes an office, and then it becomes an art gallery and it just goes on and on and on, and that's somehow one of the thrilling things about the design and built world – is the way that it can be reinvented – which is maybe another way of saying it's flexible. And I think in order for something to be flexible, it needs certain basic parameters to do with inhabitation, which generally have to do with accessibility, daylight, fresh air – very fundamental life giving conditions. It probably needs some level of beauty. I didn't want to go there because it's difficult to describe, but nevertheless, it does need some kind of sensory, visual, tactile, sculptural, spatial quality in order for us to return to it over and over again. If it's really dump, it gets abandoned, right? So, it needs a certain level of culture - let's call it culture rather than beauty – so that we can kind of project meaning onto it and do all the things that our culture needs to develop. So I would say flexibility just corresponds to the capacity of a place to absorb life, whether its working life or other types of life. And the only other thing is that I really enjoyed the quote from Stephen Bates, but I'm not sure I would describe it in terms of primary structure like the skeleton and the other elements because, actually, even the primary structure can be adapted, even the skeleton can be changed, you know? Everything can be changed. It's usually a question of how much effort is involved in it and I think that as we step into, let's say, your generation's career, you will be doing a lot more adaptation than probably, certainly, any generation. Beginning a modernism and

adaptation is gonna take also different forms, it's really gonna be how you reuse the existing both from a kind of operational side as do we needed to change our habits to adapt to a distinct condition – do we need to change our expectations, do we need to change building fabric, do we need to change primary structure – you know, we gonna be counting carbon so much more precisely than ever before that I think that the way which we make decisions about what is flexible and not flexible will really change very radically. I think, essentially, we will have to become more flexible - I mean, that's probably the first thing. Our expectations, our norms, our regulations will need to change to show a great deal more flexibility so that we stop demolishing things and rebuilding things when we don't need to.

So, continuing with that theme, and now about tradition and industrialization. Today, we are aware that the construction industry, as well as the use of buildings are, directly or indirectly, the biggest sources of pollution on the planet. But, we continue to be called to build at a time of climate emergency. Therefore, the present time seems to be an opportunity to rethink what building means and must involve. This implies changes on all those who take part in the process: the designers, the industry and the builders. What is your perception of the changing role of the construction industry today? Particularly in comparison with other moments in our history when industrialisation had a predominant role?

So, the previous question obviously relates very closely to this. Again, in the question are several questions, so if I go to take your first question very literally, "What is your perception of the changing role of the construction industry today?", my perception of the changing role of the construction industry today is, broadly speaking, quite negative in how slow it is at participating in a kind of change in paradigm

about how we should engage in the built world. There is still more interest in, you know, selling us more products, more quickly, in greater volume, regardless of the cost. The construction industry will be the first actor to tell you that it's cheaper to knock it down and start again. And my wish is that it catches up fast and realises that it can still be a very, very productive industry without necessarily always having to... it basically needs to slightly re skill in order to address existing fabric first, and be much more skilled and resourceful in terms of how one can adapt existing infrastructure – add to it, change it, and things like that. Which means that then we need a different skill set, and I think that schools of architecture – my own included, I'm sitting in ETH here today in Zurich, and still have curricula, which I largely inherited from, a kind of modernist century that precedes us – so we still have a hardwired kind of paradigm around how to make a new and better world. And certainly, when I was at university, let's say refurbishment, adaptation, reuse was sort of quite a secondary part of architecture, even to the extent that it was seen as not real architecture – real architecture is new buildings. I think the big paradigm shift is that that goes the other way, that the main topic of architecture is how to engage in the world that we find - that's certainly existing in the global north, right? So, we have to be careful here. Reuse and adaptation is absolutely critical, and maybe new buildings are like the exception, when the case can really be proven that it needs anew, then there are ways of doing that with less impact on the environment, on the carbon footprint and all of that. But I think that the big paradigm shift is that we need to be really much more focused around the notion of the existing and how that can be reinvented and given a proper future, and that's different, that's a kind of a next stage in industrialization. So repair, adaptation, maintenance, becoming sort of the subject of industry, which I think with digital fabrication it becomes a very plausible alternative, and

there's a lot of research going on in that field like conservation, digital fabrication, digital scanning and so on - all sorts of circular economy things. Basically, the industry needs to catch up fast with the technologies, with the values and it is, in my experience, one of the slowest to keep up with the current debate.

Now we are reaching the end of the interview and our last topic is discipline. What is often valued among architects does not necessarily correspond to what is valued by the "common person". Resolution of this divergence requires a shared understanding about what is architecture. How can we define it?

I think it's perfectly natural, maybe even desirable, that the architect will always have extra motives than the one of this poor common person - they seem to be getting a bit of a rough deal. But let's say, the users, society, clients, (they) all have a different set of expectations of what is to arise out of architecture, and I think that it's really important that the architect is able to maintain a whole range of different layers around which their work operates so it needs to perform certain practical functions. The architect needs to be very attentive to those and share them and allow people to participate in resolving them as best as possible. The architect also has a responsibility, beyond the client and the user, to a wider section of society that maybe encountered these things as part of an urban or rural environment. They are also responsible to the future, they're also responsible towards users, as yet unknown, and that perhaps will come in a very distant future and that they are able to engage. This relates to the previous question about flexibility / durability. I think that they also have a kind of duty towards the discipline and making sure that they contribute something to this kind of very long and complex story of architecture and some of those things may not be immediately

accessible or relatable. So, the ease in which you take the bins out, on a Tuesday morning, may not be interesting to the architecture critic writing, you know, an insightful article. Yet, let's say the references and relationships to architecture history and theory may not be so interesting to the person bringing the bins out, and I think that's fine. I think as long as nobody feels ignored and nobody's realm of interest and meaning is being ignored, I think it's great if you have hidden motivations and hidden quotations and references. You know, maybe one day, one architect will go "Ah! I can see an influence of this in here", even if 99.9% of the people don't see it, that's absolutely fine.

[Inês Lobo] OK, Tom. Thank you very much. It was incredible.

It was really fun. Thank you.

Thank you.



Arquiteto Jeremy Till

Good Morning Professor Till, we want to take this opportunity to once again thank you for coming here and taking the time to speak to us. As you may already know the purpose of this interview is to cover topics that are related to the manifestos we are writing in the final year of our architecture degree and as such, the interview will be guided by questions relevant to the overarching question of what is the role of architecture in 2023...

We can start with the first topic, which is "Cities – can we define them?". In a text written in 2003, Jacques Herzog says: "It is about time to get rid of manifestos and theories because they are not the heart of the matter. There is no theory about the city; there are only cities". He then asks, "How can we define it, since we can't understand the most complex and interesting creation of the human race?" and the question is: If we cannot describe our cities through models, how can we operate on them and find the logics for their requalification?

Well, first of all, with gracious respect to the Pritzker Prize winner, what a stupid thing to say. I mean, really, it's an appalling thing to say to students, I think that to say that there are no theories about the city, because it suggests, therefore, there's no theories about anything. If you can't have a theory about a city, you can't have a theory about anything. Which means that architecture detaches itself from any criticality. Architecture then becomes, which I've talked about in my work a lot, a kind of autonomous, self-contained, self-obsessed discipline. Because you can't have theories about the things that architecture engages with. So, I think it's a stupid quote - I mean, I don't know the whole quote and maybe, maybe... he does say some stupid things, it must be said. He may be a great architect, on architectural terms, he may be a great architect, but it doesn't make him a great thinker. And that's often the problem. And I think that this sense that - there's no theory about the city, there are only cities - is so dumb that it hardly

dignifies the response, frankly. So, I dismissed that as a starting point. I would dismiss that as a starting point. And therefore, of course, you must engage with cities at a critical level. You must understand the relationship between space and power. You have to understand the relationship between politics and urban design. One has to understand the relationship between gender inequality and public space and so on and so forth. Therefore, in order to it, I think you use the expression "requalify cities", you have to engage with their complexities in terms of their politics, their criticality, and yes, their theories. Now, of course, many theories of cities are equally dumb in as much as they try to totalize the city into a single organism, or a single instrument, or a single form of knowing, and that doesn't work either. You have to understand cities as these difficult, complex, interrelated, ecological systems, but to dismiss them as just "there are only cities" is just, straight forward, stupid.

[laughs]

Am I allowed to say that? That's OK, isn't it?

Yes, yes, it is.

Good... If Jaques Herzog wants to get back to me, I'm perfectly happy to have a debate, but of course he won't because he's much too grand.

Now moving on to the second theme, which is "Entangled Life" our question is: In one of his writings Paulo Mendes da Rocha refers to the idea of "urban" by saying: "The urban is nothing. The urban is a state of mind. The urban is man, we are the urban. And the city is our intrigue. A new intrigue between the men who inhabit it. That, in my opinion, is what urbanism is. The existence of an urban being who lives in the trust, hope and solidarity of the other."

Nowadays humans spend most of their time in "designed" spaces, is it the responsibility of those who design them to remind (humans) that they are part of nature? What is the role of nature in a city?

OK. I'm not sure that the question follows on from Mendes da Rocha's quote, so let me take his quote first. Again, I'm not sure I totally agree with it - "The urban is a state of mind" - again, suggests that the urban is made-up of existential individuals who wander around the city in their own state of mind and that there is nothing kind of above that as a controlling force, there are no politics, there's no ecology and so on and so forth. So, I'm not sure I kind of agree that urban is a state of mind. I particularly haven't seen what I think is his greatest building, almost his last building, which is the urban SESC in São Paulo - it's a fantastic building, which is much more than the state of mind - that's a deeply political building. I don't know if you know it, but it's the one with the swimming pool on the top - that's not a state of mind! That's a deeply political building about rights of individuals, about opening up a kind of democratic space, and that's much more than individuals as existential beings, that's individuals as sentient political beings, and the building responds to that absolutely brilliantly. I'm less keen on some of his more formalist stuff, but I think that that building is a kind of sense of what a city could and should be, and that's where, you know, I would agree that the existence of another being is of trust, hope and solidarity of the other. That building for me expresses that rather brilliantly. But to go to the second bit of "what is the world of nature in a city?" You can only answer that question by asking what is the world of nature from the start and, of course, one of the tragedies that we are confronting at the moment in terms of climate breakdown and the potential of the 6th extinction is the modern mind's separation of humans from nature and as soon as you separate humans from nature, intellectually,

conceptually, and then operationally, then nature just becomes this kind of inner reservoir to be emptied, this inert set of matters which are there to be exploited, appropriated and in the end lead to our downfall. I just read this morning that despite COP 26 the remaining native forests, rainforests in particular, we lost the equivalent of Switzerland just last year and that's because those forests are seen as places for capitalist extraction, they're seen as places with not of living beings and so on and so forth. So, I think you can only answer the question - what is the world of nature in the city? - by asking the bigger question which is "what is the relationship of human to the beyond human? The trouble with your question "what is the role of nature in the city?" is that nature becomes a kind of pathetic symbol within the city, of something which isn't natural at all and you get that in the way that so-called sustainable architects greenwash their buildings by planting trees on them. You know those awful skyscrapers by Stefano Brera, in Milano, which, you know, actually put more carbon into the concrete structure to support the weight of the trees, then you might sequester over 1000 years of the building. So, the idea that nature in the city can be refound needs to be always realistically understood that this is no longer nature, that nature and the city is no longer nature. In as much as it only exists as an artificial kind of symbol and representation of nature, rather than what nature really is, which is a living, breathing, ecological set assistance. However, one can understand the city in those terms as a living, ecological system, and at that stage then the relationship of man to nature, I think becomes more interesting. But the idea that if we just put more green roofs into the city, yeah, that helps a bit, but it's not going to make climate breakdown go away.

Our third topic is capital city, and it has to do with the right to the city and the right to housing. The 20th century was marked by a

quest to provide housing for the greatest number, and this mission was central to architecture and city making, mainly by public initiative, more recently facing the invisible hand of the market and in private investment as an answer to the problem of housing emerged. However, the current phenomenon of urban gentrification provides challenges for this phase, and the questions are: Should the right to housing and to the city be universal rights? Is the right to the city the architect's duty, more so than any other citizens?

So, to answer the first question, you have to say absolutely yes, the right to housing and to the city is a universal right. And the idea that housing has become simply the kind of financialization of space, particularly in cities like London, which the commodification of housing is part of a wider financialization of space for profit, means that any right of housing is completely overwhelmed by the so-called, but completely immoral, right of the market. So that the free market is the right wing, libertarians will assert that there is some kind of ethical duty to go along with the so-called right of the market, and that in a way the markets become for them something of moral purpose. Whereas in fact the right of the market overrides and overrules and overwrites the right of people to housing and certainly within, I don't know what it's like in Portugal, but certainly in London, and in the UK. The way that a right wing government now – an extreme right wing government – has completely handed over housing to the market, was meant to collapse housing in relation to affordability, in relation to social housing, and so on and so forth. And that in turn has a whole set of economic and social consequences in relation to inequality. So yeah, absolutely that the right to housing is a universal right, and one of my favourite documents of the last year was the draft constitution for Chile, but unfortunately it was not voted in, but it's a remarkable piece of writing, I urge everyone to read it. Which starts

with something about the rights of nature, referring back to the previous question, but the bit on housing talks very clearly about the rights of housing as a universal right. It doesn't come up with solutions, it comes up with principles. In relation to "it's right to say it's the architect's duty?" Well, yes and no. I think that question over dramatizes the potential role of the architect, the architect is not going to provide right to the city. That has to be a societal and political will. But the architect can engage in those discussions and then empower some of the ways by which the right to the city might come out. But of course, architects in their traditional role of just providing so-called nice spaces, are not going to provide right to the city because they're not architects too often, as we go right back to Jaques Herzog. They detach themselves from the political and social arena.

So common ground is our next topic, and our question is: Doris Salcedo, the Colombian contemporary artist says in one of her interviews "My process is to interfere, to insert myself in the public space obliquely and not directly, so that others can in turn claim the space for themselves". Is public space a mechanism for social cohesion?

Can be, yeah. Well, social cohesion, but also democratic life. And one of the tragedies of the contemporary city, whether it is in authoritarian states such as China or whether it is in the kind of privatised world of the UK and bits of Europe, is that public space has become private space. And as soon as public space becomes private space - and what in London are called POPS, which are privately owned public spaces - as soon as that happens then the demands and privileges of the people controlling the private space assume authority over what the public want to do. So, one example is the space outside central St. Martins where up to recently I've been head of which looks like a really beautiful public space, but actually it's

very privately owned. And if you try to do anything in that space, if my students went outside and put banners up, within seconds they would be stopped by the private security people. So, we also need to look at what constitutes public space these days. What is left of public space within the city and in London it's increasingly diminished so that when 'Occupy London', you know? The campaign against the City of London - basically a campaign against capitalism, global capitalism. When they tried to occupy London, there was nowhere for them to occupy, because everything's privatised. So, the only place they could occupy was the steps of Saint Paul's Cathedral and even the Christians got fed up with them in the end and booted them out. So, I think that public space can absolutely be a place in which democratic life can and should be pursued. And if you take examples like the occupation in Madrid, when the public spaces - that was an extraordinary moment - were claimed for a democratic purpose. And therefore, we have to keep holding to the idea that public space is the space of democracy and with it potentially whether social cohesion is right. Because that sounds a bit determinist to me, but certainly of social life, then yes. And if social life is uncomfortable sometimes, because it's agonistic, because it's not all clean, because it's confrontational, then that's what public space must allow, whereas what happens to the privatised space is regimes of control, of surveillance, which wipe out all those differences.

Thank you.

I've been quite articulate today, haven't I? Let's just keep going, OK?

OK. The next theme is to inhabit. Hashim Sarkis addresses the question of collective living as follows: "We need a new spatial contract.

In the context of growing political divisions and increasing economic inequalities, it is urgent to imagine spaces in which we can live together generously: together as human beings who, despite our growing individuality, wish to connect with each other and with other species through digital and real space; together as new families seeking more diverse and dignified spaces for habitation; together as emerging communities demanding equity, inclusion and spatial identity; together across political boundaries to imagine new geographies of association; and together as a planet facing crises that require global action if we are to continue to live (...). How can a residential building provide a strong experience of sharing and equity between its inhabitants?

Ok, well, that's a better quote. That's a good quote. I can support that quote. I think that, again, it suggests potentially too much agency and influence of design, and I think that, to start with, one needs to consider notions of ownership of tenure, of land and of collectivity, before one can even get anywhere close to what Sarkis is talking about. And I suppose the best examples of those are the examples of co living of cooperative housing, and so on and so forth. And interestingly, probably the most radical versions of those are in Zurich, where one can see these most extraordinary experiments of cooperative living. Not experiments, they're real cooperative living, but they are only possible because the ownership of the dwellings is shared and not part of the marketplace. And so you need, first of all, to consider issues of ownership and of land, before one can even begin to address issues of the kind of sharing and equity, because if housing is simply down to a matter of commodity, then anyone buying into that, and for completely understandable reasons why people want to get on to what's called the housing ladder, I completely understand that, but as soon as you're on the housing ladder, you are in the position of

trading, because you want to sell on your house for the next. Now, if your house doesn't have a kitchen because there's a shared common or kitchen in the basement, then the market value of your house may be diminished. So, I think that yes, there are - the examples in Zurich are quite extraordinary. What then? Through discussions with the collective and with the cooperative, you end up with these extraordinary spatial considerations and resolutions in which individuals, in some cases, are living in about 25 square metres, but they have access to about 300 square metres of collective space, and that is where you can see a kind of a sensibility of a spatial will. I want to live together because I am part of a collective and I have committed myself to the idea of a collective and of collaborative living, you can see that social contract being played out as a spatial contract and so yes, that is where you can see intelligent architects working with the collective in relation to this idea of sharing an equity.

Moving on to the next theme, which is durable and reversible. In the book "On and Around Architecture: Ten Conversations", by the duo Jonathan Sergison and Stephen Bates, the idea of looking at the design of a collective housing building from the perspective of its life span is mentioned. Its skeleton, in the view of these architects, should have a long life span, and be seen as a permanent ruin, which can be inhabited transitorily. For this it should be flexible and durable. The other life cycles are intermediate, i.e. they are cycles that should adapt to changes.

The skeleton is thus inhabited by the diverse components of the building, like those that ensure the functioning of the infrastructures or the façades, and the envelope. This separation into three moments forces us into another way of designing in which time is once again a fundamental factor in the process - time of execution and time of life. How should we

define flexibility in architecture? What is its biggest obstacle?

Well, I could be on this for a long time because I spent three years researching this and Tatjana (Schneider) and I wrote a book about flexible housing, which I think actually includes something from Sergison Bates in it - I think it's one of the examples. So it's a good quote and I could go on for ages about this. What's stopping it? Well, how do I define flexibility? So let me just - if I can dredge it up - this project was a long time ago. We defined it in two ways. First of all, what we call hard flexibility, which is when architects over-determine the flexibility of the spaces by putting in gimmicks and lots of sliding doors and like the Schroder house or like the Corbusier minimum dwelling and so on and so forth. And that's where architects think that they can extend their control of the building beyond the moment of execution, and that we called hard flexibility and we didn't like that one and, against that, we proposed a thing called soft flexibility, which is where the architect works in the background and provides a kind of - as Jonathan Sergison is talking about or searching dates are talking about - framework for living without over determining it. So, typically, what I might do is that you might design a building in which the rooms don't have designated functions. So rather than having what's called type fit functionalism, where every single room has a defined purpose and a defined shape for that purpose which ties people into certain ways of living, you design buildings which rooms don't have a particular functional purpose, but over time can be changed around depending on the life of the building and the life of the occupants. And that is also what social debates are talking about and what John Harbaugh talks about, which is the idea of a kind of layered system of understanding. Hard Bracken talks about supports in which you basically have a support structure and then the infill. Stuart Brand talks about a kind of more layered system of the

foundations having a kind of a very long lifespan, the structure having a slightly less long and so on and so forth, the cladding and then the services and then the furniture. So, he has a five step process and I think that the other thing that stops is that architects don't like losing control and, therefore, the idea of flexibility is also the idea of the users asserting their own control over the building and this is why most pictures of architecture are taken at the second of completion because the second of completion is the one moment when the architect has full control. And as soon as annoying people called users move in and start mucking the building up, then the architect's lost control and with the losing of control they feel that they are losing their identity. And as I've talked about in *Architecture Depends*, architecture depends on lots of things including time and including annoying people like users. Get on with it! Just get real people! This is going to happen! And therefore, you need to both change your way of thinking about control, but also be prepared to work in the background and to be intelligent about designing a frame for living as opposed to the foreground of living. If you're working in design, the background frame for living, it may not look like anything, and yet it's a consummate act of design, it's an incredibly skilled act of design, to design the background. But of course, architecture culture mainly relies on the foreground for its publication, for its award system, for its identity and so on and so forth. The classic example which I talk about in *Architecture Depends* is Stewart Brand criticised Richard Rogers and Renzo Piano, but particularly, Richard Rogers took a huge offence at it, for saying that the Pompidou Centre had a rhetoric of flexibility, but actually when people tried to change it, the architects didn't like it. And Richard Rogers sued Stewart Brand for saying that and demanded that that simple statement was taken out of the English edition of *How Buildings Learn*. And so, you get someone like Richard Rogers, whose whole

rhetoric is to do with technology enabling change and flexibility and bla bla bla... actually getting really offended when someone points out that the Pompidou Center is very inflexible. Piano, by the way, was much more relaxed about it and said something funny about it which I can't remember. So, flexibility for me is more to do with what Jonathan and Stephen say which is to do with designing a background frame, but then relinquishing control and then drawing the relinquishment of control.

About tradition and industrialization. Today, we are aware that the construction industry, as well as the use of buildings are, directly or indirectly, the biggest sources of pollution on the planet. But we continue to be called to build at a time of climate emergency. Therefore, the present time seems to be an opportunity to rethink what building means and must involve. This implies changes on all those who take part in the process: the designers, the industry and the builders. What is your perception of the changing role of the construction industry today? Particularly in comparison with other moments in our history when industrialisation had a predominant role?

Well, let me talk about the project I'm working on at the moment because that sort of answers your question. The project I'm working on at the moment with Tatjana and a team called Molve (???), was called Architecture After Architecture, which makes the argument that the modern project and the project of industrialization and the project of global capital is severely threatened by climate breakdown. If we are going to face climate breakdown, we need a complete systemic change, which means that all the principles and ideas and tenants and operations of the modern project need to be reconsidered.

The second bit of the argument is that architecture, as we know, has been absolutely, as you say there, tied into the operations,

principles, and tenets of the modern project. IE that climate breakdown also completely threatens architecture as we know it. So, the question we're asking is what is architecture after architecture? How does one completely reconsider the operations of architecture in the face of climate breakdown. And that makes a very polemic and kind of radical question to ask, but we think it's an absolutely necessary one. Now, of course, for the time being, buildings would continue to be built, but we need to challenge that as a principle, we need to say "Do you need to build more buildings, or can you deal with what we've already got?", "Can you retrofit what we've already got?", "Can you redefine and reconsider what we've already got?". But if buildings continue to be built, of course they also need to be as carbon positive as they can be, and we need to take seriously the reduction and decarbonization of the built environment. But what we're asking is, if there is the need for systemic change, and including, and probably most necessarily, a challenge to ideas of endless growth on which architecture has resided and on which capitalism is addicted to, endless growth comes with endless extractivism and endless exploitation of the natural world, and therefore we have to be moving into the world of different growth. We have to. Architecture simply is not confronting that as an issue, because we have been relying upon an addiction to growth for our own internal economy to keep architectural culture and architectural profession going, we need to have growth. So, what happens when we can't have growth? And we cannot continue to have growth. We cannot continue to extract from this world, so what then is the world of architecture? And what we are saying is, that the new social contracts and social formations and economic formations, which we need in order to face climate breakdown, will have with them new spatial formations. Now, these may not be manifested through nice buildings which win awards. In fact, almost certainly they won't be manifested through nice buildings

that win awards, or continue in the tradition of formalism, or tradition of aesthetic, or tradition of Portuguese vernacular or whatever. These new spatial formations are not going to be reliant on the production of new buildings, they're going to be reliant on intelligent spatial agents, which Tatjana and I have also written about. Understanding these new social formations and working with these new social formations to understand their special consequences. So, I think that we need to consider, really urgently, what are the other ways of operating spatially. And this is not a negative thing, it's a really positive thing. But to do it, we need to break our addiction to the current way by which architecture, the construction industry, is working.

Our last topic is discipline. What is often valued among architects does not necessarily correspond to what is valued by the common person. A resolution of this divergence requires a shared understanding about what architecture is. How can we define it?

Well, I think that the first bit of that question is really difficult because the first bit of that question is too often framed as an aesthetic question. Architects are very loving of certain aesthetic and formal ideas. And the so-called common man doesn't get that and therefore the common man doesn't like modernism because it doesn't look as nice as old buildings. The common man doesn't like shiny buildings because they like... and so on and so forth. So often that kind of disciplinary divide between what architects think the world should be like and common man is reduced simply to a really banal aesthetic argument, and that's what the traditionalists love, the culture wars of the traditionalists is saying the common man likes buildings with pitched roofs or made of brick which look like a village from 18th century in England or 16th century in Portugal vernacular. And that's what the common man likes.

And you go away and start designing those and don't design your horrible concrete monstrosities, so that's a kind of culture war around all of that, which is banal, which is not interesting. But architects are their own worst enemy. Because they too are addicted to those forms of value, the value of the aesthetic, the value of the new, the value of the so-called innovative, a part of what keeps driving architecture culture. And that means that you get a set of very self-contained obsessions which actually don't deal with the urgencies of the world. And the biggest urgency is that of climate breakdown. So, the idea that by designing so-called nice buildings which have a few trees on them that you're going to address climate breakdown is a really evil idea in my opinion, because it detaches you from the actual causes of the issue. And one of the things we're talking about in the project is really simple - the only way that architecture can engage with climate breakdown is not to address the symptoms, but to understand the causes. And what most sustainable architecture does is just deal with the symptoms. The symptoms are... there's too much CO₂ going into the atmosphere. Therefore, we need to reduce that by having more insulation or more air tightness or whatever. Of course, that's important, but it doesn't deal with why CO₂ is being produced in the first place. What are the political and economic forces which are leading to climate breakdown? Most obviously the forces of colonialism, of late colonialism, and the forces of capital. Now those forces we need to engage with as architects, we need to become much more political, we need to become much more critical, which is why the Herzog thing is so ridiculous and we need to become much more social. And so, I can't define architecture. Because I think that would suggest that I have a kind of a single definition which I don't, but I do have (and again we talked about it a lot within Spatial Agency) I do have a very kind of direct routine to it (which is followed from the French philosopher and

sociologist Louis Lafferre) which is to say that social relations are also spatial relations. And therefore, there is a direct relationship between how things play out in space and the designer space. And at that level, then, architecture becomes a deeply social, political and now ecological manifestation becomes this relationship between social relationships and spatial relationships, fundamental to understand architecture and I often say to first year architecture students, if I ever see them - whenever you draw a line on a piece of paper, your first priority is not to see that line as defining a form or defining an aesthetic or defining a technique - that line is determining a social relationship. Every single line determines the social relationship in some way or another. The height of a table determines how people sit at it. The size of the table determines how, you know, look at Putin...

[laughs]

The size of his table and the way he sits at the end of it, that is a very spatial issue to do with power and so every single line that you draw has a social consequence. End of. That's my definition of architecture. No, it's not because that's just as anyone, but it's a start.

Thank you. And I think we are done. It was a pleasure. Thank you very much.

It's a pleasure. Do you have any other comments that you want to make?

[Miguel Judas] Well, if they don't have, I'll budge in. I don't know if you know a Brazilian architect called Sergio Ferro.

Yeah, yeah, yeah.

[Miguel Judas] His discourse is all about those kinds of tensions and the politics behind the discipline and all that stuff that we tend to, I

would say, put aside nowadays, and I think as you mentioned, we have to engage in that. This is a profoundly political profession.

You know, Ferro and a friend of mine, Katie Lloyd Thomas and a team in Brazil are doing a huge research project called "Translating Ferro", which is literally translating his work into English, but also translating the implications of Ferro into our contemporary condition. So, Ferro starts with a very brilliant analysis of architecture and relation to the construction site. There is a much broader discussion that one can have about the implications of Ferro, which I think are absolutely relevant and we were privileged to have Ferro talking at Central St. Martins - OK, he was in France, but there he was and we had him there and it was a really great event. So, you could go and look at "Translating Ferro" website, it's got lots of really good stuff on it. But of course Ferro is a Marxist and to stand up now and say you're a Marxist in these contemporary cultural control conditions, you're onto hiding to nothing, but of course Ferro's Marxism is, by implication, a deep critical dive into the violence of capitalism and, yeah, we need to understand the violence of capitalism, we need to understand what it's doing to our public spaces as I was talking, about what it's doing to our natural environments and so on and so forth. And therefore, I make no apologies of following through a Marxist analysis the way that I see the world.

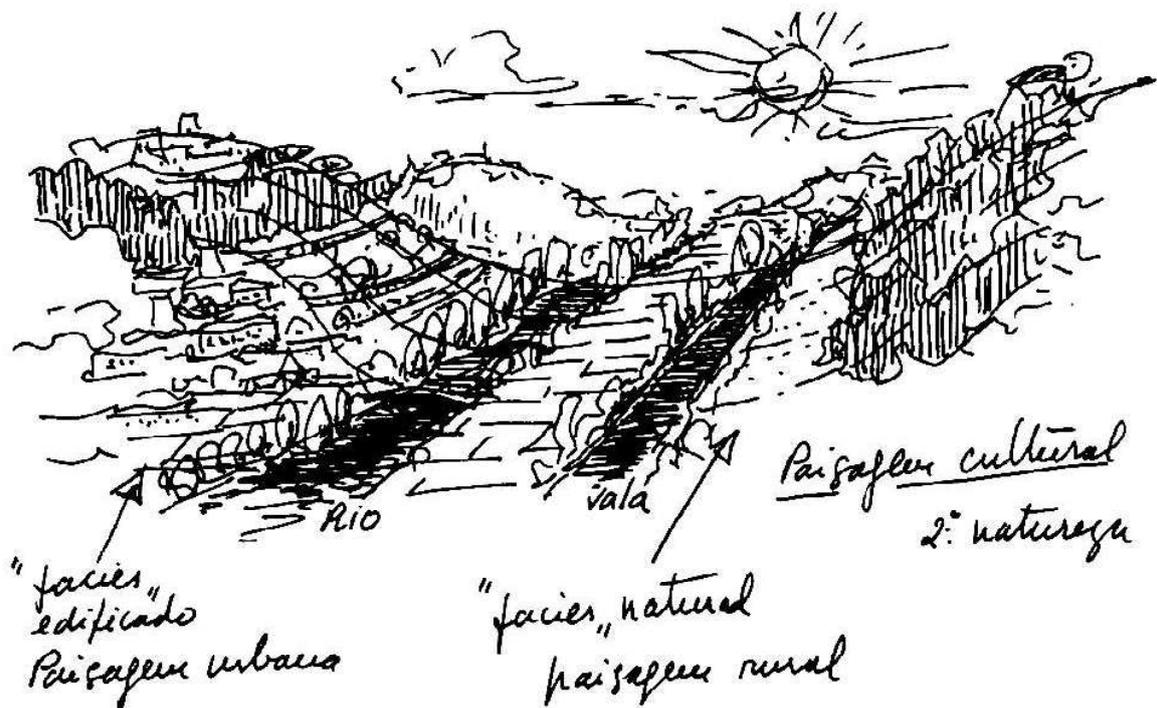
[Miguel Judas] Thank you very much, Jeremy. Thank you for your time.

It's a pleasure! Ciao!

[Miguel Judas] Thank you! Bye bye!

JORNAL 02 DOMUS DEMAIN

Manifesto



PAISAGEM_TEMPO E ESPAÇO

“A construção da paisagem humanizada faz-se procurando harmonizar os interesses do homem e da natureza, porque ele é ao mesmo tempo senhor e escravo dela. Senhor porque tem cada vez mais possibilidade de a alterar e até destruir, escravo porque se não utilizar a natureza em benefício da humanidade (...) utilizando sabiamente todas as suas possibilidades, será por ela amordaçado e escravizado.” (TELLES, 2020)

A “Paisagem” resulta da interação entre a natureza e as intervenções humanas (TELLES, 2020). O Homem cria a paisagem a partir do manuseamento do ambiente natural gerando um organismo complexo em constante transformação - a forma mais efêmera de criação humana tendo em conta o tempo e os ciclos naturais.

Segundo o Arquiteto e Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles (2020) existem dois tipos de paisagem: a paisagem natural, formada apenas por elementos fisicamente naturais e a paisagem cultural, constituída pela paisagem urbana e rural, resultante da humanização da paisagem natural.

Desta forma é imperativo, perante a intervenção num determinado território, estudar e considerar todas as camadas que o constituem, tendo sempre como ponto de partida as características naturais do lugar. Esta leitura torna-se fundamental na garantia do bom funcionamento do ecossistema uma vez que a ação negativa do homem perante o ambiente natural pode levar a sucessivas catástrofes acabando por pôr em causa o sistema urbano por ele criado.

As paisagens exprimem-se pelos fatores que as compõem, sejam eles naturais ou artificiais, e pelo modo como estes se confrontam e articulam entre si, resultando num ambiente com o qual podemos interagir e experienciar. A procura por uma paisagem que dialogue subtilmente tanto com os sistemas naturais bem como com os sistemas artificiais, um lugar onde a cidade abraça o natural e o natural a cidade, é cada vez mais uma necessidade. Assim sendo a cidade deixa de ser apenas vista como uma paisagem transformada e passa a ser considerada como um ecossistema onde existe equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a conservação da natureza (TELLES, 2020).



[Figura 22] Mapa da cidade de Lisboa e de Belém em 1812, in Biblioteca Nacional de Portugal, Augusto Vieira da Silva, 1950

MORFOLOGIA DO TERRITÓRIO_ DESENHO DA CIDADE

O desenho da cidade de Lisboa foi fortemente influenciado pela geologia, morfologia e hidrologia do território, fator determinante na leitura e percepção do espaço urbano (GRAÇA, 2015).

Antigamente os primeiros assentamentos urbanos surgiam como elementos pontuais na paisagem natural dominante, ocupando as terras altas, e libertando os fundos de vale de modo ao usufruto da terra fértil para a agricultura. No entanto, ao longo dos tempos, os fundos de vale foram progressivamente sendo ocupados e a vida urbana passou a predominar a paisagem (TELLES, 2020).

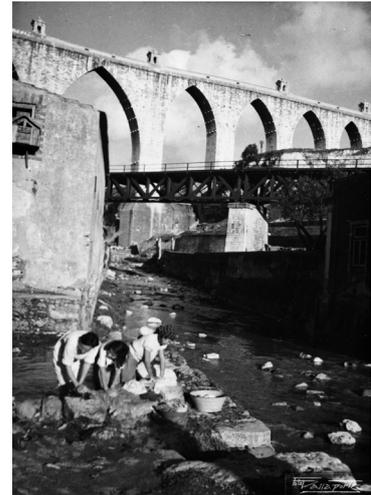
A partir da análise do mapa da cidade de Lisboa e de Belém em 1812 [Fig. 22] é possível observar como a cidade cresceu em concordância com as características naturais do território, sendo bastante evidente a coincidência da estrutura do seu tecido urbano com as linhas da estrutura do seu relevo - as linhas de fecho e talvegue.

Uma outra leitura possível é a que o Arquiteto João Luís Carrilho da Graça faz no seu livro “Carrilho da Graça: Lisbon” na qual sublinha a forte presença da topografia no mapa de tal forma que permite a sua leitura individualizada, evidenciando assim “a permanência da geografia física, bem como a efemeridade do construído, do vegetal, do animal e, como não poderia deixar de ser, do humano”. (GRAÇA, 2015)

23



24



25



26



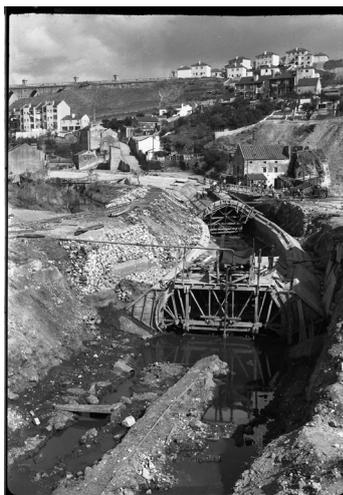
27



28



29



30



[Figura 23] Bairro da Quinta da Calçada, construção, in Arquivo Municipal de Lisboa, Eduardo Portugal, 1939

[Figura 24] Caneiro de Alcântara em construção, in Arquivo Municipal de Lisboa, Ferreira da Cunha, 1947

[Figura 25] Trabalhos agrícolas junto do Mercado Geral de Gado, in Arquivo Municipal de Lisboa, Judah Benoiel, 1910

[Figura 26] Frame do filme «Verdes Anos», Paulo Rocha, 1963

[Figura 27] Construção do bairro das Furnas, in Arquivo Municipal de Lisboa, Eduardo Portugal, 1945

[Figura 28] Inundações, in Arquivo Municipal de Lisboa, Judah Benoiel, 1945

[Figura 29] Obras de canalização e cobertura da ribeira de Alcântara, in Arquivo Municipal de Lisboa, Mário de Oliveira, 194-

[Figura 30] Construção do bairro das Furnas, in Arquivo Municipal de Lisboa, Eduardo Portugal, 1945

NATURAL_URBANO

A condição efêmera da paisagem natural e urbana

A arquitetura tem como propósito transformar e influenciar a forma como vivemos, como nos comportamos e relacionamos. Gera espaço, vida, sociedade e abraça-os.

Vivemos numa época de constante mudança a um ritmo cada vez mais acelerado, quer ao nível do desenvolvimento tecnológico quer ao nível das transformações ocorridas na sociedade, acabando por modificar a forma como experimentamos o espaço urbano. A cidade revela-se como uma estrutura em constante movimento e construção, com capacidade de mutação de modo a dar continuidade à vida, um espaço onde os conceitos de definição e apropriação, permanência e temporaneidade entram em confronto. Repensar o espaço passa por perceber a sua temporalidade e reconhecer a sua capacidade de apropriação - projetos pensados para serem temporários podem, por sua vez, transformar-se em permanentes e o contrário.

A arquitetura deve dar resposta à dualidade existente entre o construído permanente da cidade e a velocidade de transformação da vida humana o que, porventura, poderá ser solucionado pela arquitetura efêmera. Esta deve também procurar criar espaços possíveis de habitar, cidades que nos façam sentir em casa ainda que numa outra escala. Olhar o território, da escala da cidade à habitação - desde os sistemas naturais e infra estruturais aos espaços públicos e edificado -, como um conjunto de sistemas criadores de uma paisagem e perceber como todos eles se articulam é determinante.

Devemos refletir acerca das intervenções humanas sobre o território e repensar de que

forma se pode, ou deve continuar a densificar o mesmo. Os diversos processos de urbanização transformaram as condições naturais do território, provocando um forte impacto na relação de proximidade e vitalidade do mesmo com os sistemas naturais.

O aumento da impermeabilização dos solos, impedindo o curso natural da água, e a ocupação indevida dos leitos de cheia, tornaram os territórios mais vulneráveis a possíveis catástrofes naturais. A imprevisibilidade destas ocorrências representa uma grande ameaça para a população, principalmente em áreas urbanas consolidadas, sendo inevitável uma resposta de prevenção e atuação face à necessidade de realojamento. A arquitetura, nestas situações, é colocada numa condição de duração efêmera.

Posto isto, é imperativo repensar a ocupação do território, a preservação e integração dos recursos naturais e a minimização dos riscos associados a estes, de forma a resgatar as relações suspensas e permitir que a paisagem rural e urbana coexistam.

As formas de projetar e de habitar contemporâneas devem adotar a ideia de adaptabilidade, flexibilidade e reversibilidade. Os espaços são pensados, projetados e habitados por pessoas e para tal atender às alterações das suas necessidades a longo prazo é fundamental. Habitações flexíveis e adaptáveis permitem não só a apropriação por parte de cada habitante fazendo com que este se sinta parte integrante do espaço, mas também que o edifício perdure no tempo.

Todos estes conceitos aplicados no espaço e consecutivamente na sua vivência determinam a efemeridade de um lugar.

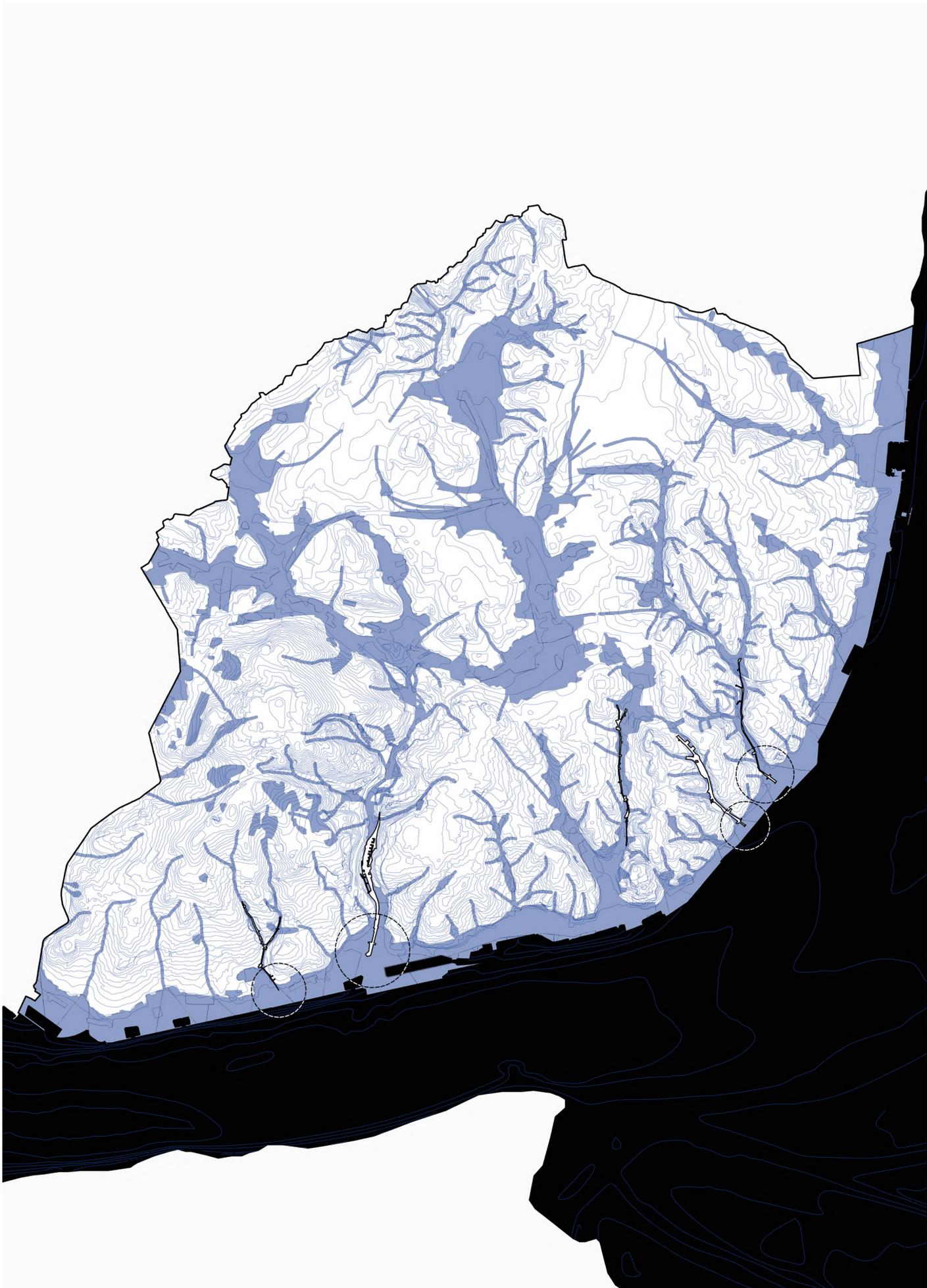
J3

JORNAL 03 DOMUS DEMAIN

Corte Teórico

JORNAL 03

Domus Demain_Corte Teórico



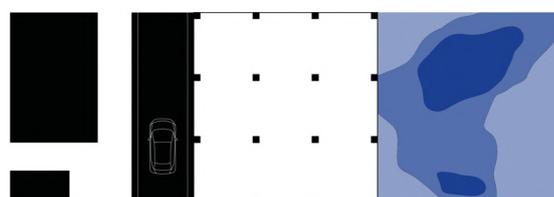
[Figura 31]
A água na cidade consolidada,
elaborado pela autora

ENTANGLED LIFE

A integração e gestão da água na conformação da paisagem natural e urbana, foi determinante para a evolução da estrutura e identidade da cidade de Lisboa. Ao longo do território, a água afigura-se como elemento modelador e unificador do espaço, de modo a dar resposta às necessidades de escoamento, retenção e abastecimento.

A expansão e consolidação da cidade teve um forte impacto na relação de proximidade e vitalidade com os sistemas hídricos. As diversas intervenções efetuadas pelo homem ao nível urbano, tais como, o aumento da impermeabilização dos solos, o encanamento dos cursos de água e a ocupação indevida dos leitos de cheia, tornaram o território mais vulnerável a possíveis inundações. Estes eventos em áreas urbanas consolidadas, representam uma grande ameaça para a população ocasionando prejuízos consideráveis.

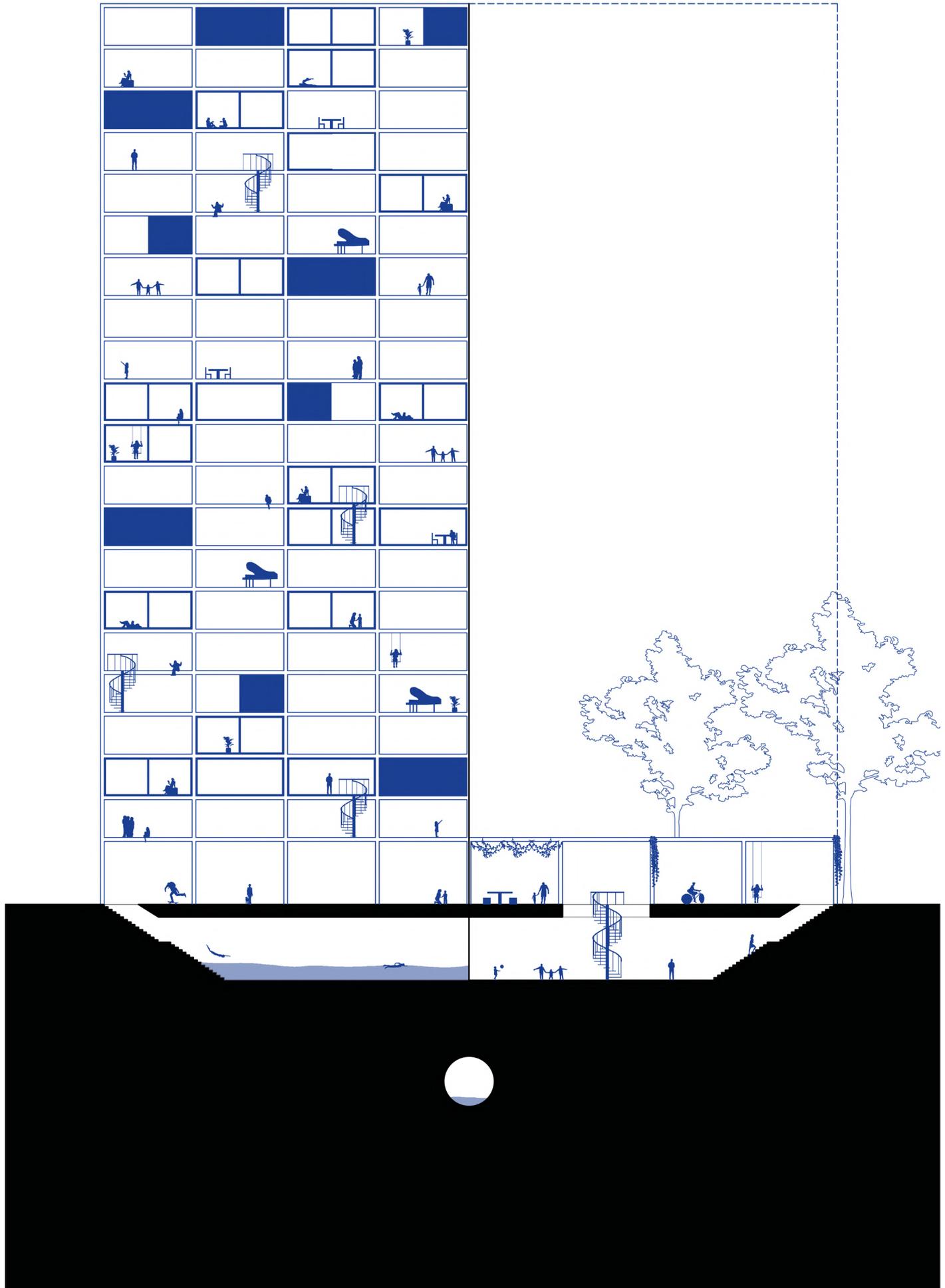
Debruçando sobre as zonas de chão não permeável, deve-se refletir sobre a forma como se pode, ou deve continuar a contruir nestas áreas, de modo a perceber como as novas intervenções podem contribuir como atenuadoras desta problemática. A abordagem passa pela intervenção na cota baixa da cidade de Lisboa, plataforma ribeirinha, partindo das zonas de fundo de vale como possíveis áreas de atuação.



[Figura 32] Cidade_Habitar_Água, elaborado pela autora

JORNAL 03

Domus Demain_Corte Teórico



[Figura 33]
A água no desenho do espaço,
elaborado pela autora

CHÃO COMUM

Olhar o território, da escala da cidade à habitação, e todos os espaços urbanos intrínsecos ao mesmo, cruzando sistemas naturais, espaços públicos e espaço edificado é fundamental. De forma a dar resposta às características singulares da zona em estudo e à procura de um novo modo de habitar, é determinante pensar no edifício como um grande sistema de recolha de água.

A proposta parte da construção subterrânea de uma infraestrutura que, no inverno, retêm as águas pluviais funcionando como sistema de drenagem - possibilitando a reutilização da mesma no edifício - e, no verão, funciona como um espaço mutável de abstração do caótico contexto urbano. Este aparato hídrico define o grande espaço público criado à cota térrea, um chão comum a todos que abraça o espaço privado em que se habita e que se articula com o rio e a cidade, dando continuidade à grande plataforma de espaço público que é a frente ribeirinha.

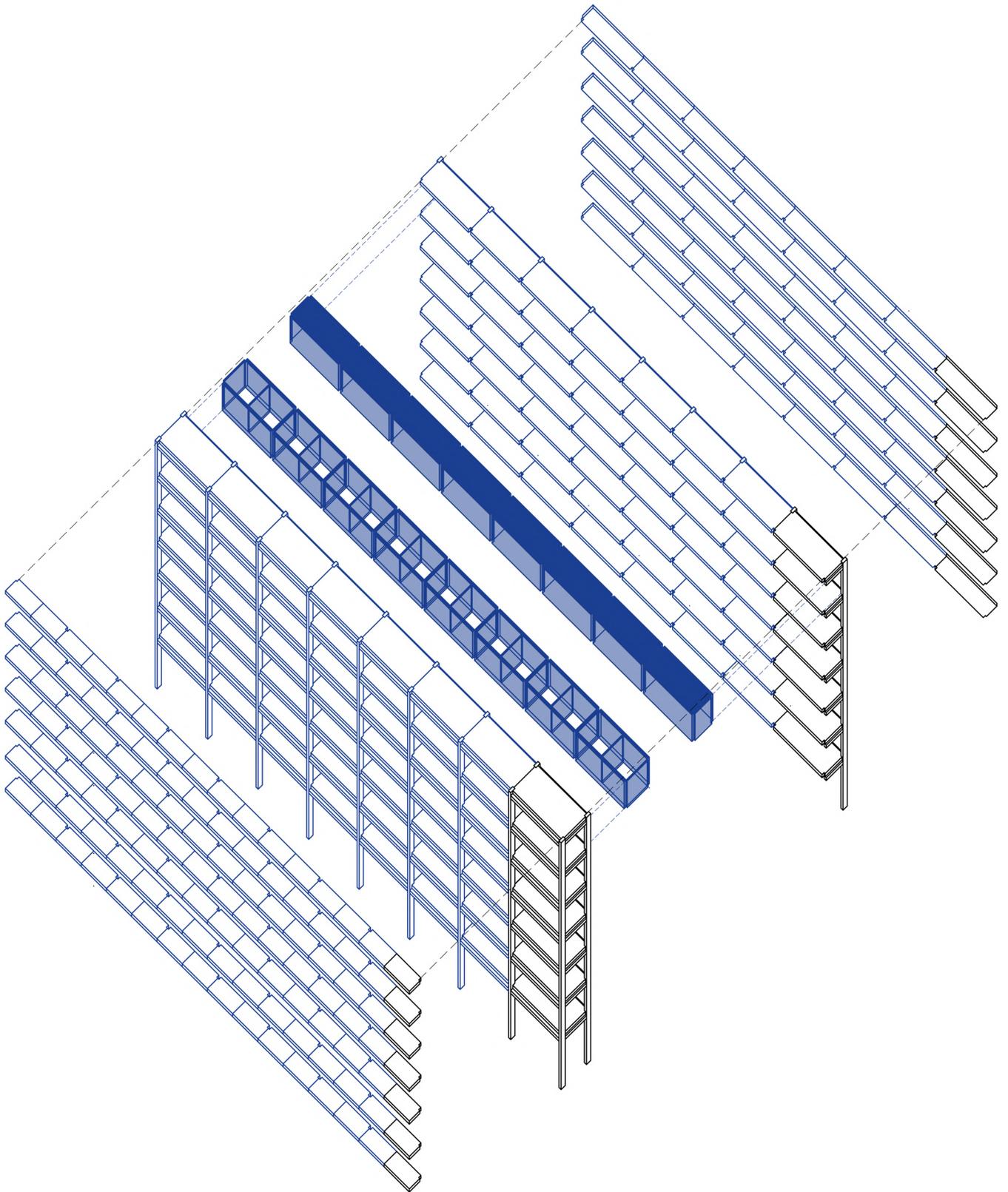
A construção de uma infraestrutura fixa e pesada vem contrastar com a construção de um edifício de habitação efêmero.



[Figura 34] V O I D, in Divisare, F.A.T., 2016

JORNAL 03

Domus Demain_Corte Teórico



[Figura 35]
O Edifício como ruína inteligente,
elaborado pela autora

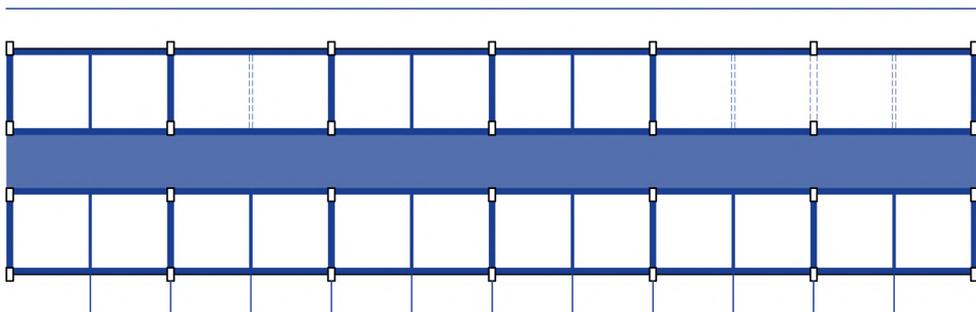
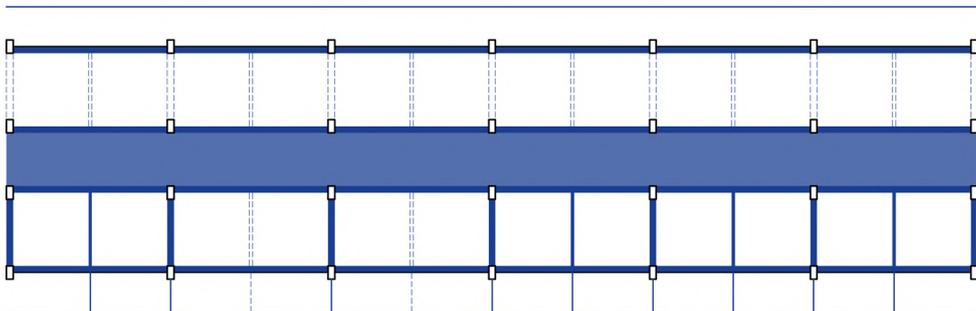
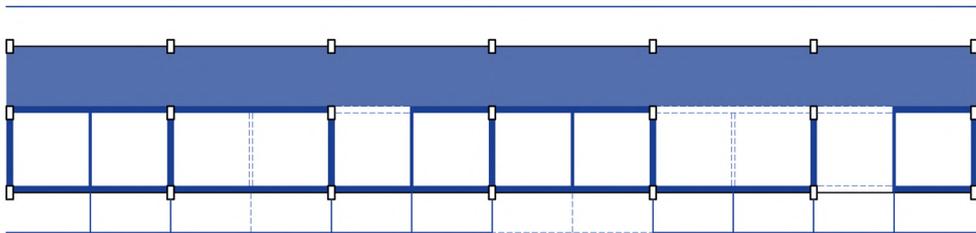
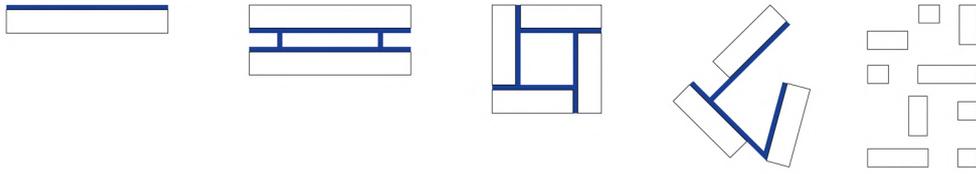
DURÁVEL_REVERSÍVEL

Pensar no projeto de um edifício a partir do seu tempo de vida é fundamental e, para tal, o desafio passa pelo seu desenho segundo dois níveis de intervenção: o esqueleto e o seu preenchimento. Tendo como base esta premissa, o edifício insere-se no espaço urbano através de um esqueleto estrutural com capacidade de mutação por meio do acréscimo de diferentes *layers*. A estrutura é preenchida por unidades modulares, que permitem albergar qualquer programa de espaço doméstico, às quais se associam as infraestruturas dando origem a habitações adaptáveis e reversíveis.

Edifício visto como um organismo vivo em constante mudança, onde os conceitos de definição e apropriação, permanência e temporaneidade entram em confronto.

JORNAL 03

Domus Demain_Corte Teórico



[Figura 36]
Flexibilidade do Habitar,
da escala urbana à habitação,
elaborado pela autora

HABITAR

Tendo em conta o tema em estudo, surge como interesse a arquitetura de contingência e a possibilidade do edifício integrar um programa de habitação de emergência, de modo a dar resposta à necessidade de alojamento perante catástrofes.

O desenho do edifício passa pelo acoplamento de sucessivas *layers* que originam diferentes formas de habitar em coletivo, do privado à comunidade. Os fogos são compostos por consecutivas unidades modulares, que se agregam permitindo a evolução das habitações e a criação de diversas combinações tipológicas, associadas a um núcleo de infraestruturas, que permite a fusão e extensão dos espaços sobre o mesmo.

A situação de realojamento gera uma sensação de não pertencer e um sentimento de isolamento que devem ser colmatados. Deste modo, viver em comunidade e usufruir de espaços comuns de interação e partilha, beneficiará o processo de integração.



[Figura 37] 110 ROOMS, Collective Housing at Provença Street,
in Divisare, MAIO, 2016

J4

JORNAL 04 HABITAR

Estudo de Caso



[Figura 38] Kumbh Mela em Allahabad, in LIFE Picture Collection, James Burke, 1953

KUMBH MELA_CIDADE EFÉMERA

O Kumbh Mela foi selecionado como estudo de caso por se tratar de um projeto que incentiva à reflexão e a desmontar a ideia de efêmero, partindo da escala da cidade, e a olhar para o desenho urbano como uma operação reversível, de forma a ser possível conceber ambientes urbanos mais sustentáveis e a dar resposta a diversas situações, como é o caso das catástrofes naturais.

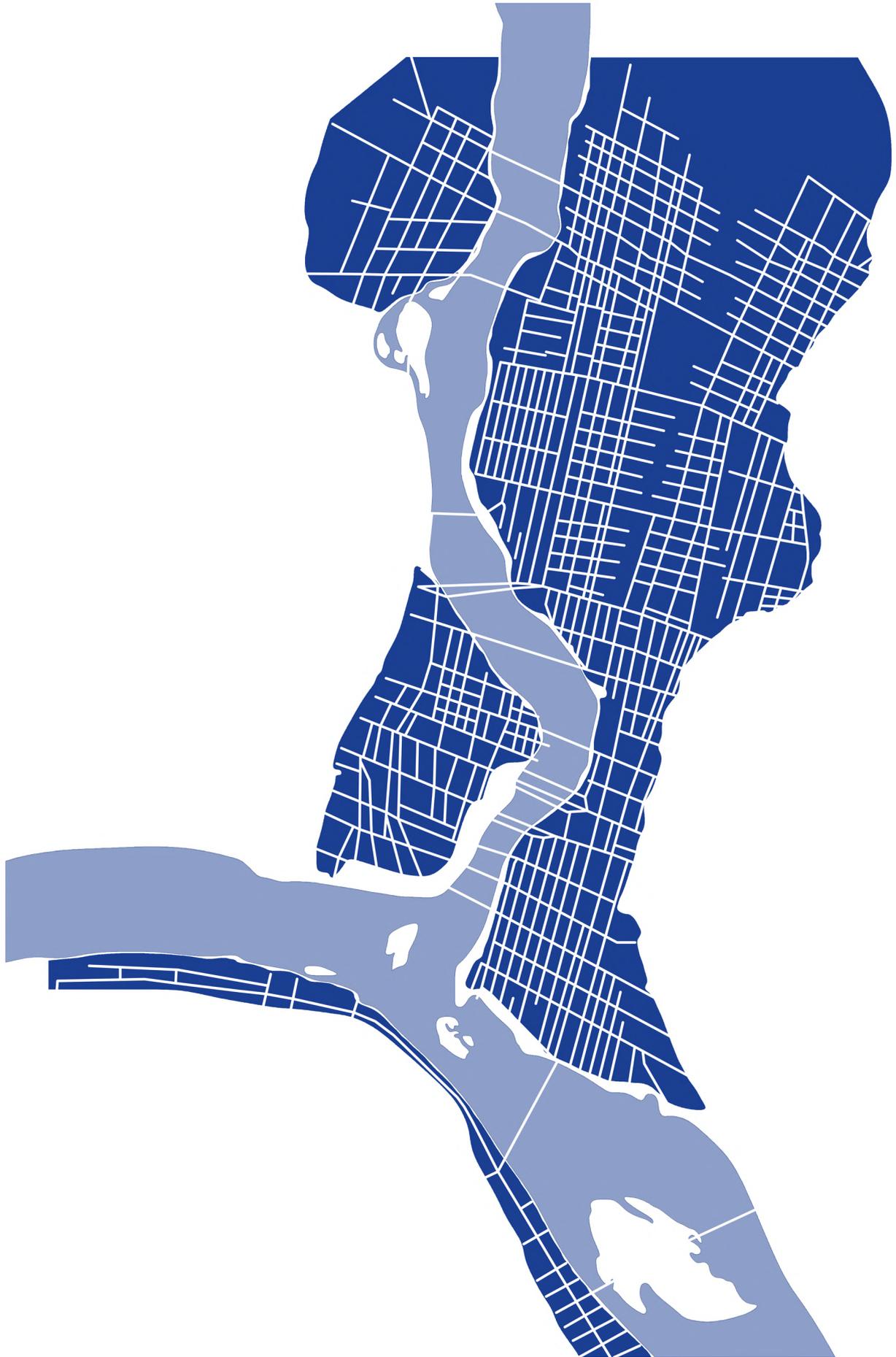
A compreensão do planeamento e gestão do Kumbh Mela, no contexto de urbanismo efêmero, suscita várias questões, sendo uma delas referente à eventual possibilidade de reintroduzir o conceito de temporalidade e implementar a reversibilidade no urbanismo das cidades futuras.

O urbanismo efêmero pode ser uma estratégia complementar para o urbanismo contemporâneo? Este pode resolver lacunas atualmente existentes em cenários mais permanentes?

Qual o caminho a percorrer para a prática de um urbanismo mais flexível?

Perante um metabolismo urbano acelerado, o planeamento das cidades pode ser concebido sem a ideia de permanência como princípio?

Até que ponto as cidades se devem assemelhar aos ciclos da natureza e da vida humana, construções pensadas para nascer, viver e morrer?



[Figura 39]
O encontro da cidade com o rio,
elaborado pela autora

ENTANGLED LIFE

O Kumbh Mela é uma festa religiosa hindu que ocorre a cada doze anos na confluência dos rios Ganges e Yamuna, na cidade de Allahabad, na Índia (MEHROTRA & VERA, 2015). Esta tradição sagrada é considerada a maior reunião religiosa do mundo com duração aproximada de 55 dias, atraindo dezenas de milhões de peregrinos para se reunirem e banharem nos rios sagrados, rezarem e experienciarem a vida festiva.

De modo a dar resposta à grande afluência de peregrinos é montada uma cidade temporária de proporções extremas, que dura enquanto ocorre o festival, sobre a planície de inundação dos rios.

No Kumbh Mela respira-se uma intensidade social e religiosa que se reflete no sentido de comunidade do festival, onde todos vêm e estão para o mesmo fim.

“(…) a vasta cidade de tendas surgida no delta dos três rios; as procissões reais de homens santos e ascetas nus, os primeiros na fila para se banhar no rio nos dias mais “auspiciosos” (mais sagrados); e os peregrinos densamente lotados que avançam em direção à margem do rio aos milhões (…) criando a imagem global de um espetáculo exótico.” (MEHROTRA & VERA, 2015, p.31)



[Figura 40] O Kumbh Mela na mitologia hindu,
in Revista Pandava, 1860/70

[Figura 41] O ritual sagrado, in Kumbh Mela, Moksha, 2013

[Figura 42] O festival, in Kumbh Mela, Moksha, 2013



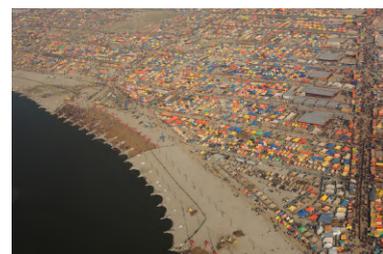
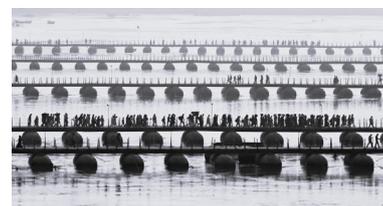
[Figura 43]
A cidade efêmera de Kumbh Mela,
elaborado pela autora

CHÃO COMUM

Apesar de efêmera, a cidade de Kumbh Mela toca em aspetos do urbanismo contemporâneo inerentes às cidades permanentes como o planeamento e gestão espacial (MEHROTRA & VERA, 2015). Neste caso, o planeamento é baseado num certo nível de flexibilidade estrutural e de capacidade de adaptação devido à variação morfológica do terreno, só conhecida ao momento do recuar do rio.

O acampamento de grandes dimensões desenvolve-se por meio de uma grelha desenhada para se ajustar à geografia da planície, estruturar o espaço e definir a implementação das diversas infraestruturas. Esta subdivide o espaço em diferentes setores que geram as parcelas dos acampamentos, que se encontram conectados por um sistema viário, que garante a mobilidade no interior da cidade, e por pontes flutuantes, que ligam as duas margens do rio (MEHROTRA & VERA, 2015).

Não só é de realçar o fascinante planeamento e gestão da cidade que faz com que seja possível, por um período de duração limitada, erguer-se uma cidade construída de origem num curto espaço de tempo, mas também o cenário que esta gera. Os acampamentos organizados pelas comunidades, dão à cidade uma variedade quer ao nível espacial, criando diferentes expressões de identidade, dinâmicas e vivências, quer visual, através do jogo de combinações entre as diferentes tipologias, materiais e cores.

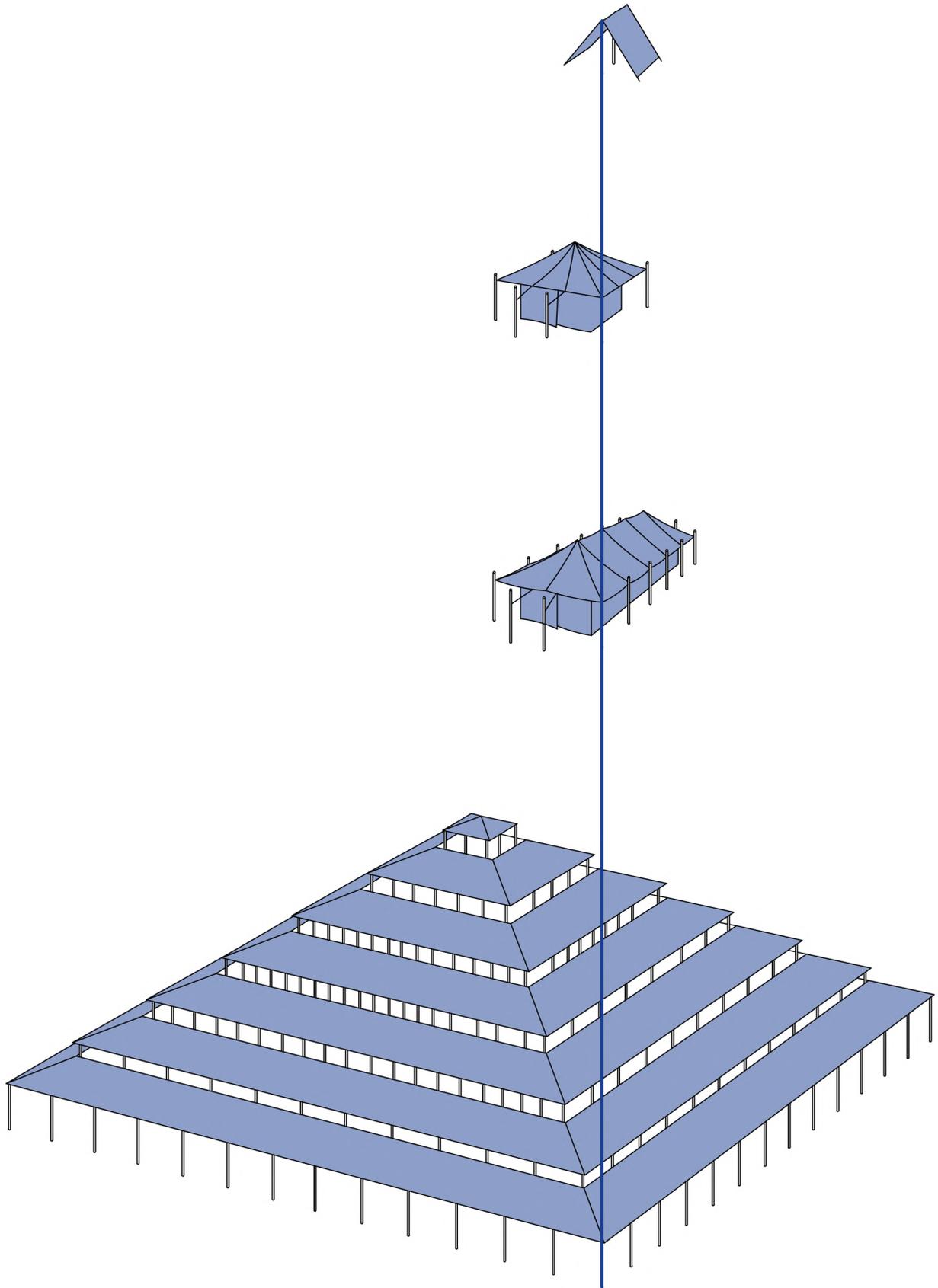


[Figura 44] Sistema de pontes flutuantes,
in Kumbh Mela, Moksha, 2013

[Figura 45] Vista área da malha urbana de Kumbh Mela,
in Reuters, Danish Siddiqui, 2013

JORNAL 04

Habitar_Estudo de caso



[Figura 46]
A tenda como elemento multi-escalar,
elaborado pela autora

HABITAR

Ao longo do festival, as tendas, que constituem o carácter espacial básico da cidade, suportam uma infinidade de usos: são espaço privado e espaço público, são casa, espaço religioso, espaço de lazer, comércio e saúde. Esta infinidade de usos deve-se à infinidade de tipologias possíveis de gerar através de um sistema de construção simples e flexível e da utilização de materiais pequenos e leves - varas de bambu, metal e tecido (MEHROTRA & VERA, 2015).

As tendas apresentam-se como elementos que assumem diferentes escalas de acordo com a sua função, desde pequenos abrigos para os peregrinos até grandes salões e templos para reuniões religiosas, dando expressão a diversas infraestruturas sociais que replicam as funcionalidades das cidades permanentes.

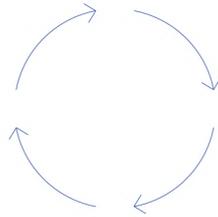
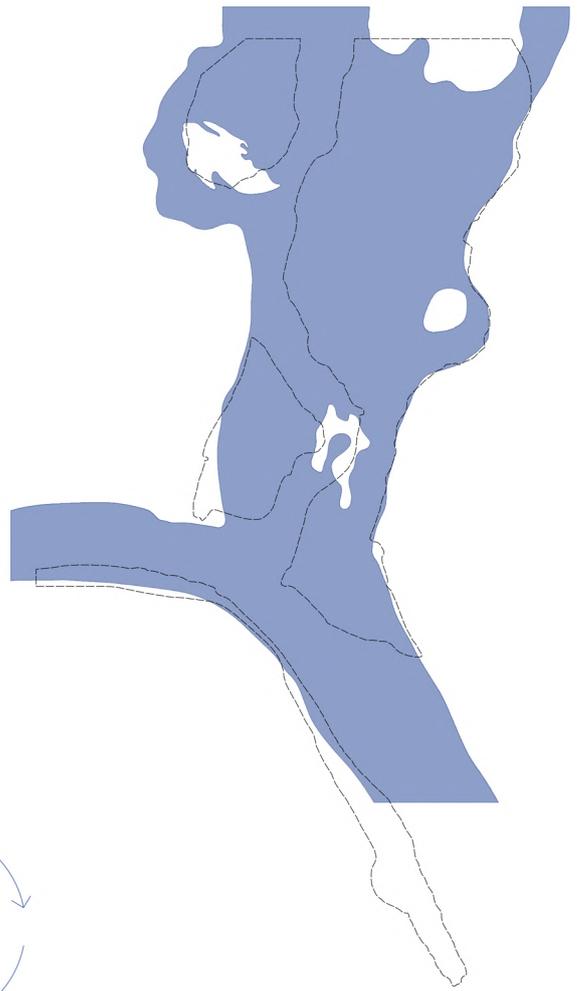


[Figura 47] Acampamento temporário,
in Works That Work, Jiva Gupta, 2013

[Figura 48] Acampamento temporário,
in ArchDaily, Felipe Vera, 2013

JORNAL 04

Habitar_Estudo de caso



[Figura 49]

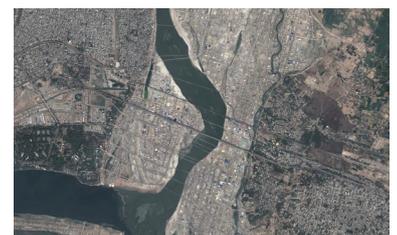
Fases de criação da cidade de Kumbh Mela,
elaborado pela autora

DURÁVEL_REVERSÍVEL

Devido ao seu curto período de duração, o Kumbh Mela levanta algumas questões e desafios ao nível do planeamento, execução, construção e desconstrução.

A implantação e montagem da cidade está em sintonia com os ciclos naturais das estações e dos rios, sendo um processo baseado no tempo e não no espaço (MEHROTRA & VERA, 2015). As margens do rio que normalmente configuram uma paisagem rural, repleta de culturas sazonais, dão lugar ao assentamento temporário. Entre o mês de maio e outubro a planície encontra-se inundada, porém, após o recuar do nível do rio, a cidade efêmera é construída de uma só vez dando início ao festival, que decorre entre o mês de janeiro e março. Após o fim do festival, a cidade é desmontada e, mais tarde, os seus vestígios são inundados pelo rio de modo a permitir o retorno contínuo do espaço de uma cidade temporal para um espaço produtivo e agrícola, que perdura até uma nova versão do festival.

Tanto o processo de montagem da cidade como o de desmontagem têm a duração de cerca de 2 meses. Sendo uma cidade temporária, o Kumbh Mela encontra-se em contínua transformação (MEHROTRA & VERA, 2015).



[Figura 50] Imagem aérea da planície antes do Kumbh Mela, in Works That Work, Google Earth, 2013

[Figura 51] Imagem aérea da planície durante o Kumbh Mela, in Works That Work, Google Earth, 2013

J5

JORNAL 05 CIDADE_HABITAR

Modelo Urbano_Parque Florestal de Monsanto

JORNAL 05

Cidade_Habitar_Modelo Urbano

ESPAÇOS VERDES_CIDADE

Os espaços verdes são uma parte fundamental do planeamento e organização urbana. São eles os responsáveis por quebrar a rigidez e densidade da malha urbana, dando origem a uma estrutura complexa que integra sistemas naturais e urbanos, e pela melhoria da qualidade de vida nas cidades, oferecendo áreas de recreio destinados à utilização pública.

Os registos dos primeiros espaços verdes em áreas urbanas são referentes aos jardins murados, instalados ao redor de palácios, que se assumiam como universos protegidos devido ao seu carácter privado e íntimo, puro e belo - um refúgio de contemplação da natureza (TOSTÕES, 1992).

O “Passeio Público” foi o primeiro espaço verde projetado para a cidade de Lisboa e surgiu em 1764, numa iniciativa liderada pelo Marquês de Pombal, durante o plano de reconstrução da cidade após o terramoto. Este fez-se murado de acordo com o desenho tradicional dos jardins, mas de utilização pública - um lugar de encontro das classes dominantes (TOSTÕES, 1992).

O projeto marcou a história dos espaços verdes urbanos da capital e redefiniu o conceito de verde público, impulsionando a transição do jardim privado - mais fechado e paisagístico - para o parque público - mais arquitetónico e destinado à utilização da comunidade. Também enalteceu a importância crescente da natureza como elemento do sistema urbano, deixando para trás a ideia de um jardim/parque de carácter exclusivamente estético e incorporando o carácter funcional.

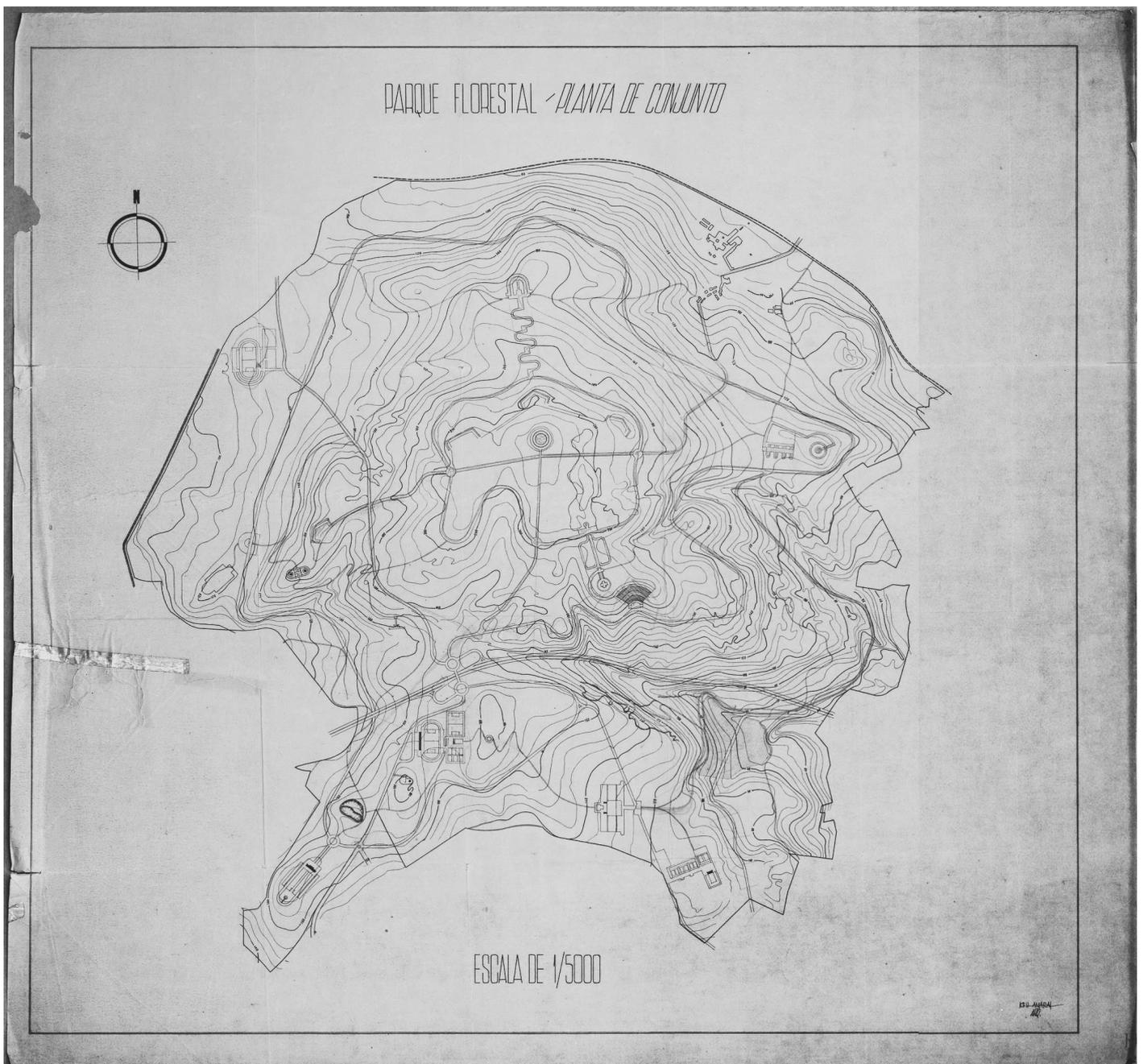
Assim, os espaços verdes deixam de ser vistos como peças isoladas, enaltecidos pela sua beleza, e passam a fazer parte de um todo que é a cidade, respondendo às preocupações ecológicas e urbanísticas de organização e expansão urbana e fornecendo à população o indispensável contato com a natureza (TOSTÕES, 1992).

É perante este cenário que o Engenheiro Duarte Pacheco opera devolvendo à cidade as áreas verdes que esta carecia.





[Figura 52]
Parque Florestal de Monsanto,
in Arquivo Municipal de Lisboa, 1938



[Figura 53] Plano geral: Parque Florestal/Planta de Conjunto, in Arquivo Municipal de Lisboa, Francisco Keil do Amaral, 1938

Parque Florestal de Monsanto

Ao longo dos tempos, a Serra de Monsanto foi casa de vários povos devido à sua grande área por povoar e cultivar, à proximidade de diversas linhas de água e por ser fonte primária de variados recursos naturais, o que permitia a sua ocupação. A agricultura, o pastoreio e a presença de pedreiras marcaram durante séculos a paisagem da serra, contudo, com a desflorestação e exploração excessiva dos solos, Monsanto deixou de reunir as condições necessárias para o estabelecimento das comunidades. Tendo em conta este cenário, de uma serra despida de verde, surge em 1868 a primeira proposta de arborização da Serra de Monsanto (TIÇÃO et al., 2011).

Posteriormente, já nos anos 20, novas propostas para a área de Monsanto são colocadas em discussão, sendo uma delas da autoria dos irmãos Mac Brid e outra do Arquiteto Paisagista Forestier. As propostas eram apoiadas na ideia e conveniência de arborizar a serra associada à instalação de equipamentos desportivos e recreativos, de modo a envolver a cidade de zonas verdes e enriquecê-la através de zonas de lazer.

A ideia foi lançada em 1868, todavia só na época do Estado Novo é que o Engenheiro Duarte Pacheco leva para a frente o projeto do Parque Florestal de Monsanto (TOSTÕES, 1992).

Com a elaboração do novo plano geral de urbanização de Lisboa, em 1935, a realização do parque florestal ficou limitada ao sistema viário proposto, que definia a estrutura da cidade na altura. Apesar de algumas eventualidades, em 1938, a cargo do Arquiteto Francisco Keil do Amaral, dá-se início ao plano geral de arborização do parque e ao projeto dos seus equipamentos [Fig. 53], de forma a dar continuidade ao trabalho do Engenheiro Duarte Pacheco.



[Figura 54] Panorâmica tirada do Casal de Pedro Teixeira sobre o Monsanto, in Arquivo Municipal de Lisboa, Eduardo Portugal, 1938
 [Figura 55] Parque Florestal de Monsanto, a Mocidade Portuguesa participa na sua arborização, in Arquivo Municipal de Lisboa, 1944

56



57



58



59



60



61



[Figura 56] Parque Infantil do Alvito, in Arquivo Municipal de Lisboa, Armando Maia Serôdio, 1963

[Figura 57] Parque de Campismo de Monsanto, piscina, in Arquivo Municipal de Lisboa, Armando Maia Serôdio, 1962

[Figura 58] Parque de Campismo de Monsanto, in Arquivo Municipal de Lisboa, Salvador de Almeida Fernandes

[Figura 59] Restaurante e lago em Montes Claros, in Arquivo Municipal de Lisboa, Horácio Novais, 195-

[Figura 60] Parque Florestal de Monsanto, miradouro, in Arquivo Municipal de Lisboa, Salvador de Almeida Fernandes, 1952

[Figura 61] Parque Florestal de Monsanto, pérgula e lago do miradouro de Montes Claros, in Arquivo Municipal de Lisboa, 1952

O Parque Florestal de Monsanto surge da necessidade de criação de áreas verdes na cidade, de modo a restabelecer a relação suspensa entre o ambiente urbano e o rural e satisfazer “o desejo (...) para o regresso do homem a um contacto mais íntimo com a natureza”. (PINTO, 1949, p. 6)

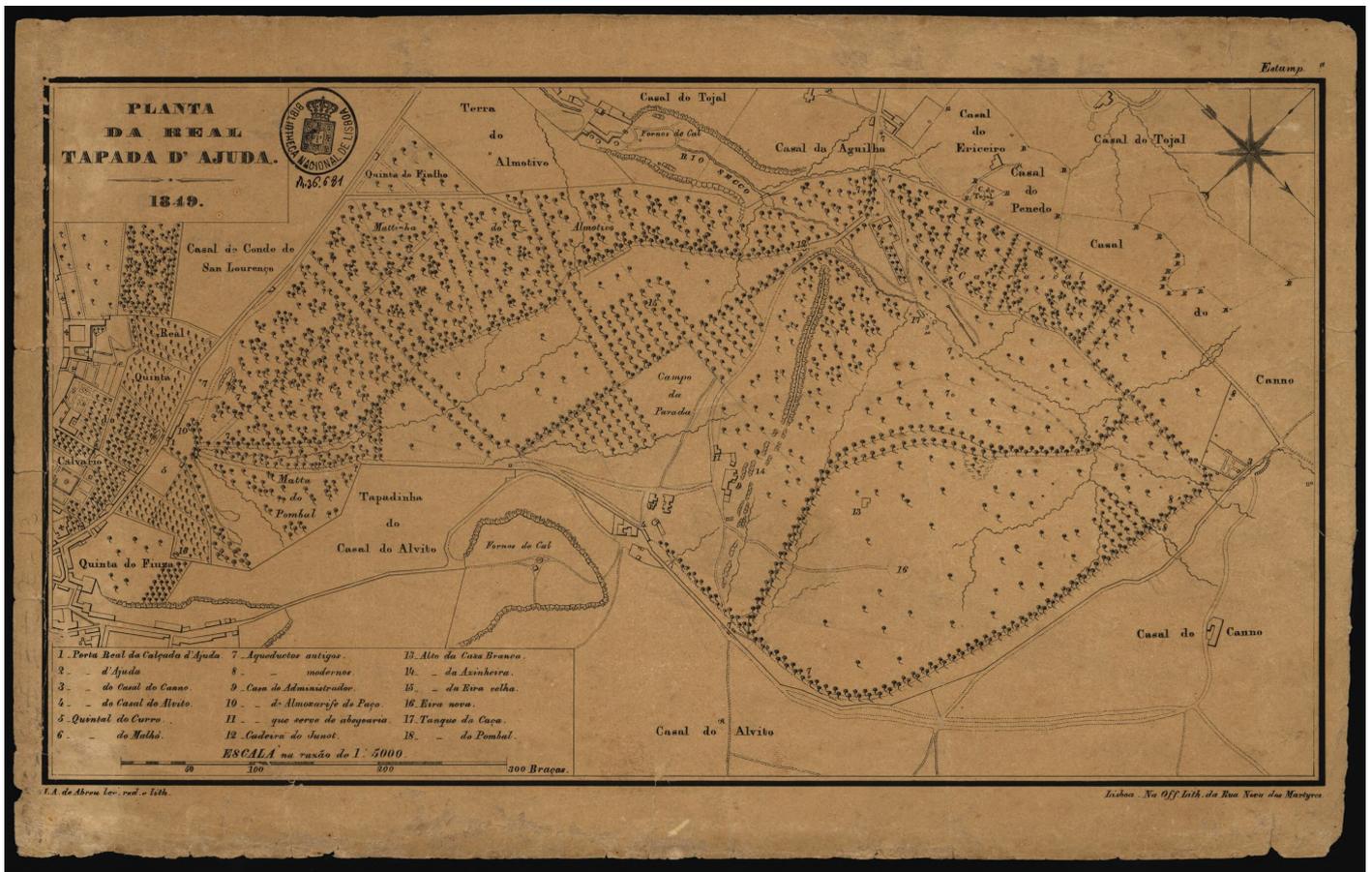
O arquiteto propõe a criação de “um bosque natural e selvagem com centros de interesse para todas as classes da capital na Serra de Monsanto” (TOSTÕES, 1992, p. 49), ou seja, uma grande extensão arborizada - que proporcione espaços de estar e deambular, de lazer e repouso, e de contato com a natureza - pontuada por equipamentos desportivos, recreativos e culturais para usufruto da população. Um parque totalmente humanizado, que se assemelhe a um espaço verde primitivo.

O plano do parque tira o máximo de partido das características e condições naturais da serra, desde a sua topografia, às imponentes vistas e ao facto de ser um lugar que se debruça sobre a cidade e o rio Tejo de onde se avista “um dos mais nobres e belos quadros que se podem admirar em Portugal”. (RODRIGO, 1952, p. 6)

Apesar do projeto do Arquiteto Keil do Amaral não ter sido concretizado na sua totalidade e ter sofrido muitas alterações perdendo algum significado, a premissa base de um parque modernista com base no conceito romântico de pulmão verde e de estrutura predominantemente assente no carácter funcional perdura (TIÇÃO et al., 2011). Hoje em dia, o Parque Florestal de Monsanto oferece à cidade e aos cidadãos de Lisboa uma grande biodiversidade de paisagem e diversos equipamentos públicos - desde miradouros, parques infantis e de merendas e espaços para prática desportiva - e uma rede de trilhos pedonais e ciclovias ao longo de toda a serra.



[Figura 62] Parque Florestal de Monsanto, campo de ténis, in Arquivo Municipal de Lisboa, Abreu Nunes, 1953



[Figura 63] Planta da Real Tapada da Ajuda, in Biblioteca Nacional de Portugal, José António de Abreu, 1849

Tapada da Ajuda

Circunscrita dentro dos limites do Parque Florestal de Monsanto, a Tapada da Ajuda, antigamente designada por Tapada Real de Alcântara, tem origem em 1645 quando as terras que formavam o Casal do Rio Seco passam para a posse da família real, que na altura assumia uma forte presença nesta zona da cidade (RAMALHO, 1935).

Na época, a Tapada tratava-se de um vasto domínio isolado destinado a atividades de recreio de uso exclusivamente real, “um terreno murado, uma mata dentro da qual se cria caça e gado e se aproveita o mato e a lenha” (CARDOSO, 1992). Em 1841, com a extinção da atividade de caça e a intensificação da atividade agrícola, esta dá lugar a um espaço de extensas áreas cultivadas com hortas, pomares e vinhas (ALARCÃO-E-SILVA, 2002).

Durante muito tempo, por ser uma área protegida, desempenhou um papel vital na defesa e conservação da natureza em ambiente urbano. Porém, mais tarde, com a instalação do Observatório Astronómico e do Pavilhão de Exposições, a Tapada passou, progressivamente, a ser um recinto para utilidade pública – inicialmente dando lugar a feiras e a exposições agrícolas.

A Tapada, ao longo dos anos, foi sendo enriquecida enquanto território produtivo, devido à plantação de vinhas, pomares e vários núcleos de arborização florestal, mas também enquanto espaço para benefício social, deixando de ser um jardim de uso privado e assumindo-se como um parque urbano de recreio (RAMALHO, 1935).

Hoje em dia, a Tapada da Ajuda é um parque botânico que acomoda um vasto património natural - uma propriedade agrícola de grandeza invulgar para a cidade de Lisboa - e arquitetónico, entregue ao Instituto Superior de Agronomia.



[Figura 64] Dom Carlos atirando aos pombos na Tapada da Ajuda, in Arquivo Municipal de Lisboa, Eduardo Alexandre Cunha, 1908

[Figura 65] Transplante de um dragoeiro para o Jardim Botânico da Tapada da Ajuda, in Arquivo Municipal de Lisboa, Joshua Benoiel, 1911

BAIRROS:

- 1_Bairro do Alvito
- 2_Bairro de Caselas
- 3_Bairro da Serafina
- 4_Bairro da Boa Vista
- 5_Bairro do Calhau

COMPLEXOS DESPORTIVOS:

- 6_CIF - Clube Internacional de Futebol
- 7_Associação de Ténis de Lisboa
- 8_Complexo Desportivo de Monsanto
- 9_Estádio Pina Manique
- 10_Complexo Desportivo da Ajuda

ESPAÇOS VERDES:

- 11_Parque Recreativo do Alvito
- 12_Parque de Campismo de Mosanto
- 13_Parque Recreativo do Alto da Serafina
- 14_Espaço Biodiversidade
- 15_Parque do Calhau
- 16_Mata de São Domingos de Benfica
- 17_Quinta da Fonte
- 18_Quinta da Pimenteira
- 19_Tapada da Ajuda

FORTES:

- 20_Forte do Alto do Duque
- 21_Forte de Monsanto
- 22_Área Militar

MIRADOUROS:

- 23_Miradouro dos Montes Claros
- 24_Luneta dos Quartéis
- 25_Panorâmico do Monsanto
- 26_Miradouro Keil do Amaral

OUTROS LOCAIS DE REFERÊNCIA:

- 27_Anfiteatro Keil do Amaral
- 28_Palácio dos marqueses de Fronteira
- 29_Hospital São Francisco Xavier
- 30_Polo Universitário da Ajuda
- 31_Igreja São Domingos de Benfica

TAPADA DA AJUDA:

- 32_Observatório Astronómico de Lisboa
- 33_Instituto Superior de Agronomia
- 34_Pavilhão de Exposições
- 35_Edifício da Geradora
- 36_Núcleo de Ensino e Investigação

VIAS:

- 37_Autoestrada A5
- 38_IC17-CRIL
- 39_Avenida da Ponte
- 40_Avenida General Correia Barreto



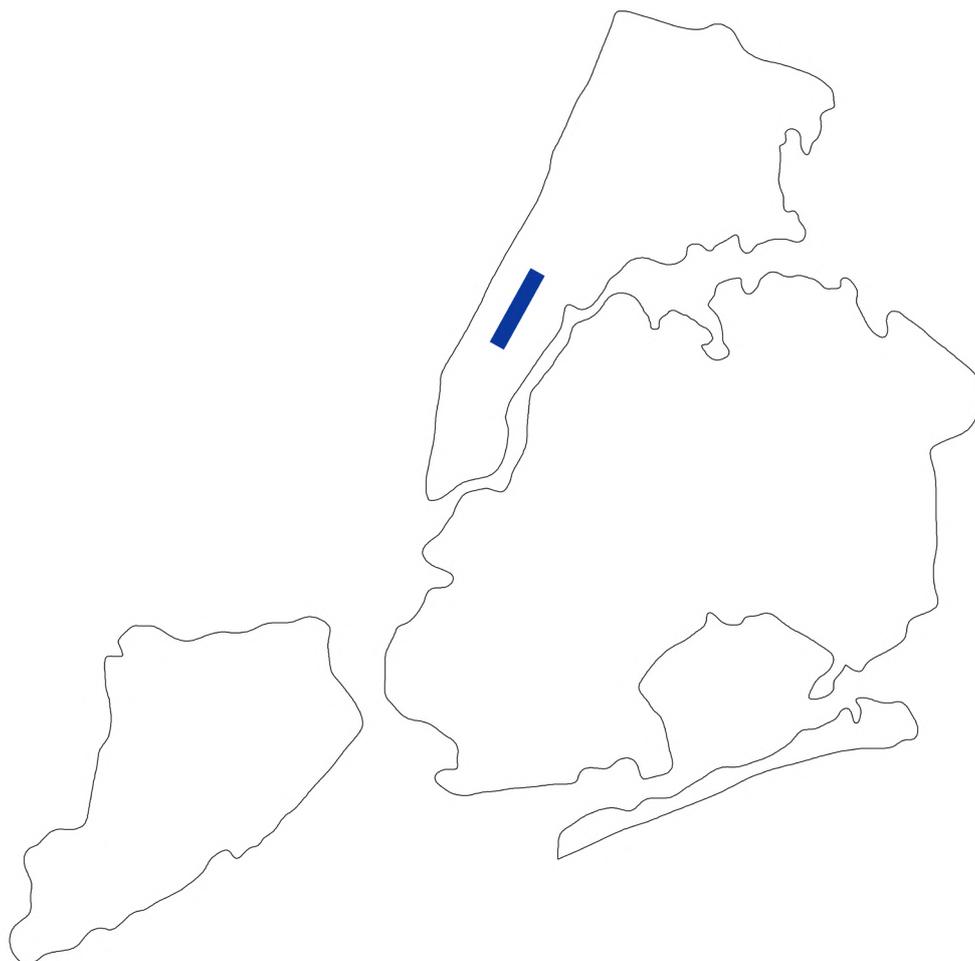
[Figura 66] Mapa geral do Parque Florestal de Monsanto, elaborado pela autora



PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO, LISBOA

Área da Cidade – 100 km²

Área do Parque – 10 km²



CENTRAL PARK, NOVA IORQUE

Área da Cidade – 783,8 km²

Área do Parque – 3.41 km²

UNIDADES DE PARQUE_CIDADE

Anterior à concretização do projeto do Parque Florestal de Monsanto, em outras cidades já o conceito de parque urbano tinha sido aplicado. Um exemplo disso é o Central Park, na cidade de Nova Iorque, projetado em 1857 pelo Arquiteto Frederick Law Olmsted e o Arquiteto e Paisagista britânico Calvert Vaux.

O Central Park foi desenhado com base na premissa de valorização das características naturais ao invés das artificiais - o parque como antítese da cidade - de modo a oferecer aos utilizadores o contacto e contemplação da natureza como meio para a abstração do cenário citadino que vivenciam e para a evolução humana - no que toca às relações entre estes, o ambiente urbano e o natural (Kang, 2017).

O Central Park apresenta-se como um parque completamente urbano limitado pela densa malha urbana, um vazio na cidade resultante da sua ocupação. Já Monsanto afigura-se como um parque cêntrico em relação à cidade de Lisboa, projetado de modo a dar propósito ao grande vazio criado pela serra no tecido urbano da cidade. A morfologia da Serra de Monsanto faz com que este não se leia como um vazio em relação há sua envolvente.

Ambos os parques são artificiais e foram planeados com o mesmo propósito de restabelecimento do contacto entre a cidade e a natureza, um local de escape da vida urbana.



[Figura 68] Mapa do Central Park, in The New York Public Library, Lionel Pincus, 1873



[Figura 69] Fotografia aérea do Parque Florestal de Monsanto, in Google Earth, 2023

PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO_ CIDADE DE LISBOA

O Parque Florestal de Monsanto, situado na zona ocidental de Lisboa, desempenha um papel importante como unidade integrante do sistema ecológico da cidade. No entanto, com os sucessivos processos de urbanização e a consequente transformação da relação de proximidade e vitalidade com os sistemas naturais que a constituem, este tem se vindo a isolar e a perder a ligação com a cidade e consequentemente a não fazer parte da vida dos seus habitantes (TELLES, 2001).

A barreira topográfica que confina a Serra de Monsanto, situada entre o Vale de Alcântara e o Vale de Algés, aliada à construção de grandes vias rodoviárias que a limitam externamente, como é o caso do Eixo Norte-Sul, da CRIL (IC17) e da Avenida General Correia Barreto (Radial de Benfica), dificultam a acessibilidade ao parque e condicionam em grande parte a sua relação com a cidade e com os lisboetas.

Apesar de Monsanto no seu interior apresentar um conjunto de pontos equipados ligados entre si, em contrapartida o seu entorno

não apresenta pontos periféricos que desenhem os espaços de encontro com a cidade. Os vários bairros habitacionais e os espaços expectantes que se situam na periferia do parque contribuíram em pouco no estabelecimento de uma relação com o mesmo.

Sendo assim, o único ponto onde é encontrada a possibilidade de articulação destas duas realidades é o limite sul do parque, onde a sua encosta desce suavemente até ao rio Tejo. No entanto, este limite, em certa parte, já se encontra condicionado pela construção do Polo Universitário da Ajuda e as suas vias sobredimensionadas e pela Tapada da Ajuda.

Hoje em dia, Monsanto é um espaço verde de grande dimensão que não funciona na cidade de Lisboa. Mais do que o desenho de um parque como um modelo romântico é uma espécie de aceitação de um grande vazio e talvez seja por essa razão que existe uma série de temas por resolver, mas que ao mesmo tempo são oportunidades.



[Figura 70] Parque florestal de Monsanto, encosta poente da serra de Monsanto, in Arquivo Municipal de Lisboa, Horácio Novais, 195-





JORNAL 05

Cidade_Habitar_Modelo Urbano

[Figura 71]

A ponte 25 de Abril vista do Alto da Ajuda,
in Arquivo Municipal de Lisboa,
Artur Inácio Bastos, 1967

MONSANTO_CIDADE_RIO

Estrutura Ecológica

O Plano verde de Lisboa, coordenado pelo Arquiteto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles (1997), veio reforçar a ideia de como a estrutura verde deve ser pensada e integrada na cidade e a importância da presença da natureza no meio urbano, de modo a deixar de existir barreiras entre ambientes contruídos e ambientes naturais.

Idealizado nos anos 70, mas apenas concluído em 2012, no seguimento da falta de estabelecimento de uma ligação entre Monsanto, a cidade e o rio, dá-se a criação do Corredor Verde de Monsanto. Trata-se da ligação pedonal entre o Parque de Monsanto e o topo do Parque Eduardo VII com continuidade até à frente ribeirinha através da Avenida da Liberdade, configurando-se como uma das ligações mais importantes da Estrutura Ecológica de Lisboa (TELLES, 1997).

Também o Vale de Alcântara, o Vale do Rio Seco e o braço sudoeste do parque (Alto do Duque) são eixos verdes relevantes que fomentam a ligação norte-sul, quer através da continuidade verde quer pela presença simbólica do percurso da água.

- Parque Florestal de Monsanto
- Estrutura verde
- Eixos Verdes Relevantes



[Figura 72] Mapa_Estrutura ecológica de Lisboa Ocidental, elaborado pela autora
160

JORNAL 05

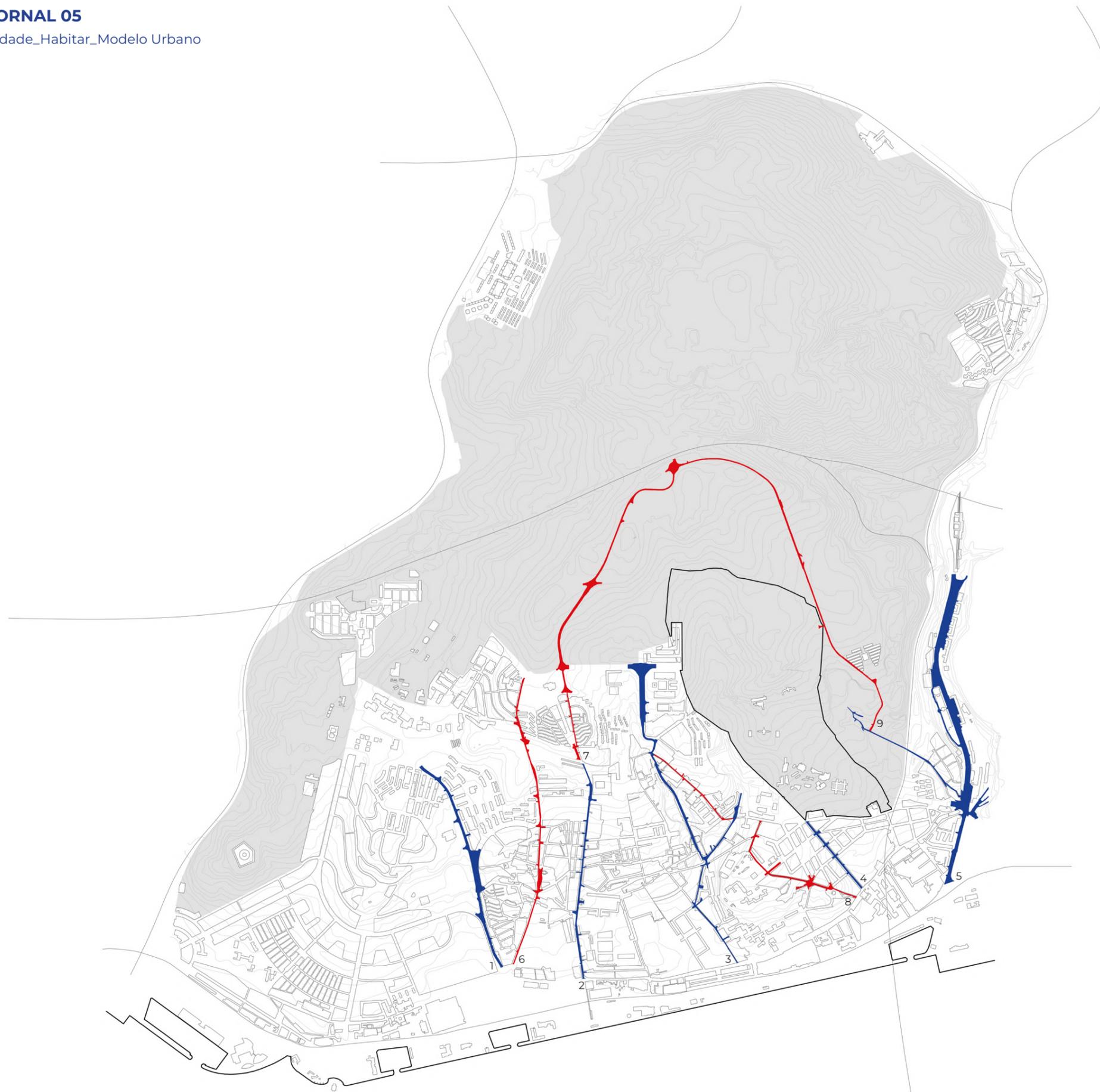
Cidade_Habitar_Modelo Urbano

MONSANTO_CIDADE_RIO

Eixos Estruturantes

A cidade de Lisboa desenvolveu-se ao longo da sua frente de água organizando-se segundo eixos dominantes paralelos, que direcionavam o seu crescimento, e perpendiculares ao rio, como se de afluentes deste se tratassem. No território de Lisboa Ocidental pode-se observar uma forte presença desses eixos estruturadores do tecido urbano, maioritariamente no sentido norte-sul, que favorecem a circulação e a ligação entre o Parque de Monsanto e a zona baixa da cidade. Estas artérias urbanas seguem a morfologia do território e desdobram-se ao longo das linhas de fecho e de talvegue (GRAÇA, 2015).

A Rua Luís de Camões, um dos eixos identificados no mapa [Fig. 73], apesar de atualmente não constituir uma ligação entre a cota alta e o rio, em tempos foi uma possibilidade, enunciada no Plano Diretor de Urbanização de Lisboa de 1948 (Novais, M, 1948). A proposta tinha como intenção o prolongamento da rua em direção à frente ribeirinha e no sentido do Parque de Monsanto, ligando-se às ruas circundantes do palácio da ajuda. Mais tarde, em 1967, a proposta sofre alterações e é prolongada pelo restante território de Lisboa, para oeste até ao Bairro de Caselas e para este até à zona oriental da cidade, traçando-se desta forma uma via urbana de meia encosta que acompanha paralelamente o rio (MEYER-HEINE, 1967). Esta operação iria não só favorecer a acessibilidade no sentido norte-sul como no sentido este-oeste.



- Parque Florestal de Monsanto
- Linha de Talvegue:**
 - Avenida da Ilha da Madeira/Rua dos Jerónimos 1
 - Calçada da Ajuda 2
 - Rua Eduardo Bairrada/Rua do Rio Seco/Calçada da Boa Hora 3
 - Rua Luís de Camões 4
 - Avenida de Ceuta 5
- Linha de Festo:**
 - Calçada do Galvão 6
 - Estrada do Penedo 7
 - Calçada de Santo Amaro 8
 - Estrada do Alvito 9

[Figura 73] Mapa_Identificação dos eixos estruturantes de Lisboa Ocidental, elaborado pela autora

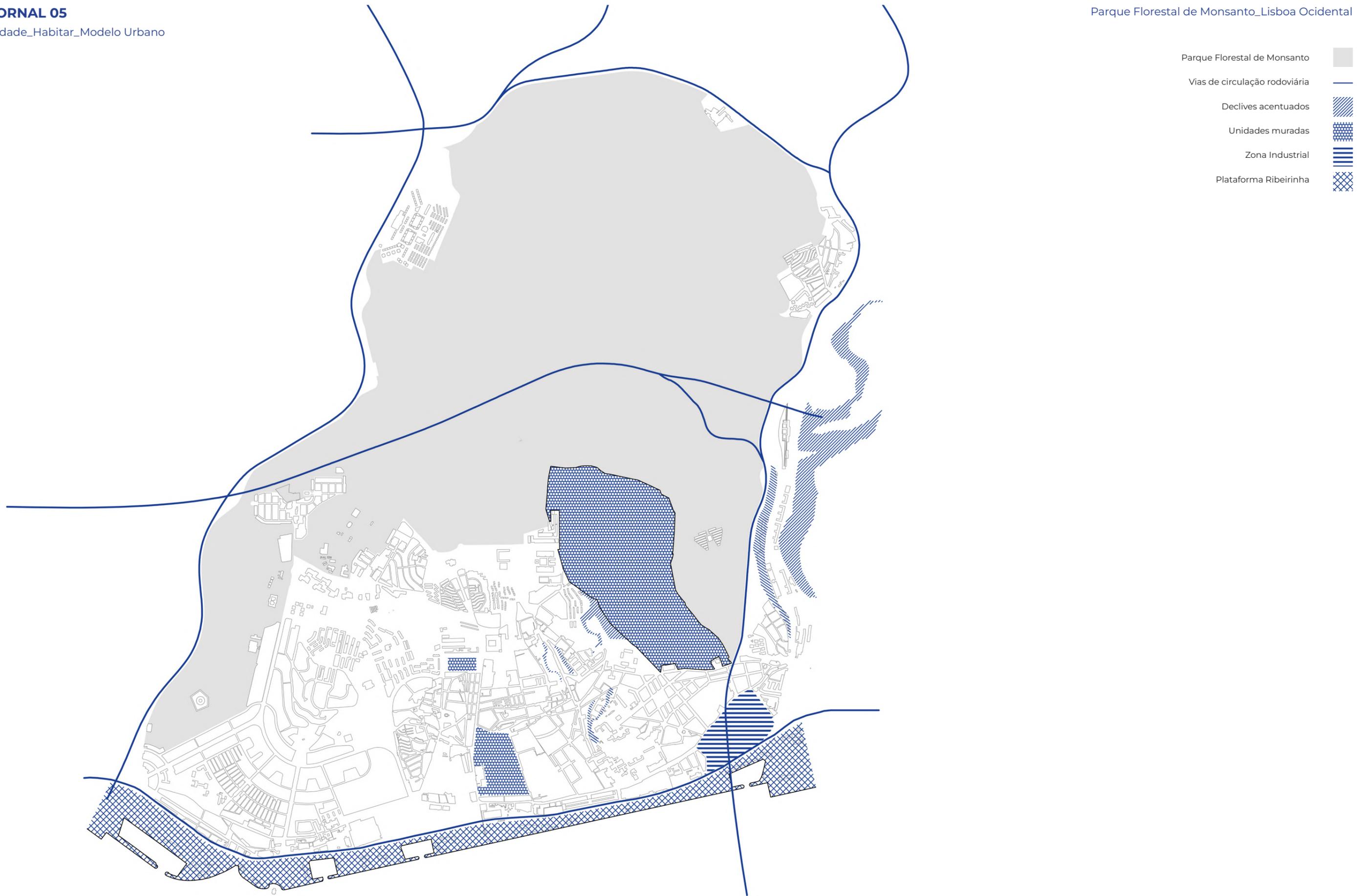
JORNAL 05

Cidade_Habitar_Modelo Urbano

MONSANTO_CIDADE_RIO

Limites e Descontinuidades

À escala da cidade de Lisboa, Monsanto é visto como uma barreira/descontinuidade à vida urbana devido à sua grande escala, uma área de vasta extensão arborizada. No entanto, aproximando ao território em estudo, as barreiras encontradas são maioritariamente as grandes vias de circulação rodoviária - que contornam o parque e limitam o território de Lisboa Ocidental -, os declives acentuados - devido à forte presença dos vales e antigas pedreiras - e as unidades de equipamento público muradas, como é caso da Tapada da Ajuda, que colocam em causa a fluidez da cidade pela sua capacidade de isolamento do resto.



[Figura 74] Mapa_Identificação dos limites e descontinuidades de Lisboa Ocidental, elaborado pela autora





[Figura 75]

Fotografia aérea sobre as zonas de Belém e Ajuda,
in Arquivo Municipal de Lisboa,
Judah Benoliel, 195-

Ao longo dos anos, é evidente o crescimento progressivo da cidade de Lisboa em direção ao Ocidente, condicionado pela topografia acidentada, pelos inúmeros cursos de água e pelos eixos viários que marcam o seu tecido. Anteriormente à implementação do projeto do Parque Florestal de Monsanto, em 1940, era de verificar, na zona de Lisboa Ocidental, um território ainda tímido de construção (SILVA,1911).



Como cresceu a Cidade no encontro com o Parque?

1950

Tendo por base a planta cartográfica de 1950 da cidade de Lisboa é possível perceber a falta de articulação entre Monsanto e a zona ocidental. A cidade que foi crescendo em direção ao parque no seu limiar encontrava-se dispersa. As profundas escavações de pedreiras existentes à época, situadas junto ao muro da Tapada da Ajuda, tornavam o lugar inóspito e agressivo (CML, 1946). Com o fim da exploração das pedreiras começam a surgir edifícios dispersos ao seu redor e é construído um campo de futebol, de forma a dar uma nova função ao espaço.

Nesta altura, já se encontravam construídos alguns bairros da cidade no limite do parque, como o Bairro do Alto da Ajuda (1) e do Caramão (2) e no limite sul da Tapada da Ajuda, o Bairro do Alto de Santo Amaro (3). Este último era balizado a norte pela Calçada da Tapada que, por sua vez, também começava a ganhar importância com a consolidação das suas frentes de rua.

Na planta é ainda visível a existência de um pequeno troço da ribeira do Rio Seco (4) à superfície sendo que o restante curso já se encontra encanado, enfatizando assim a perda de relação entre a cidade e a natureza.



Como cresceu a Cidade no encontro com o Parque?

1970

Entre 1950 e 1970, são construídos novos bairros sociais na periferia de Monsanto, como o Bairro do Casalinho da Ajuda (1), o Bairro da GNR (2), e as primeiras habitações do futuro Bairro 2 de Maio (3), ao mesmo tempo que decorre a consolidação dos bairros já existentes. Com o aparecimento de novos núcleos habitacionais surge a necessidade de construir equipamentos de ensino associados a estes, exemplo disso é a Escola Básica Professor Manuel Sérgio (4) inserida no Bairro do Alto da Ajuda e a Escola Francisco de Arruda (5) junto ao Bairro do Alto de Santo Amaro, erguida sobre a antiga pedreira.



Como cresceu a Cidade no encontro com o Parque?

Atualmente

Até aos dias de hoje, a urbanização de Lisboa Ocidental tem se vindo a intensificar. Com a análise das plantas, é visível que no encontro entre a cidade e o parque surgiram uma série de bairros sociais de casas económicas, que marcaram o limite de expansão urbana e acentuaram a barreira entre estas duas realidades. Outra operação que revolucionou a paisagem junto à serra foi a construção do Polo Universitário da Ajuda (1), em terreno cedido pelo Parque Florestal de Monsanto.

A comparação das cartografias de 1950 e 1970 com a situação atual da cidade de Lisboa permite constatar que inúmeras das construções se mantêm até aos dias de hoje, tendo sido apenas somadas sucessivas operações que reforçaram em vez de resolver os problemas existentes. Atualmente, a fronteira entre o Parque Florestal de Monsanto e a cidade de Lisboa é formada por um conjunto de fragmentos que gera zonas desconexas, que não se articulam entre si, nem articulam a cidade com o parque. Tendo isto em conta a questão que se coloca é:

Como é que estes fragmentos se podem articular?





JORNAL 05

Cidade_Habitar_Modelo Urbano

[Figura 79]
Fotografia aérea sobre a zona da Ajuda,
in Google Earth, 2023



[Figura 80] Ensaio fotográfico_Entre o Parque Florestal de Monsanto e a Cidade de Lisboa, elaborado pela autora



J6

JORNAL 06 DOMUS DEMAIN

Exercício Específico

HABITAR O LIMITE

Entre o Sistema Natural e o Sistema Artificial

LIMITE

Natural e Artificial

Estrema, Fronteira, Raia, Confim, Extremo, Termo, Meta

“1. Linha que separa superfícies ou terrenos contíguos

2. Momento ou espaço que corresponde ao fim ou ao começo de algo”

in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

O limite define-se como uma fronteira entre duas realidades que não só as separa como as coloca em confronto. Em arquitetura, os limites revelam-se primariamente no espaço e é a partir da análise e conhecimento do mesmo que se definem. Da escala do território à habitação, muitos são os elementos que limitam o espaço, podendo ser estes naturais ou artificiais.

A morfologia do território composta pelos seus declives acidentados, por cumeadas e vales condiciona a sua ocupação.

A água, rio e mar, rasga o território.

As grandes infraestruturas rodoviárias e ferroviárias limitam o desenho da malha urbana e criam descontinuidades.

As unidades muradas não se relacionam com a envolvente.

O chão define os diferentes espaços.

Uma parede delimita o ambiente interior do exterior.

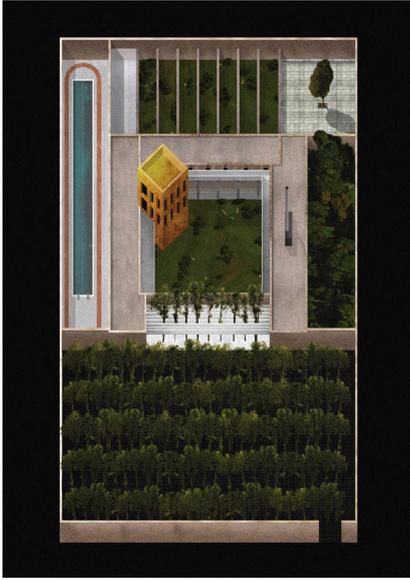
Um vão direciona o olhar.

- [Figura 82] The Candy Shop, in Divisare, Traumnovelle, 2016
- [Figura 83] The yew hedge in the Cotswolds, in Gettyimages, 1962
- [Figura 84] Tetrpharmakos or Epicurus' Garden, in Divisare, Marco Giovinazzo, 2017
- [Figura 85] A Grammer for the City, in Divisare, Office Kersten Geers David Van Severen, DOGMA, 2006
- [Figura 86] Running Fence, in Christo and Jeanne-Claude, Christo and Jeanne-Claude, 1972-76
- [Figura 87] Agricultural City, in Socks Studio, Kisho Kurokawa, 1960
- [Figura 88] Linha férrea, in Arquivo Municipal de Lisboa, Artur JoãoGoulart, 1961
- [Figura 89] Te Tuhirangi Contour, in Gibbs Farm, Richard Serra, 1999-2001
- [Figura 90] Playtime, in Viennale, Jacques Tati, 1967
- [Figura 91] Tirana Campus, in Divisare, Thomas Raynaud Architectes, Uho, Elias Guenoun, 2015
- [Figura 92] Tools for Minimal Space Occupations, in Socks Studio, Franz Erhard Walther, 1968
- [Figura 93] Set Design Isla Festival, in Divisare, Gramática Arquitetónica, Mínimo, 2016
- [Figura 94] Continuous Monument, Niagara o l'architettura riflessa, in Drawing Matter, Superstudio, 1970
- [Figura 95] Exit Pool, in Divisare, Laura Pujia, 2010
- [Figura 96] Bordercrossing, in Divisare, Office Kersten Geers David Van Severen, 2005

JORNAL 06

Domus Demain_Exercício Específico

82



83



84



88



89



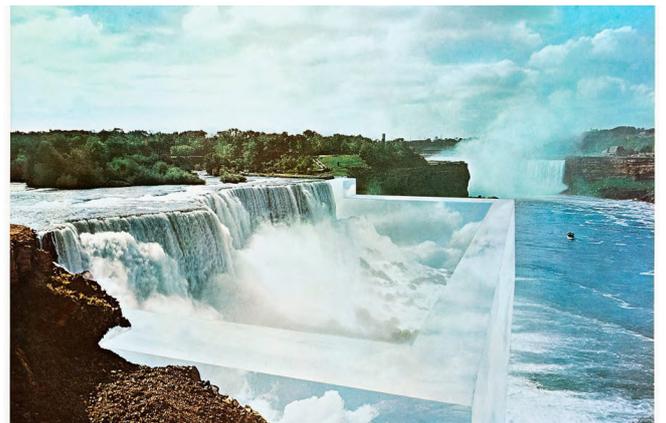
90



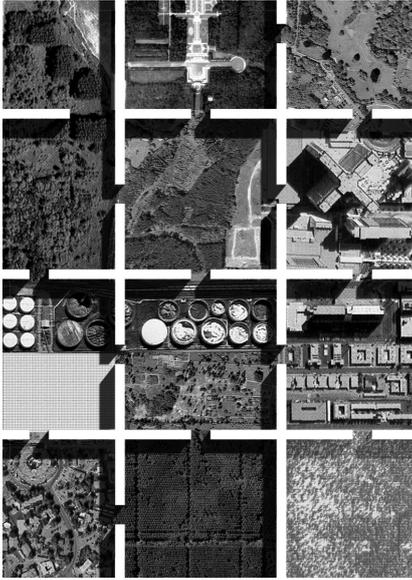
93



94



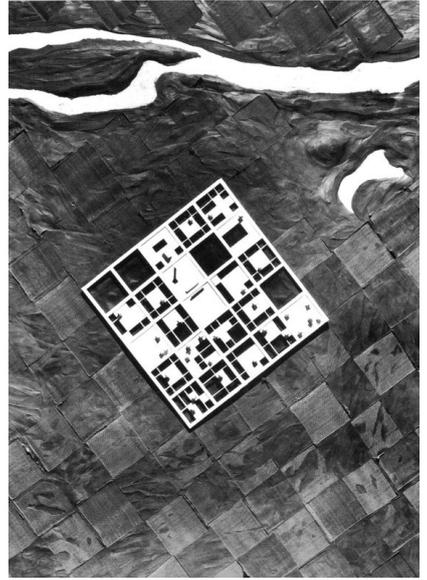
85



86



87



91



92



95



96



LIMITE

Entre o Natural e o Artificial

97



98



99



100



[Figura 97] The Citizen's Refuge, in Divisare, M²FT Architects, Flavio Martella, 2016

[Figura 98] Wheatfield, in Agnes Denes Studio, Agnes Denes

[Figura 99] Urban farmer, Jiangbei, in Tim Franco, Tim Franco, 2016

[Figura 100] Villa Le Lac, in Fondation Le Corbusier, Le Corbusier, 1923

COEXISTÊNCIA

Entre o Natural e o Artificial

101



104



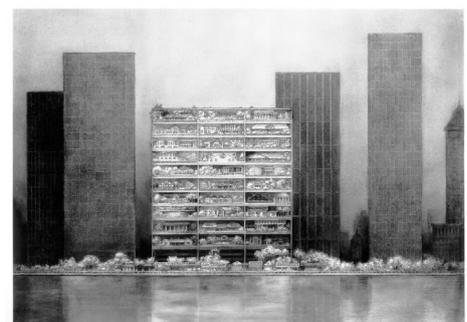
102



105



103



106



[Figura 101] Casa Malaparte, CAPRI, in Domus

[Figura 102] Nivola House-Garden, in Getty, Bernard Rudofsky, 1949-1950

[Figura 103] Highrise of Homes, in Hidden Architecture, James Wines, 1981

[Figura 104] Piscina das Marés, in Jose Macedo, Jose Macedo

[Figura 105] Kanagawa Institute of Technology's Workshop, Kanagawa, in Archdaily, Junya Ishigami + associates, 2008

[Figura 106] Edifício da Associação de Proprietários de Moinhos Le Corbusier, in Archdaily, Thomas Winwood Mckenzie







[Figura 108] Esquema_Área de intervenção, elaborado pela autora

Debruçando sobre o território da cidade de Lisboa na procura de resgatar a relação suspensa entre a paisagem natural e artificial, permitindo que coexistam, a abordagem passa pela intervenção no limite entre o Parque Florestal de Monsanto e o território da Ajuda/Alcântara.

A intervenção surge no seguimento do Corredor Verde Ocidental do Rio Seco, proposto pelo Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, com a intenção de rematar a paisagem de Monsanto e atenuar as barreiras existentes, contruídas ou naturais, entre o parque e a cidade. Para tal, é proposta a consolidação urbana por meio da continuidade da estrutura ecológica, partindo da redefinição da possibilidade de invasão do verde até ao interior da cidade e do significado deste eixo de contacto entre as três realidades: Monsanto, Cidade e Rio.

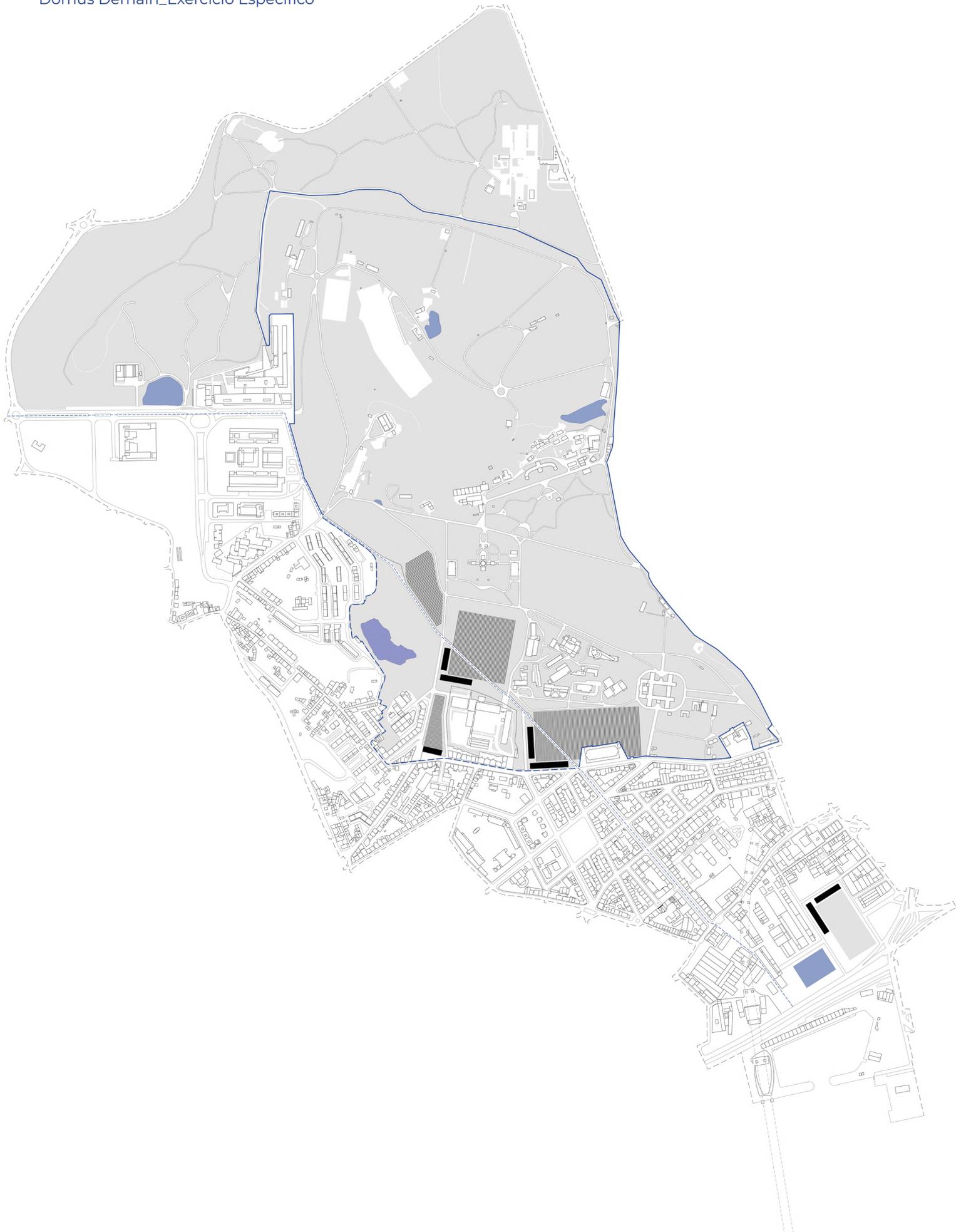
“No lado ocidental da cidade desenhou-se um itinerário quase imbatível, com início no Parque Keil do Amaral, em Monsanto. De um lado, desce pela magnífica Tapada da Ajuda, até Alcântara e, pelo outro, desce o Rio Seco e vai ao Palácio da Ajuda, entra pelo Jardim Botânico, atravessa o Palácio de Belém, e termina nos jardins que circundam os Jerónimos, culminando na Torre de Belém, já no Tejo.” (d’ABREU & CAMARA, 2020, p. 7)



[Figura 109] Eixo de intervenção, in Google Earth, 2023

JORNAL 06

Domus Demain_Exercício Específico



A Ajuda é um território murado com carência de espaços verdes e públicos de encontro.

A estratégia aplicada assenta na vontade de integração da natureza na cidade, como resposta à falta de articulação com Monsanto, promovendo a criação de espaços verdes de recreio, a presença da água na paisagem e explorando a questão de habitar em contexto de parque urbano.

É a partir da Tapada da Ajuda que se desdobra a intervenção com a redefinição dos seus limites em relação à cidade, transformando-a num elemento de transição entre o ambiente natural e urbano e de íntima conexão com o Parque de Monsanto, canalizando o seu fim.

Associado desenha-se um percurso qualificado ao longo do muro da Tapada, desde o Polo Universitário da Ajuda até ao Estuário, através do prolongamento da Rua Luís de Camões como um eixo de orientação e ligação entre Monsanto e o Rio. Este percurso integra a linha de metro de superfície (LIOS Ocidental) de modo a qualificar a acessibilidade do lugar e a incentivar a uma mobilidade mais sustentável.

111



112



113



114



[Figura 111] Sítio do Rio Seco, in Arquivo Municipal de Lisboa, Paulo Guedes, 19--

[Figura 112] Viaduto do Rio Seco, in Arquivo Municipal de Lisboa, Fernando Martinez Pozal, 1953

[Figura 113] Chafariz do Rio Seco, in Arquivo Municipal de Lisboa, Fernando Martinez Pozal, 1953

[Figura 114] Lavadouro do Rio Seco, in Arquivo Municipal de Lisboa, Vasco Gouveia de Figueiredo

A presença da água na paisagem é condicionada pela sua morfologia: pela natureza do solo e subsolo, pelos declives e pela vegetação que determinam o comportamento do escoamento hídrico - quer por infiltração ou superficialmente - mas também pela intensidade e distribuição da precipitação (COSTA, 1975).

Na serra de Monsanto a presença de água à superfície foi sempre praticamente inexistente devido ao solo bastante permeável que apresenta, à pouca elevação no seu topo e às precipitações não muito abundantes. Entre os séculos XVIII e XIX, de modo a garantir a necessidade de abastecimento de água das quintas existentes foi instalada uma rede de minas, ramificada por toda a serra (TIÇÃO et al., 2011).

Sendo o território da Ajuda enriquecido em solo calcário e basáltico, que assegura a existência de água subterrânea em abundância, deu-se o prolongamento da rede de minas proveniente de Monsanto, sendo um dos pontos de atuação a Tapada da Ajuda. O sistema hidráulico da Tapada [Fig. 115] era constituído por minas subterrâneas, furos de captação de água, reservatórios e tanques

para armazenamento de água destinada à rega (SOUSA & COUTO, 1995). À superfície a presença da água era revelada pelas três lagoas. Atualmente, apesar do sistema já não cumprir o seu papel, ainda é possível observar e identificar a presença de alguns destes elementos no interior da Tapada.

No Vale do Rio Seco a água também manifesta um papel preponderante. O topónimo Rio Seco deriva das circunstâncias naturais do local, neste caso, deve-se há existência de um rio guardado na memória como uma linha de água com pouco caudal, sendo assim lhe atribuído o qualificativo de "seco" (MACEDO, n.d.). O rio, composto por duas ribeiras com nascendo na serra de Monsanto e na Tapada da Ajuda, ainda hoje assume uma presença simbólica na cidade, através das pontes deixadas que permitem redesenhar o percurso da ribeira.

No Rio Seco, a presença da água não se fazia notar apenas pela água que percorria o vale, mas também pela existência de um chafariz construído em 1821, que perdura até aos dias de hoje, e de lavadouros adjuntos a este (d'ANDRADE, 1851).

JORNAL 05

Domus Demain_Exercício Específico



[Figura 115]
Mapa_Estratégia_Sistema de água,
elaborado pela autora

O delinear de um percurso de água, associado ao muro da Tapada, tem como intenção reforçar o sistema de drenagem existente através da ligação a bacias de retenção implantadas no bordo do parque - à cota alta, a já existente bacia do Alto da Ajuda, a meia cota, a bacia proposta na Pedreira d'El Rei e, á cota baixa, um reservatório, recriando assim o percurso descendente da água até ao rio. Estas não só ajudam a controlar os fluxos das águas pluviais como alimentam o sistema proposto de espaços verdes e habitação.

Relativamente à rede de minas de água existente na Tapada da Ajuda deve refletir-se sobre a possibilidade de reativação, valorizando a sua preservação.

Estas operações permitem a recolha e aproveitamento das águas pluviais para a manutenção do território e para a rega dos campos agrícolas e espaços verdes envolventes.

Sistema de drenagem pré-existent

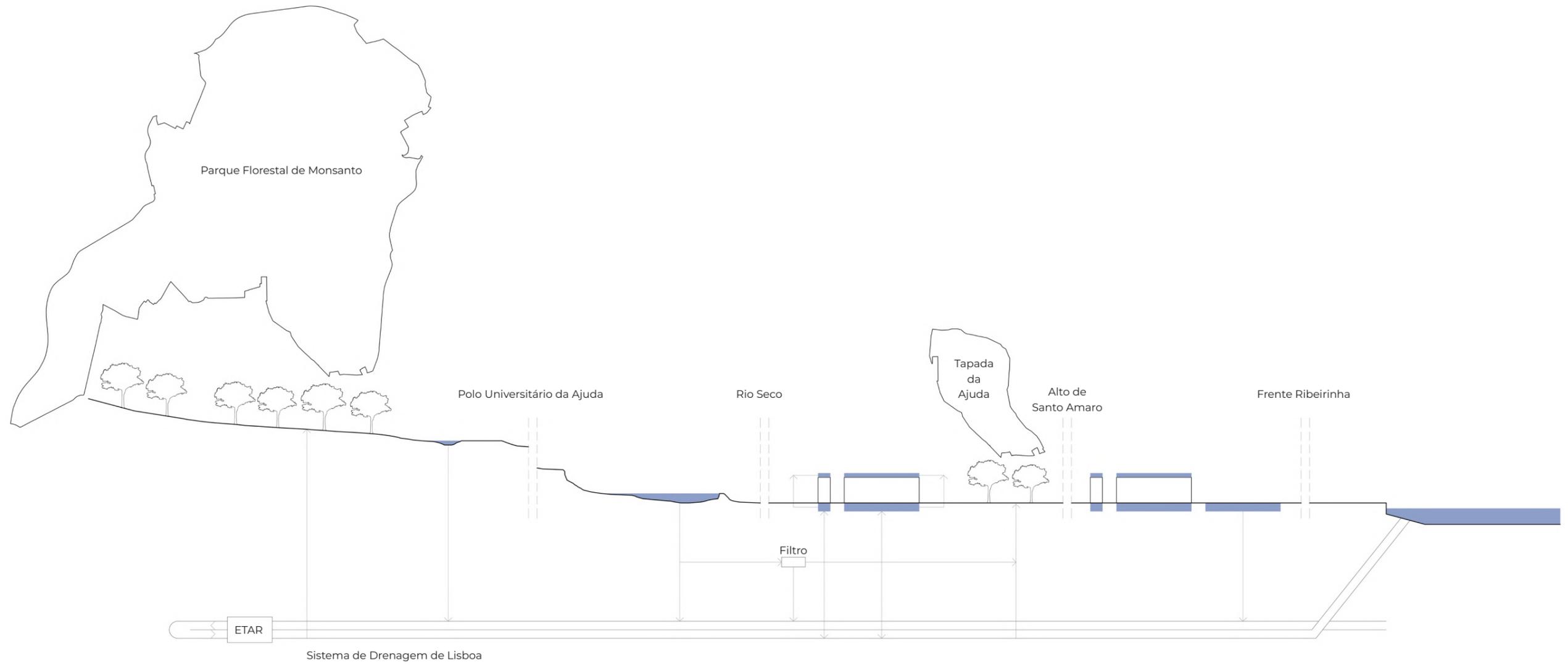


Sistema de drenagem proposto



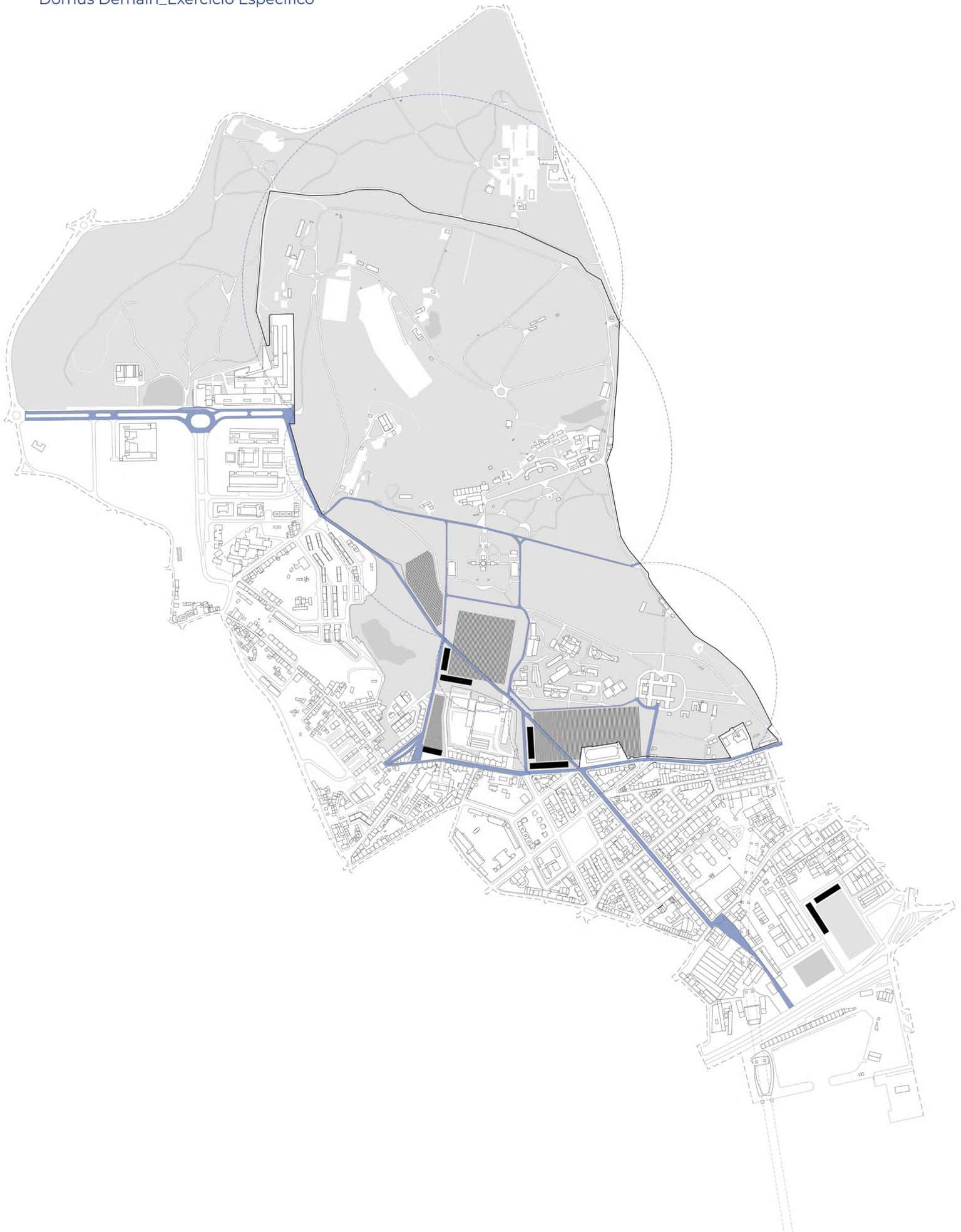
100m





JORNAL 06

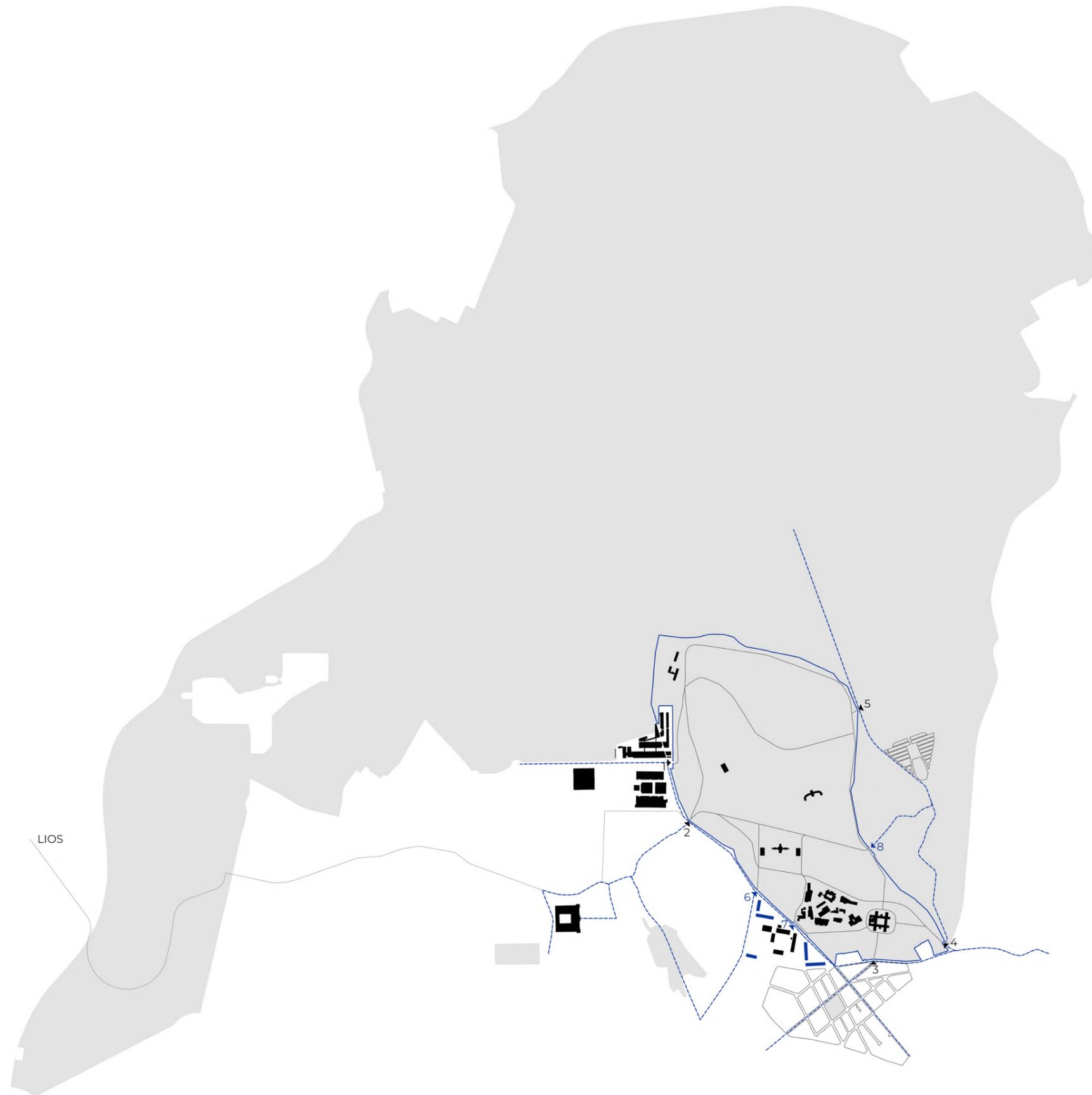
Domus Demain_Exercício Específico



[Figura 117]
Mapa_Estratégia_Sistema de percursos,
elaborado pela autora

A Tapada da Ajuda é uma peça chave para a resolução da relação praticamente inexistente entre Monsanto e a Cidade. Olhar para esta unidade como uma grande porta de entrada para o parque que faz a sua transição com a cidade é fundamental e, como tal, é necessário torná-la mais urbana e permitir que seja cruzada através do estabelecimento de pontos de contacto cruciais com a envolvente. O acréscimo de três novas entradas, às cinco pré-existentes, apoia a relação clara e direta com os pontos de intervenção como facilita o acesso à Tapada e torna-a mais permeável, permitindo o seu atravessamento perpendicular como paralelamente ao rio.





Acessos pre-existent:

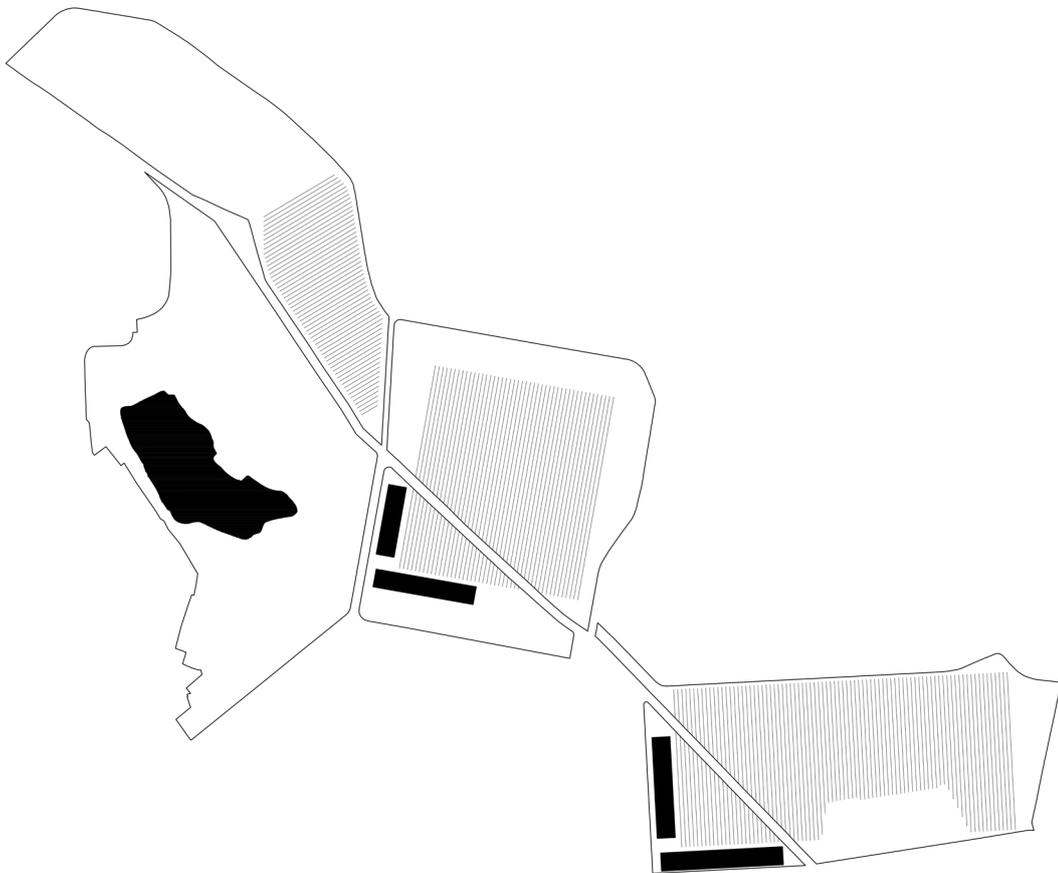
- Portão do Pólo da Ajuda 1
- Portão do Casalinho 2
- Portão da Rua Jau 3
- Portão da Ponte 4
- Portão de Monsanto 5

Novos acessos:

- Portão da Escola/Conjunto Habitacional 6-7
- Portão do Alvito 8







A área de enfoque do projeto apresenta características singulares provenientes do seu enquadramento entre o urbano, que importa consolidar, e o rural, que se procura preservar e propagar. O terreno encontra-se balizado pelos declives acentuados das antigas pedreiras, pelo Bairro do Alto de Santo Amaro e pelos espessos muros da Tapada da Ajuda, que escondem uma paisagem de cultivo fascinante e ao mesmo tempo invulgar na cidade de Lisboa. É com base nestas particularidades que se propõe desenhar a cidade a partir da paisagem que esta para lá do muro da Tapada, preservando-o.

A intervenção assenta não só na análise atual do território envolvente, mas também no estudo da sua evolução. Na planta da Real Tapada d'Ajuda [Fig. 63] é possível observar indícios de que as terras ao seu redor, mais especificamente a Quinta do Fialho e a Terra do Almotivo, apresentavam uma grande relação de proximidade com a Tapada como se de partes integrantes se tratassem.

Tendo como premissa a redefinição do limite entre a cidade e o parque, foram identificadas três unidades de ação onde é encontrada a possibilidade de colocar em confronto as duas realidades que, apesar de separadas pelo muro, se podem relacionar visualmente ou fisicamente, em pontos nevrálgicos.

A forte presença das antigas pedreiras que, por já não exercerem o seu papel, são vistas como espaços de descontinuidade na cidade,

são uma oportunidade para desenhar espaço público. Neste caso, tirando partido da topografia do terreno desenha-se uma bacia de retenção como ponto de referência e de interação entre o espaço verde e a água.

De modo a dar resposta às características do território e à procura de um novo modo de habitar, é proposta a criação de uma estrutura habitável que funcione como um elo entre a paisagem natural e a paisagem artificial. Os conjuntos habitacionais projetados encontram-se implantados na fronteira com o muro da Tapada da Ajuda e estabelecem uma forte conexão com esta por intermédio da paisagem de vinhas, que se estende pela cidade formando grandes unidades de talhões envolvidos e rematados pelas habitações. Estes também se relacionam com a paisagem urbana envolvente, sendo que o complexo confinante ao Bairro do Alto de Santo Amaro surge como um remate da malha urbana, como se de um quarteirão do bairro se tratasse, enquanto o complexo junto à Escola Francisco de Arruda se relaciona diretamente com a mesma. Ambos seguem a geometria, proporção e alinhamentos dos edifícios adjacentes.

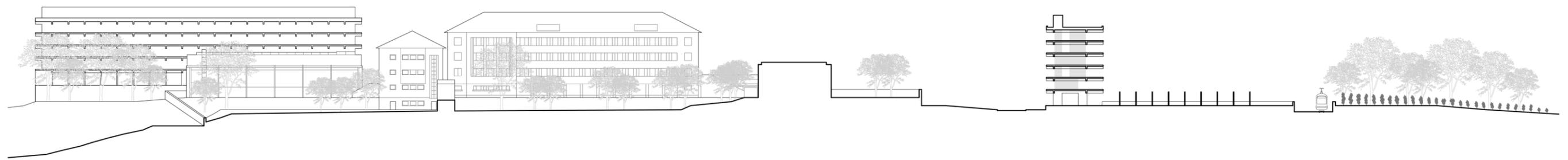
Todo o espaço envolvente é redesenhado enquanto espaço verde público e enquanto espaço de ligação, este último através do sistema de ruas de coexistência proposto que se articula com os caminhos preexistentes da Tapada.



[Figura 121] Fotografia aérea da área em estudo, in Google Earth, 2023



[Figura 122] Planta de Conjunto, elabora pela autora
210



Bloco habitação

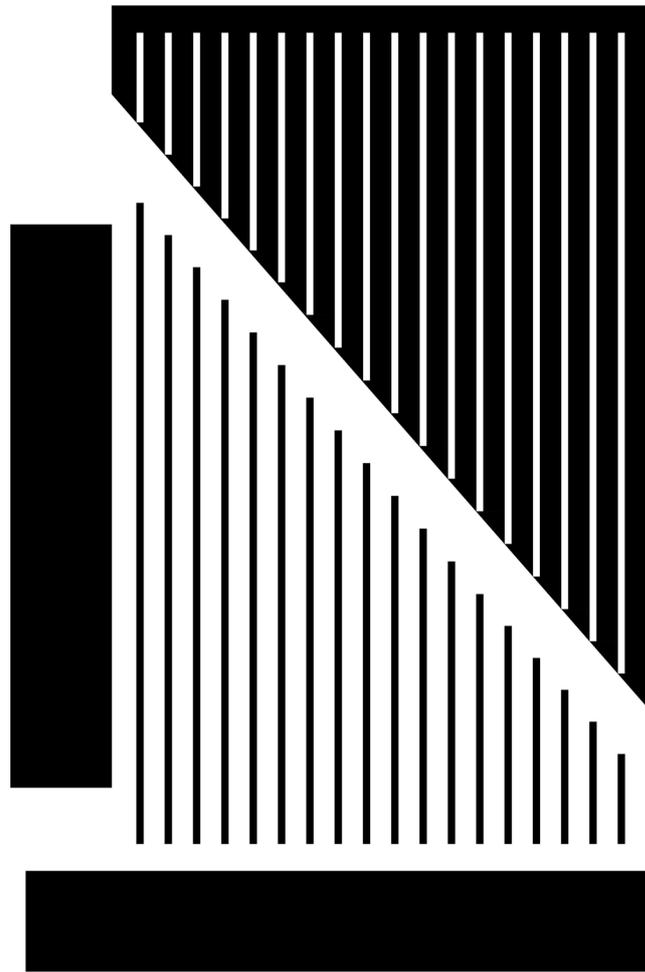
Escola Francisco da Arruda

Bloco habitação

Plataforma de espaço público

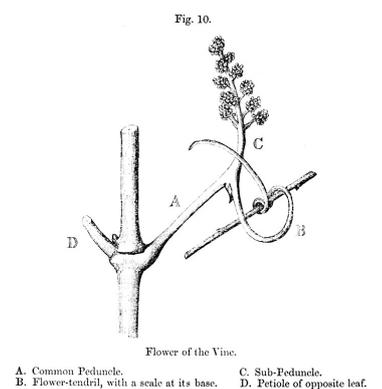
Tapada da Ajuda_Vinhas

[Figura 123] Corte Transversal_Conjuntos habitacionais e Escola Francisco da Arruda, elaborado pela autora

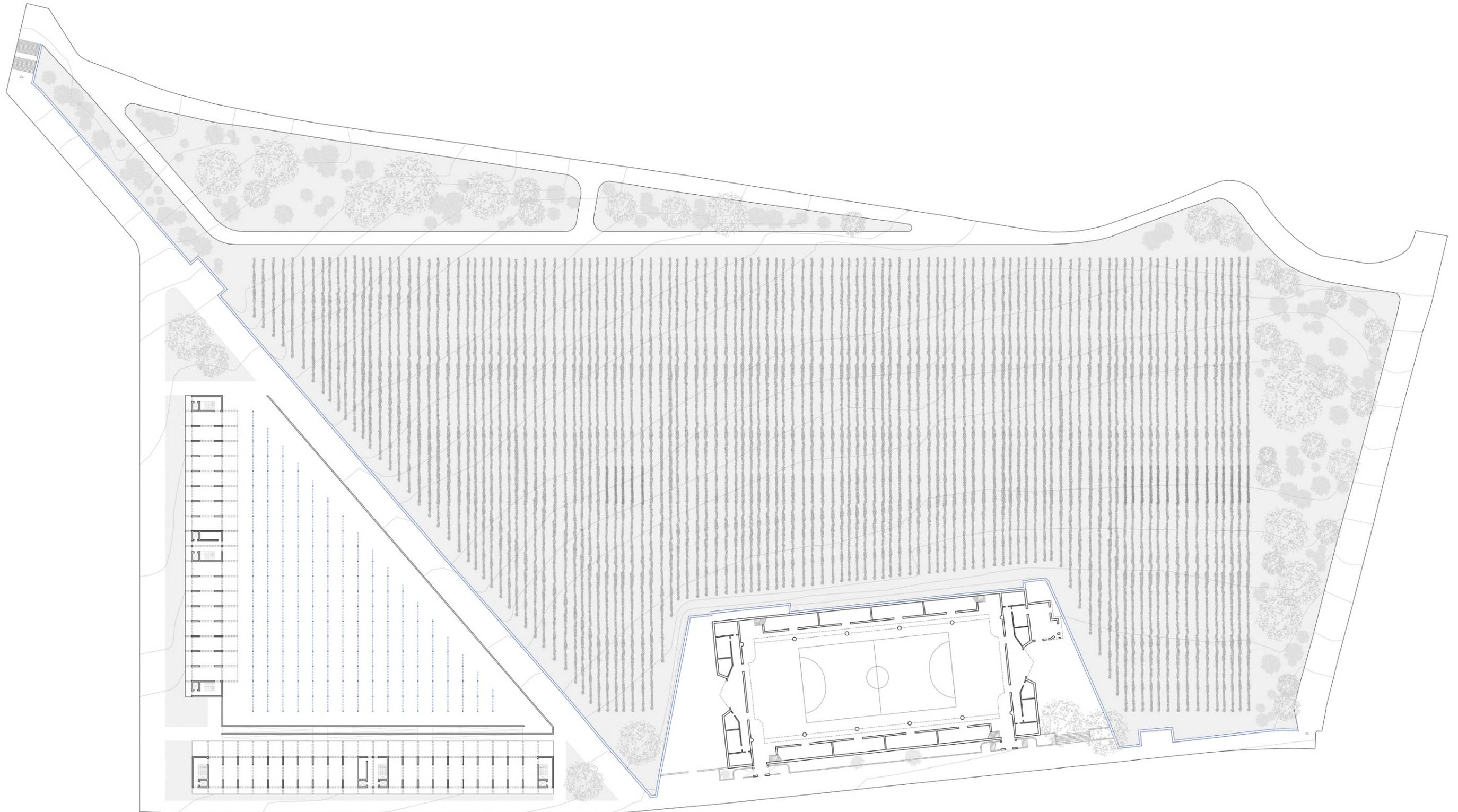


Limitada pelo conjunto habitacional desenha-se uma plataforma de espaço de carácter público e comunitário com vertente recreativa e produtiva que permite a transição entre cotas e a relação entre a cidade e a Tapada. Este espaço é definido por uma estrutura, orientada de acordo com as fileiras de vinhas da Tapada, pela qual as videiras se desenvolvem formando uns tetos de sombreamento que criam uma continuidade visual com as vinhas a céu aberto do outro lado do muro.

O espaço exterior assume um papel fundamental no que toca à interação e proximidade entre os habitantes e a natureza como também fomenta o sentimento de pertença a um coletivo.

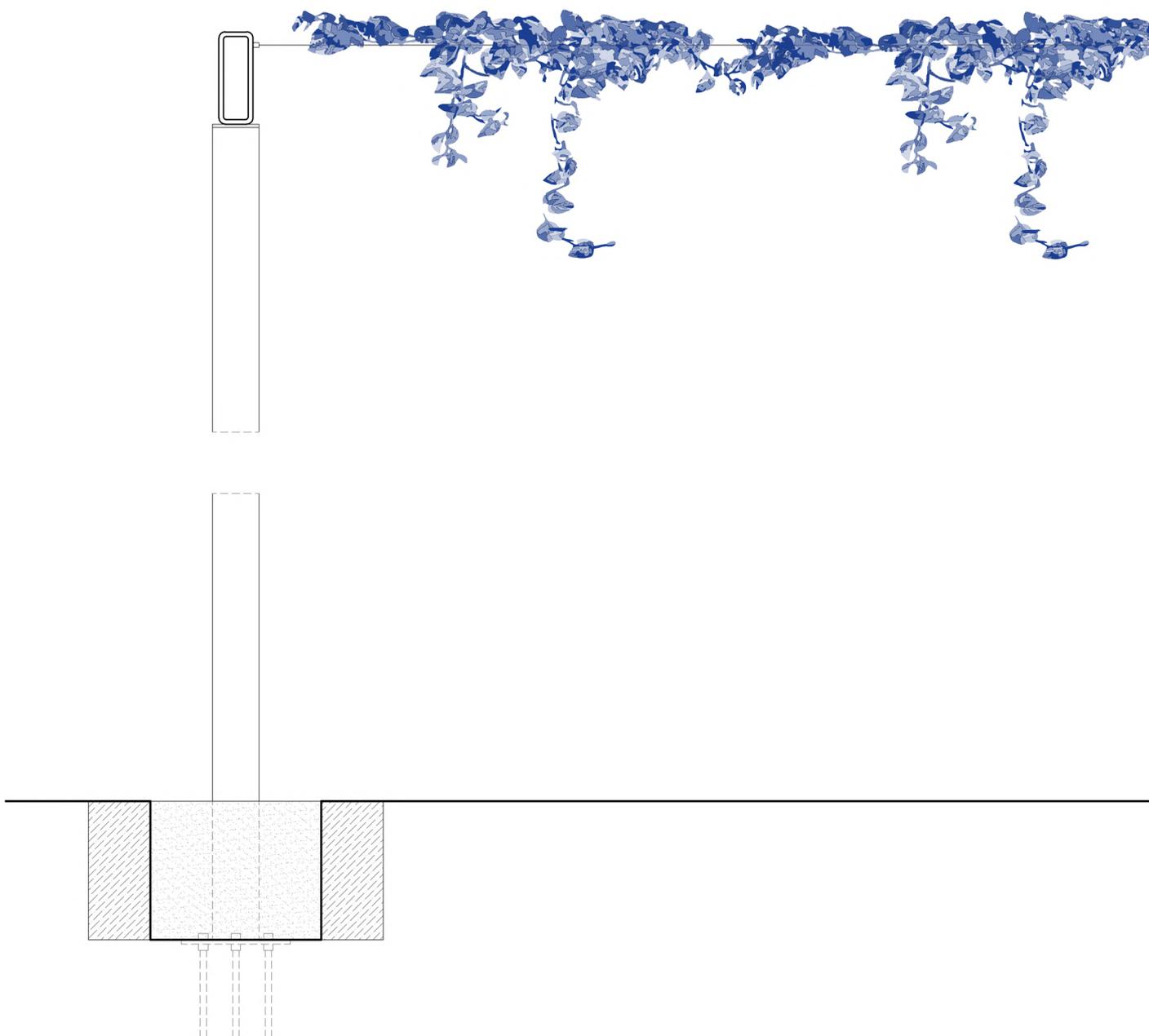


[Figura 125] Flower of the Vine, in *On the movements and habits of climbing plants*, Charles Darwin, 1865



JORNAL 06

Domus Demain_Exercício Específico



[Figura 127] Estrutura_Espaço público, elaborado pela autora

JORNAL 06

Domus Demain_Exercício Específico

Para o programa habitacional é proposto uma arquitetura de emergência, habitações que acolhem pessoas e famílias em situações limite que necessitam de ser realojadas.

Esta intenção surge das oportunidades que o lugar oferece visto dispor de um vasto conjunto de equipamentos e programas públicos - como é o caso da Tapada, da Escola Francisco de Arruda, do Pavilhão Desportivo da Ajuda, ... - que constroem uma vida diurna permanente, e da proximidade com os campos de cultivo da Tapada que favorece a fixação das pessoas oferecendo-lhes trabalho - a Tapada abre-se para a cidade e as vinhas para a comunidade. Tudo isto permite a participação no cotidiano da cidade e a integração numa comunidade própria que habita aquele espaço, apaziguando o sentimento de solidão e isolamento.

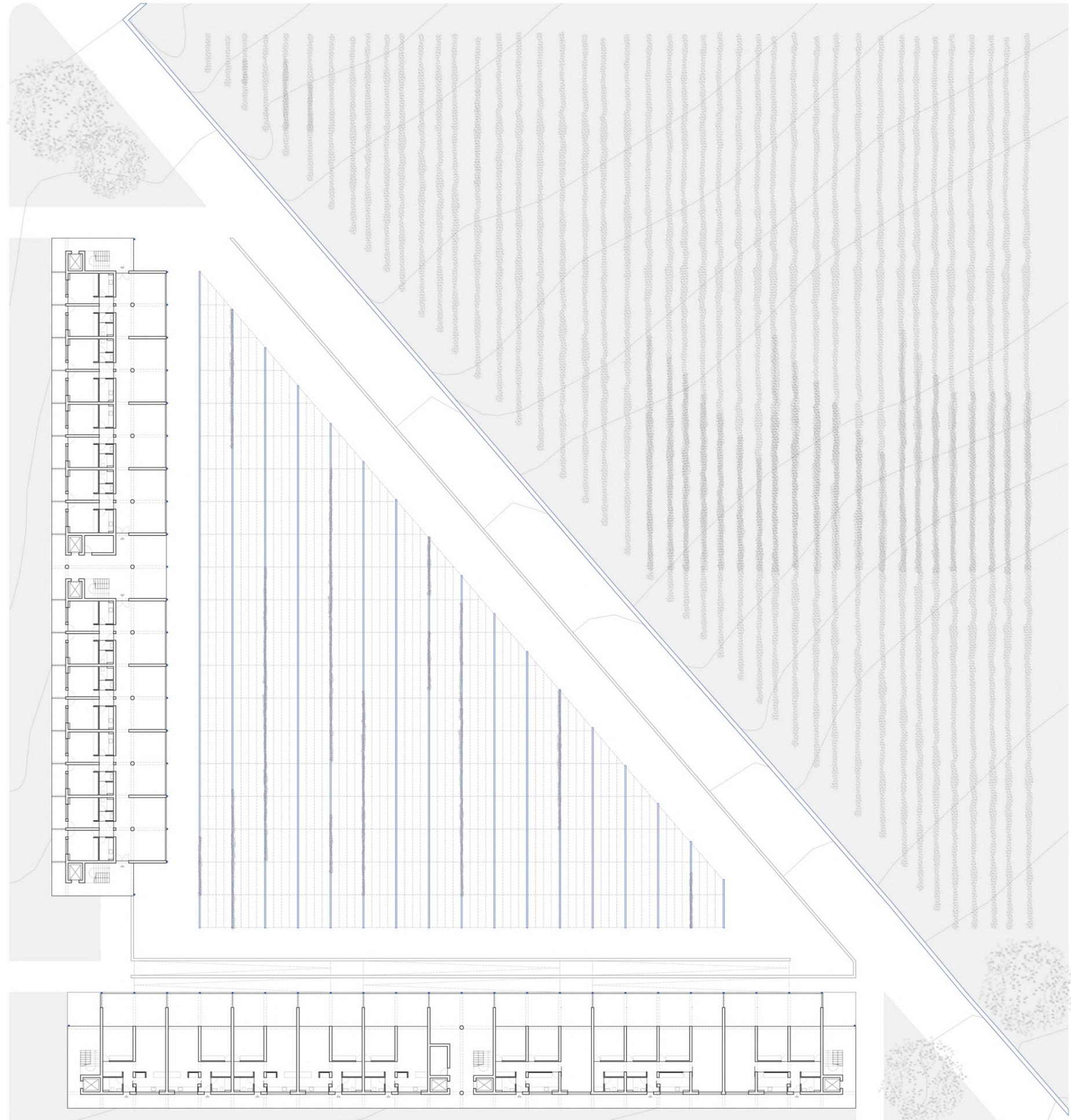
Este tipo de programa deve garantir proteção e uma certa capacidade de isolamento às vítimas, o que curiosamente vai de encontro ao propósito da Tapada da Ajuda que se isola da cidade, através dos seus muros, de forma a proteger a paisagem natural que ainda prevalece.

No habitar contemporâneo, a polivalência do sistema estrutural e infraestrutural permite sustentar a flexibilidade de vivências. Sendo uma habitação de emergência, a proposta oferece a possibilidade de habitar em ambiente familiar ou em comunidade, o que beneficia o processo de integração do habitante.

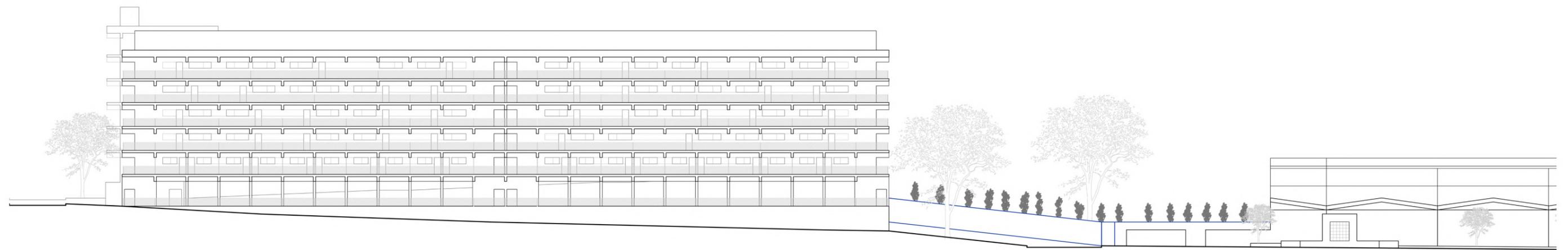
Habitar numa cidade dominada pela natureza passa por compreender a vivência das duas realidades. As habitações são desenhadas de acordo com o cenário com o qual dialogam: voltados para a cidade encontram-se os espaços de serviço, mais contidos em si mesmos, enquanto os espaços mais íntimos e de repouso se debruçam sobre a Tapada através de grandes varandas que enquadram a paisagem e permitem a contemplação das vinhas.



[Figura 128] Vindimas na Tapada da Ajuda, in Instituto Superior de Agronomia de Lisboa

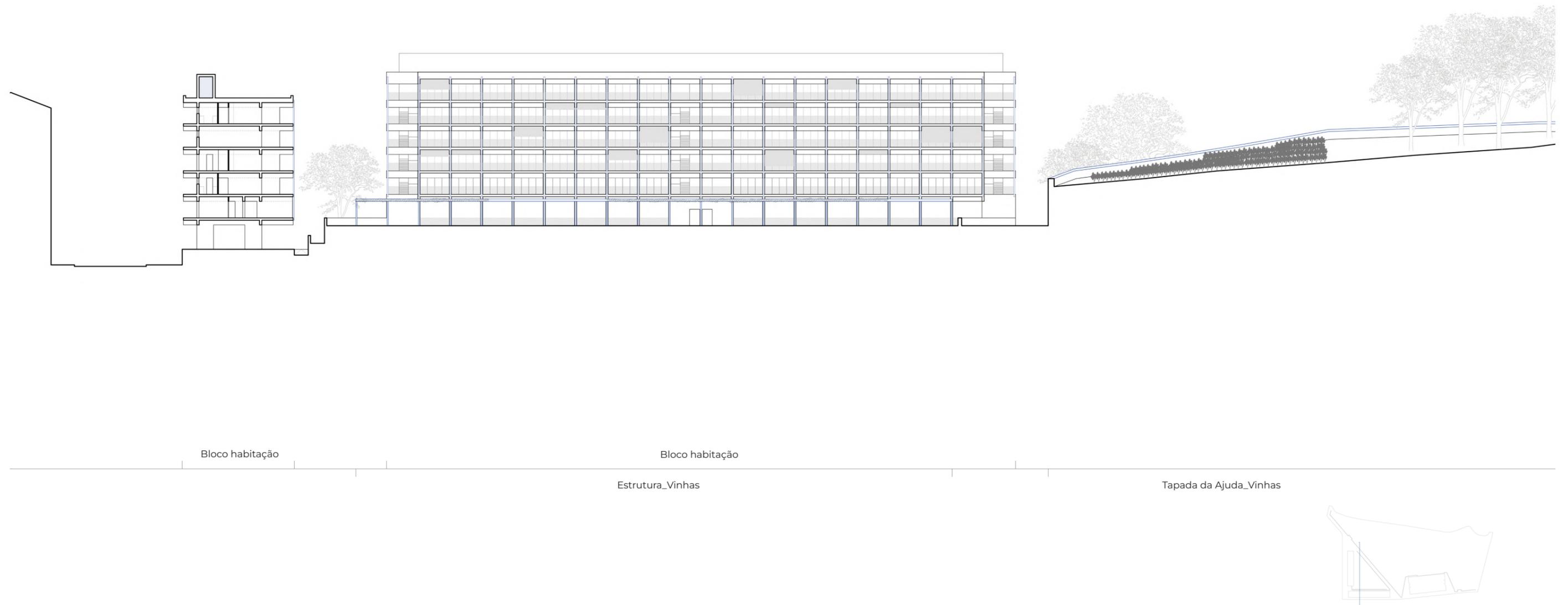


[Figura 129] Planta_Habitar, elaborada pela autora
222

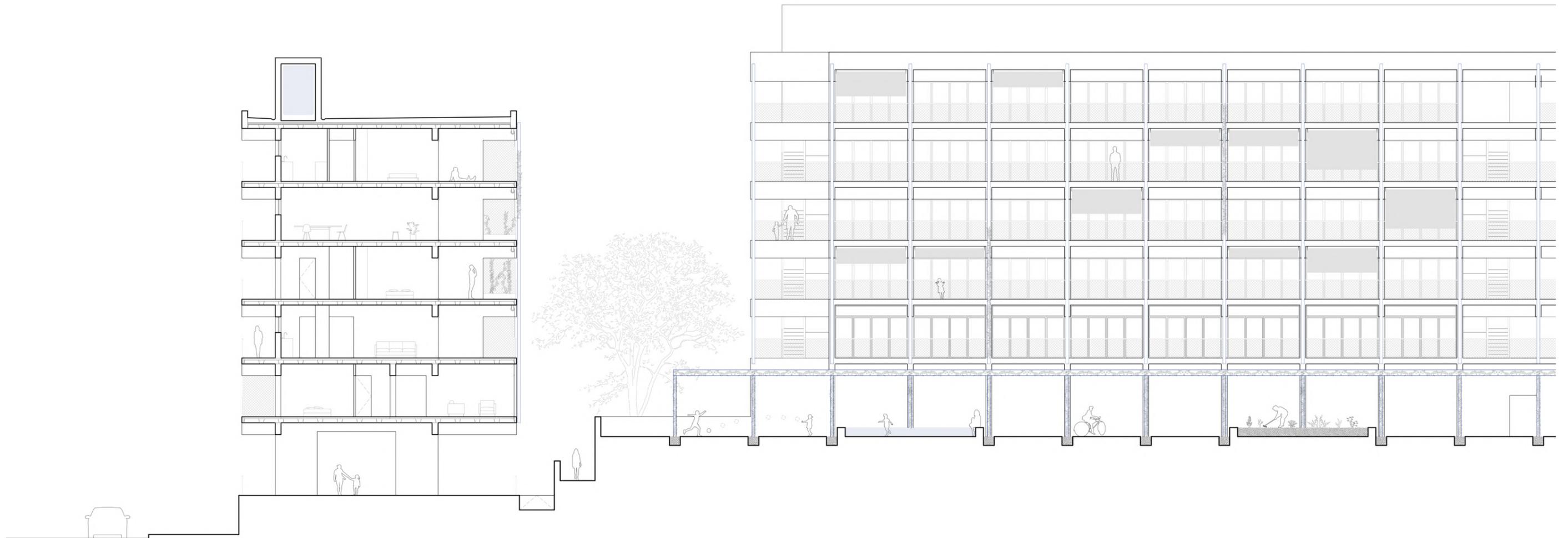


Bloco habitação

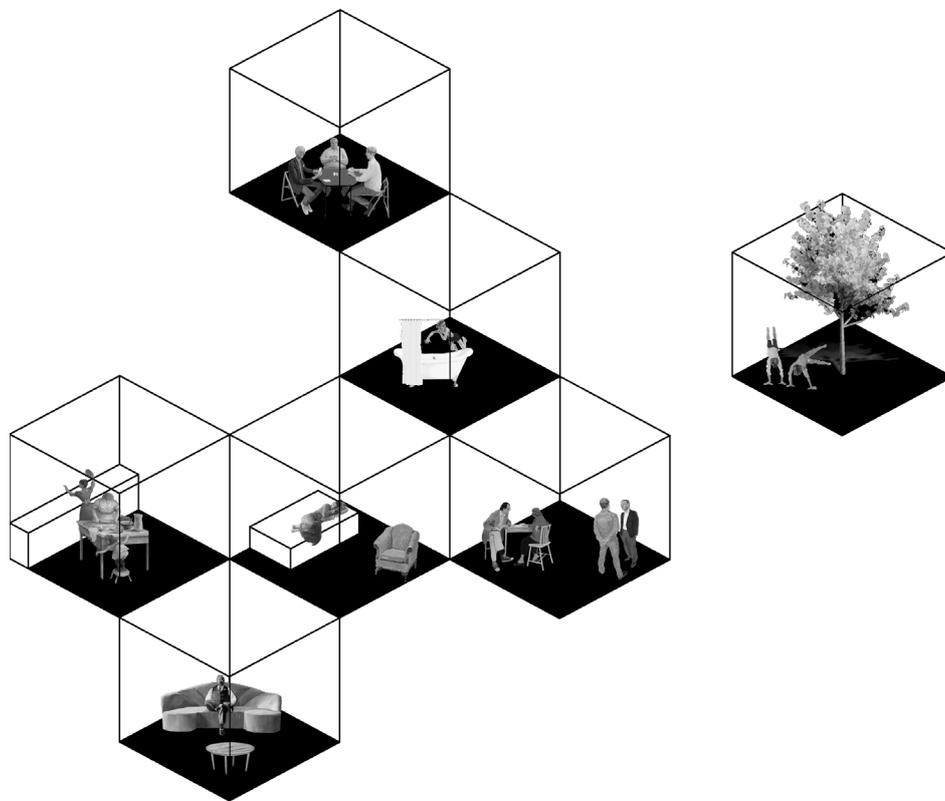
Pavilhão Desportivo da Ajuda



[Figura 131] Corte Transversal_Habitação e Plataforma de espaço público, elaborado pela autora

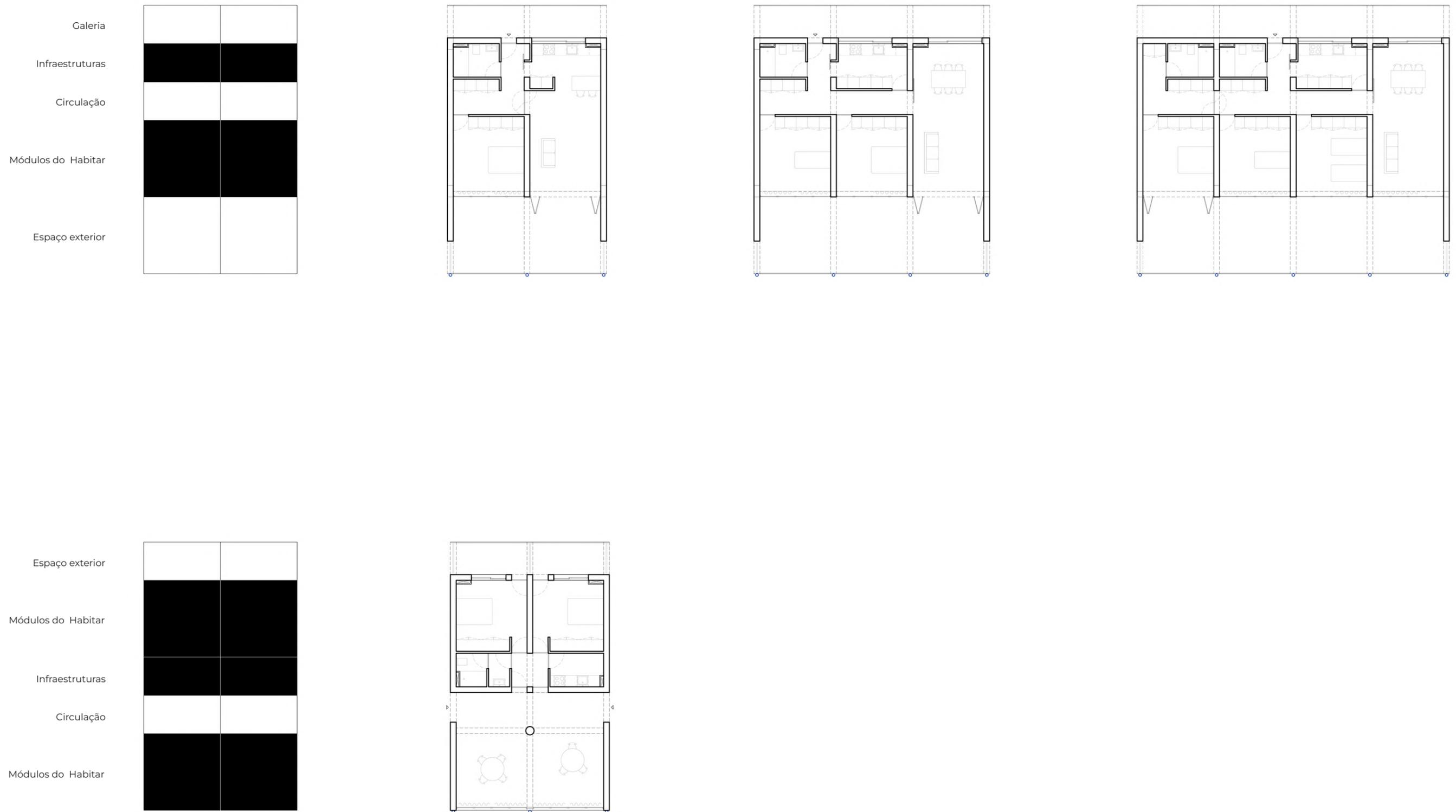


[Figura 132] Corte Transversal 01_Habitação e Plataforma de espaço público, elaborado pela autora



Os edifícios de habitação desenvolvem-se a partir de um sistema lógico e modular de construção por *layers*, que através da sua conjugação e variação de escala permite enunciar diversos modos de habitar, do privado à comunidade. Os fogos são compostos por consecutivas unidades modulares multifuncionais que se agregam a núcleos de infraestruturas e de circulação, o que permite a fusão e extensão dos espaços e evolução das habitações originando diversas combinações tipológicas, adaptáveis e reversíveis.

Os edifícios apresentam uma volumetria simples e robusta em betão que contraste com o seu interior onde os espaços habitacionais se organizam segundo estruturas leves em madeira.



Bibliografia

- ALARCÃO-E-SILVA, M.L.M. de M. de (2002). Em tempos da Real Tapada da Ajuda, *Revista INGENIUM*. Disponível em: <https://www.isa.ulisboa.pt/visitantes/tapada-da-ajuda>.
- ALFAIATE, T. A., & RIBEIRO, J. M. (2021). *Coreografias da Água | Pensar o Sítio de Lisboa*. Margem Arquitectura Paisagista.
- Câmara Municipal de Lisboa. (1946). *Documentação diversa referente a pedreiras situadas no parque florestal de Monsanto*. Lisboa: Arquivo Municipal.
- CARDOSO, A.M. (1992). *Os edifícios da Tapada da Ajuda*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.
- Corredores Verdes. (n.d) Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: <https://www.lisboa.pt/cidade/ambiente/estrutura-ecologica/corredores-verdes>
- COSTA, J. B. (1975). *Caracterização e Constituição do Solo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CRUZ, C. S. (2020). *Plano de Gestão Florestal do Parque Florestal de Monsanto*. Lisboa: Câmara Municipal. Disponível em: https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/ambiente/m Monsanto/Plano_Gestao_Florestal_Parque_Florestal_Monsanto.pdf
- d'ABREU, M. C., & CAMARA, T. B. da. (2020). *Gonçalo Ribeiro Telles - O Mester da Paisagem*. Lisboa: Câmara Municipal.
- d'ANDRADE, J. S. V. (1851). *Memória sobre chafarizes, bicas, fontes, e poços públicos de Lisboa, Belém e muitos logares do termo*. Lisboa: Câmara Municipal.
- FEIRRA, F. C. G., DIAS, F. S., CARVALHO, J. S., PEREIRA, N. T., & PONTE, T. N. da. (1987). *Guia Urbanístico e Arquitetónico de Lisboa*. Associação Arquitectos Portugueses.
- GRAÇA, J.L.C. da. (2015). *Carrilho da Graça: Lisbon*. Porto: Dafne editora.
- Grandes problemas de Lisboa: Caneiro de Alcântara. (1945). *Revista Municipal*, N.º 27. Lisboa. Câmara Municipal. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N27/N27_item1/P44.html
- GUERREIRO, A. et al. (2015). *Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030*. Lisboa: Câmara Municipal. Disponível em: https://planodrenagem.lisboa.pt/fileadmin/pgdl/_ficheiros/PlanoGeralDrenagem_2016_2030.pdf.
- Kang, T. (2017). *160 Years of Central Park: A Brief History*. Central Park Conservancy. Disponível em: <https://www.centralparknyc.org/articles/central-park-history>
- MACEDO, L. P. de. (n.d). *Col. Toponímia de Lisboa (verbetes Rio Seco)*. Lisboa: Câmara Municipal. Gabinete de Estudos Olisiponenses
- MEHROTRA, R. e VERA, F. (2015) *Kumbh Mela: Mapping the Ephemeral Mega City*. Hatje Cantz / Harvard University.
- MEYER-HEINE, G. (1967). *Plano Diretor de 1967: Esquema de estrutura e regulamentação*. Lisboa: Arquivo Municipal.
- NOVAIS, M. (1948). *Plano Diretor de Urbanização de Lisboa de 1948*. Lisboa: Arquivo Municipal.
- O Pôrto de Lisboa Através dos Séculos. (1945). *Olissipo - Boletim Do Grupo "Amigos de Lisboa,"* N.º 32. Lisboa: Câmara Municipal. Disponível em: https://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/Periodicos/Olissipo/1945/N32/N32_item1/index.html
- O Rio Seco da Ajuda e Alcântara. (2020). *Toponímia de Lisboa*. Lisboa. Disponível em: <https://toponimialisboa.wordpress.com>
- Parque Florestal de Monsanto. (1940). *Revista Municipal*, N.º6. Lisboa: Câmara Municipal. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N6/N6_item1/P57.html.
- PINTO, A.C. (1949). Monsanto: a paisagem e o espírito, *Revista Municipal*, N.º41. Lisboa: Câmara Municipal. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N41/N41_item1/P1.html.
- Pontes que fazem história: As pontes de Lisboa num percurso milenar. (2002). *Pedra & Cal*, N.º14. GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
- RAMALHO, R. de S.L. (1935) *Guia de Portugal artístico (II), Biblioteca Nacional Digital*. Lisboa: M. Costa Ramalho. Disponível em: <https://purl.pt/12076/4/>.
- (1986). *Revista Municipal*, N.º15. Lisboa. Câmara Municipal. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N15/N15_item1/index.html
- RODRIGO, J.J. (1952) *O Parque Florestal de Monsanto*. Lisboa: Câmara Municipal.

SOUSA, P.L., COUTO, S. (1995). *Os Recursos Hídricos da Tapada da Ajuda, propostas para uma melhor gestão*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.

TELLES, Gonçalo Ribeiro. (1997). *Plano Verde de Lisboa*. Edições Colibri.

TELLES, Gonçalo Ribeiro. (2001). *Plano verde, estruturas ecológicas e componentes ambientais*. Lisboa: Câmara Municipal.

TELLES, Gonçalo Ribeiro (2020). *A Vossa Terra*. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/a-vossa-terra-a-paisagem-segundo-goncalo-ribeiro-telles/>.

TIÇÃO, Á., PEREIRA, N. e CRUZ, C.S. (2011). *Guia do Parque Florestal de Monsanto*. Lisboa: Câmara Municipal.

TOSTÕES, A. (1992). *Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande: Keil do Amaral, Arquitecto dos Espaços Verdes de Lisboa*. Lisboa: Salamandra.

Fontes Cartográficas

(1950). Cartografia Histórica de Lisboa. Disponível em: <https://websig.cm-lisboa.pt/MuniSIG/visualizador/index.html?viewer=LxInterativa.LXi>

(1970). Cartografia Histórica de Lisboa. Disponível em: <https://websig.cm-lisboa.pt/MuniSIG/visualizador/index.html?viewer=LxInterativa.LXi>

COSTA, A. L. B. da. (2004). *Carta das Minas e Encanamentos da Real Tapada da Ajuda , 1901*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

PINTO, Silva. (1911). Cartografia Histórica de Lisboa. Disponível em: <https://websig.cm-lisboa.pt/MuniSIG/visualizador/index.html?viewer=LxInterativa.LXi>

SILVA, Augusto Vieira. (1950). Mapa da cidade de Lisboa e de Belém em 1812. Disponível em: <https://purl.pt/27804>

